



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIII — Nº 43

QUARTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 1988

BRASILIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 17ª SESSÃO, EM 3 DE MAIO DE 1988

- 1.1 — ABERTURA
- 1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Nº 114/88, (nº 184/88, na origem), restituindo autógrafa de projeto de lei sancionado.

1.2.2 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 23/88, de autoria do Senador Jamil Haddad, que faculta aos Enfermeiros desempenho remunerado de dois cargos.

1.2.3 — Comunicações

— Da Maioria da Bancada do PFL, indicando o Senador Marcondes Gadelha para exercer a função de Líder do partido no Senado Federal.

— De Senadores do PFL, de solidariedade ao Senador Carlos Chiarelli e de conduta em relação ao novo Líder do partido.

— Do Senador João Menezes, desligando-se da Vice-Liderança do PFL.

— Do Senador Pompeu de Sousa, desligando-se do PMDB.

1.2.4 — Pronunciamentos

SENADOR MARCONDES GADELHA — Manifesto de Senadores do PFL, lido anteriormente, liberando-se da orientação do novo Líder do partido.

SENADOR IRAM SARAIVA — Encaminhando à Mesa o **Requerimento nº 41/88**, de convocação do Ministro das Minas e Energia, Dr. Aureliano Chaves, para, perante o Plenário do Senado Federal, prestar esclarecimentos

sobre notícia da construção de novas usinas nucleares no País.

1.2.5 — Comunicações da Presidência

— Designação, **ad referendum** do Plenário, dos Senadores Francisco Rollemberg, José Agripino e Ronaldo Aragão, para comparecerem à reunião do Comitê dos Membros Filiais da Organização Mundial de Turismo, em Paris.

— Ausência do País dos Senadores Francisco Rollemberg, José Agripino e Ronaldo Aragão.

— Recebimento das Mensagens nº 112 e 113/88 (nº 182 e 183/88, na origem), pelas quais o Senhor Presidente da República, solicita autorização para que o Governo do Estado do Acre e a Prefeitura Municipal do Rio Branco — AC possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Comparecimento do Sr. Ministro de Estado da Secretaria da Administração Pública da Presidência da República — Sedap, Aluizio Alves.

1.3.1 — Ingresso do Sr. Ministro ao Plenário

1.3.2 — Exposição do Sr. Ministro Aluizio Alves

1.3.3 — Interpelações ao Sr. Ministro de Estado da Secretaria da Administração Pública da Presidência da República

1.3.4 — Questão de ordem

— Levantada pelo Sr. Itamar Franco e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Mansueto de Lavor, proferido na sessão de de 15-3-88.

3 — REPUBLICAÇÃO

Trecho da Ata da 11ª Sessão, realizada em 15-4-88, publicada no **DCN** (Seção II) de 16-4-88, com incorreções em pronunciamento do Sr. Mansueto de Lavor sobre o ex-Senador Antonio Farias.

4 — SECRETARIA GERAL DA MESA

— Resenha das matérias apreciadas no período de 1º a 30 de abril de 1988.

5 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— Nº 56 a 60, de 1988.

6 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

— Ata da 26ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30-3-88.

— Parecer sobre Balanço Patrimonial e Demonstrativo das Receitas e Despesas.

— Balancete Patrimonial encerrado em 31-1-88.

— Demonstração da Conta "Receita e Despesa".

7 — ATAS DE COMISSÕES

8 — MESA DIRETORA

9 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

10 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PORTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso Cz\$ 6,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Ata da 17ª Sessão, em 3 de maio de 1988

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Humberto Lucena, Jutahy Magalhães e Odacir Soares.

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Áureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Álvaro Pacheco — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacerlar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Lourenberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Afonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

**MENSAGEM DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA**

Restituindo autógrafo de Projeto de Lei sancionado:

Nº 114/88 (nº 184/88, na origem), de 29 de abril, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1988 (nº 405/88, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que declara feriado nacional, destinado às comemorações do centenário da Abolição da Escravatura, o dia 13 de maio de 1988.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.658, de 29 de abril de 1988).

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei cuja leitura será feita pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 23, de 1988**

Faculta aos Enfermeiros desempenho remunerado de dois cargos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica facultado aos ocupantes da Categoria de Enfermagem o desempenho remunerado, na área do serviço público, de dois cargos ou empregos privativos da mesma.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Os profissionais integrantes da Categoria de Enfermagem pertencem à área de saúde e devem ter assegurado direito já garantido aos médicos.

É notório o número exíguo de Enfermeiros, de Técnicos de Enfermagem, de Auxiliares de Enfermagem, hoje existente para atender a comunidade. Aí precisamente reside uma das grandes falhas de quase todas as administrações.

Por isso, torna-se necessário recorrer ao material humano já habilitado.

Ademais, é de se notar que se trata de profissionais que percebem salários modestos, pelo que os concursos realizados não despertam atrativos, resultando sempre numerosas vagas nesses quadros funcionais públicos.

Penso que o papel do legislador é captar a realidade, o fenômeno social, ensejando à lei solucionar o problema, no interesse da coletividade.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1988. — **Jamil Haddad.**

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O projeto lido vai à publicação.

Sobre a mesa comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Excelentíssimo Senhor
Senador Humberto Lucena
DD. Presidente do Senado Federal
Sr. Presidente:

Nos termos do artigo 64, § 1º, do Regimento Interno, temos a honra de indicar o nobre colega Senador Marcondes Gadelha para exercer a função de Líder da Bancada do Partido da Frente Liberal, na Sessão Legislativa que ora se inicia.

Brasília, 27 de abril de 1988. — **João Menezes — Alexandre Costa — Edison Lobão — Lourival Baptista — Álvaro Pacheco — João Lobo — Odacir Soares — Marcondes Gadelha.**

Excelentíssimo Senhor
Senador Humberto Lucena
Digníssimo Presidente do Senado Federal

Sr. Presidente,

Os abaixo assinados, integrantes da representação do PFL no Senado Federal, ao tomarem conhecimento da insólita substituição do Senador Carlos Chiarelli das funções de líder do Partido nesta Casa, e considerando que a medida foi adotada sem prévia reunião da bancada - procedimento inusitado na Câmara Alta — e em frontal descumprimento aos entendimentos firmados no sentido de que somente deveria a escolha da liderança ser apreciada após a Convenção Nacional cogitada para o dia 15 de maio próximo, decidiram e levam ao conhecimento de Vossa Excelência o seguinte:

I — expressar irrestrita solidariedade ao ilustre companheiro Senador Carlos Chiarelli, que, exercendo com reconhecido descortino, seriedade, competência e espírito público, desde a criação do PFL, as funções de Líder no Senado, se fez merecedor do respeito e consideração da Casa e de toda a Nação;

II — manifestar que se consideram liberados de acompanhar a orientação do novo Líder por entenderem que assim procedendo adotam a conduta que melhor se coaduna com os superiores interesses do Partido.

Brasília, 29 de abril de 1988. — Senador **Marco Maciel** — Senador **Afonso Arinos** — Senador **Jorge Bornhausen** — Senador **Guilherme Palmeira** — Senador **José Agripino**.

Ofício nº 028/88

Brasília, 27 de abril de 1988

Exmº Sr.
Senador Humberto Lucena
DD. Presidente do Senado Federal
Senhor Presidente,

Tem esta por fim comunicar a V. Exª que, tendo sido indicado pelo Líder Rachid Saldanha Derzi para exercer a sua Vice-Liderança, informo que nesta data já oficieo ao Senador Chiarelli pedindo o meu desligamento da Vice-Liderança do PFL.

Saudações. — **João Menezes**.

Brasília, 25 de abril de 1988

A Sua Excelência o Senhor
Senador Humberto Lucena
Digníssimo Presidente do Senado Federal
Em mãos

Senhor Presidente;

Dirijo-me a Vossa Excelência para cumprir o dever, não só de ordem regimental mas, sobretudo, de ordem pessoal, de comunicar à Comissão Diretora do Senado Federal o meu desligamento — solicitado nesta data — do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

As razões desta atitude — fruto da reflexão e do amadurecimento mas, nem por isso, menos penosa — constam do documento, enviado ao Presidente da Seção do Distrito Federal do PMDB e ao Presidente Nacional do Partido, que, por cópia, segue anexado.

Cordialmente. — **Pompeu de Sousa**.

Brasília, 25 de abril de 1988

Ilmo Sr.
Dr. Milton Seligman
MD. Presidente do PMDB — DF
Em mãos

Senhor Presidente,

Cumpro o dever de dirigir-me ao prezado amigo e denodado companheiro de luta política pela restauração de instituições democráticas no País, para o penoso fim de solicitar minha desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro no Distrito Federal — PMDB/DF, assim como as conseqüentes providências legais perante a Justiça Eleitoral.

Quanto às razões desta atitude, nem precisaria acrescentar-lhe — por ser, há bastante tempo, do conhecimento geral, seu e dos companheiros que, de longa data, comungam os mesmos ideais democráticos, populares e nacionalistas — o desconforto político e moral que nós, os verdadeiros defensores e lutadores das causas e bandeiras históricas do peemedebismo, vimos sofrendo no seio do Partido. Os descaminhos políticos e morais de toda ordem que os invasores da legenda do PMDB (servidores, serviços e beneficiários de todos os governos de quaisquer regimes) têm criado e imposto, na esfera nacional como, sobretudo, na local do Partido, vêm-nos tornando insustentável uma promiscua coexistência sob a mesma outrora gloriosa e hoje desfigurada legenda.

A culminação deste desconforto moral e político — no âmbito do Distrito Federal — atingiu seu limite no episódio das últimas convenções zonais do Partido, das quais previamente nos auto-excluímos por dever de decência e coerência, ao verificar que a disputa interna afinal excluiria os nossos companheiros verdadeiramente comprometidos com a causa popular e se travaria entre a força corruptora do poder econômico, que já na eleição passada merecer a sanção saneadora da Justiça Eleitoral, e a força desfiguradora do poder governamental a serviço da cooptação das correntes mais retrógradas, reacionárias, antidemocráticas, antipopulares e antinacionais com que que a direita se acointa sob o rótulo de "Centrão".

Em face de tais circunstâncias, que se mostram, nessa altura, irremediáveis, vimos, de algum tempo — eu e alguns companheiros que partilhemos da mesma opinião e posição político-doutrinária — abstendo-nos de comparecer e participar de quaisquer atividades oficiais do PMDB — DF.

No momento, pois, em que o Partido se apresenta para reunir, no dia 8 de maio próximo, sua instância maior — a Convenção Regional — cumpro um dever de consciência e de coerência política e moral, ao aqui promover, prévia e oficialmente, meu desligamento dos quadros partidários, por me recusar terminantemente a participar da inglória disputa em que a vitória será forçosamente da corrupção pelo poder econômico ou da corrupção pelos favores do poder governamental e a derrota caberá, inexoravelmente, aos ideais democráticos, nacionalistas e populares que foram a alma e a glória mesmas do Partido nas inesquecíveis, longas e heróicas horas de luta na adversidade e na curta alvorada do passageiro triunfo de 85-86.

Certo de encontrar no prezado companheiro, a mesma compreensão e solidariedade que nos

têm invariavelmente ligado, no passado e no presente, aproveito a oportunidade para, com o mesmo abraço afetoso de sempre, transmitir-lhe as mesmas saudações democráticas, nacionalistas e populares de toda a vida, deste seu velho companheiro e amigo. — **Pompeu de Sousa**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — As comunicações lidas vão à publicação.

O Sr. Marcondes Gadelha — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — tem a palavra V. Exª

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Considerando a referência ao documento encabeçado pelo Senador Marco Maciel, pedia a V. Exª que também mandasse registrar este documento, que passo às suas mãos, que foi encaminhado por vários Srs. Senadores ao então Líder em exercício, Senador Carlos Chiarelli, no dia 29 de fevereiro de 1988, pedindo a convocação da Bancada para deliberar com vistas ao atendimento do disposto no art. 64, § 1º, do Regimento Interno. Esse documento foi apresentado ao Líder e, não tendo resposta, foi protocolado na Liderança, para resguardar direitos.

Peço a V. Exª que faça o registro, como também mande transcrever nos Anais do Senado o § 1º do art. 64 do Regimento Interno que diz o seguinte:

"A indicação dos Líderes será feita em documento subscrito pela maioria dos membros das Bancadas Partidárias e encaminhada à Mesa nas 24 (vinte e quatro) horas que se seguirem à instalação da sessão legislativa ordinária."

Veja V. Exª que o Regimento manda que a Bancada seja convocada e dá 24 horas apenas para a convocação da mesma. Nós esperamos dois meses, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MARCONDES GADELHA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Excelentíssimo Senhor
Senador Carlos Chiarelli
DD. Líder do PFL no Senado Federal
Eminente Líder:

Considerando o início, em 1º de março corrente, de uma nova Sessão Legislativa do Senado Federal e o imperativo regimental de indicação dos quadros de liderança do PFL na Casa, os signatários deste documento solicitam a Vossa Excelência convocar a Bancada para deliberar, com vistas ao atendimento do disposto no artigo 64, parágrafo 1º, do Regimento Interno.

Brasília, 29 de fevereiro de 1988. — **Alexandre Costa** — **Edison Lobão** — **Lourival Baptista** — **Álvaro Pacheco** — **João Lobo** — **Odaci Soares** — **Marcondes Gadelha**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O registro de V. Exª será feito devidamente, de acordo com as palavras que pronunciou.

O Sr. Iram Saraiva — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB — GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:
Encaminho à consideração do Senado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 41, DE 1988

Considerando notícia publicada em editorial do jornal **Folha de S. Paulo**, do dia 27 de abril, anunciando a construção de quatro novas usinas nucleares, com o custo estimado em US\$ 7,8 bilhões, que teria sido confirmada pelos Presidentes da Nuclebrás, Licínio Seabra, e de Fumas Centrais Elétricas, João Camilo Penna;

Considerando a iniciativa, com a qual não podemos concordar e também a inatividade da Usina Angra I, em consequência de constantes problemas técnicos e a paralisação das obras de Angra II e Angra III, por falta de recursos;

Considerando a grave crise econômico-financeira que o País atravessa, em virtude de uma estúpida dívida externa, contraída, em grande parte, por meio de obras megalomânicas;

Considerando atendimento internacional de abandonar o uso de grandes reatores, como os dos projetos brasileiros, em função do alto custo e das dificuldades operacionais, em favor de reatores de pequeno porte;

E, finalmente, considerando que o Ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, tem reafirmado que a política energética nacional tem como prioridade o aproveitamento do potencial hidrelétrico;

Requeiro nos termos do art. 418, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Dr. Aureliano Chaves, Ministro de Estado das Minas e Energia, para prestar esclarecimentos ao Plenário do Senado sobre o assunto.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1988.

Sr. Presidente, este requerimento é porque realmente sabemos da ineficácia de Angra I, II e III, e, agora, duas autoridades subalternas ao Ministro Aureliano Chaves informam que já vamos gastar mais esta vultosa quantia.

Entendo que esta Casa deverá ouvir o Ministro, que também, segundo declarações, não concorda mais com as usinas nucleares.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O requerimento de V. Ex.^a vai à publicação e será oportunamente incluído na Ordem do Dia, de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência comunica aos Srs. Senadores que designou, **ad referendum** do Plenário e por indicação do Presidente da Associação Interparlamentar de Turismo, os Senadores Francisco Rollemberg — como chefe da delegação, José Agripino e Ronaldo Aragão, para comparecerem à reunião do Comitê dos Membros Filiados da Organização Mundial de Turismo, realizado em Paris, no último dia 2 de maio.

A Presidência recebeu comunicações dos referidos Senadores de que se ausentariam do País.

São as seguintes as comunicações recebidas

Brasília, 28 de abril de 1988

À Sua Excelência o Senhor Senador Humberto Lucena
DD. Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País, no período de 29 do corrente ao dia 2 de maio desempenhando missão com que me distingui a Associação Interparlamentar de Turismo — Grupo Brasileiro, de representá-la na Reunião do Comitê de Membros Filiados da Organização Mundial de Turismo, a realizar-se em Paris, França.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus mais sinceros protestos de estima e distinta consideração. — **Francisco Rollemberg**.

Of. nº 98/88

Brasília, 27 de abril de 1988

À Sua Excelência
Senador Humberto Lucena
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que ausentar-me-ei do País a partir de 29 de abril, a fim de, no desempenho de missão com que me distingui o Senado, participar, na forma do art. 36, § 2º da Constituição e art. 44 do Regimento Interno, da delegação que integra o Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, na reunião do Comitê de Membros Filiados da Organização Mundial de Turismo, a realizar-se em Paris, no dia 2 de maio do corrente.

Sendo o que se me apresenta, renovo a Vossa Excelência meus mais elevados votos de estima e consideração.

Atenciosamente, — **José Agripino**.

Em 27 de abril de 1988

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 29-4-88, para, devidamente autorizado pelo Senado, na forma do art. 36, § 2º da Constituição e art. 44 do Regimento Interno, participar da reunião do Comitê dos Membros Filiados da Organização Mundial de Turismo, a realizar-se em Paris no próximo dia 2 de maio.

Atenciosas saudações, — **Ronaldo Aragão**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência recebeu as Mensagens nºs 112 e 113, de 1988 (nºs 182 e 183/88, na origem), de 29 de abril do corrente ano, pelas quais o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução nº 93/76, do Senado Federal, solicita autorização para que o Governo do Estado do Acre e a Prefeitura Municipal de Rio Branco (AC) possam contratar operações de crédito, para os fins que especifica.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designará, oportunamente, o Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Srs. Senadores, em atendimento à convocação feita através do Requerimento nº 21, de 1988, comparece a esta Casa o Sr. Ministro de Estado da Secretaria da Administração Pública da Presidência da República (SEDAP), Dr. Aluizio Alves.

A Presidência designa comissão, constituída pelos Srs. Senadores Nelson Wedekin, Marcondes Gadelha e Jarbas Passarinho, para introduzir S. Ex. em plenário. (Pausa.)

(Acompanhado da comissão designada pelo Sr. Presidente, tem ingresso no recinto o Sr. Ministro, que ocupa a cadeira a S. Ex. reservada)

O SR. PRESIDNETE (Humberto Lucena) — Acha-se em plenário S. Ex.^a o Sr. Ministro de Estado da Secretaria da Administração Pública da Presidência da República, Dr. Aluizio Alves.

Nos termos regimentais, S. Ex.^a disporá de uma hora para a sua exposição. Para as interpelações a S. Ex.^a serão chamados os Srs. Senadores inscritos, que disporá de 10 minutos cada um, sendo assegurado ao Sr. Ministro igual tempo para as respostas. Para contraditar o Sr. Ministro, os Srs. Senadores poderão usar de prazo não superior a 5 minutos. S. Ex.^a não concederá apartes. Prefere responder, depois, às interpelações dos Srs. Senadores inscritos.

Tem a palavra S. Ex.^a

O SR. ALUÍZIO ALVES — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Honra-me esta oportunidade de, atendendo à convocação do Senado Federal, vir aqui falar sobre a situação atual da Administração Federal.

O objeto da convocação é restrito ao problema salarial dos funcionários e às aspostas divergências nesta matéria, entre a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República e o Ministério da Fazenda, cujo ilustre Titular, Sr. Mailson da Nóbrega, debateu o assunto com V. Ex.^a na última semana.

Tratarei especialmente deste aspecto. Mas como ele se coloca em contexto mais abrangente, creio que seria útil apresentar, ao Senado, e por seu intermédio, à opinião pública, um quadro mais amplo da Administração Federal.

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM 1985

Sem qualquer propósito negativo, mas apenas pela necessidade de melhor avaliação do que vamos discutir, é indispensável fixar um instantâneo do momento em que, escolhido pelo Presidente Tancredo Neves e confirmado pelo Presidente José Sarney, assumi o cargo de Ministro Extraordinário para Assuntos de Administração, com a responsabilidade de supervisionar as seguintes instituições: o Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP a Superintendência de Construção e Administração Imobiliária — Sucad; e a Fundação Centro de Formação do Servidor Público — Funcepe.

Pela legislação, em março de 1985, cabia ao DASP a coordenação do Sistema Central do Pessoal Civil da Administração Direta e das autarquias (excluídas as autarquias especiais), e do Sistema de Serviços Gerais; à Sucad, a construção de edifícios públicos e a manutenção de casas e apartamentos funcionais; e à Funcep, o treinamento de servidores.

A Secretaria de Modernização Administrativa — Semor, — integrava a Secretaria de Planejamento da Presidência da República — Seplan.

Cabiam a um Ministro Extraordinário, à época também nomeado, as tarefas de coordenação do Programa Nacional de Desburocratização.

As questões salariais e os quadros de pessoal das Empresas Públicas, das Fundações e das Sociedades de Economia Mista estavam vinculados ao Conselho Nacional de Política Salarial — CNPS, transformado depois, em Conselho Interministerial de Salários das Estatais — CISE. O DASP, ainda que fosse legalmente o gestor do Sistema Central de Pessoal não integrava o CISE.

A Multiplicidade de Regimes e Tabelas

Três regimes ainda regem as relações de empregos no Serviço Público Federal: o estatutário, submetido às normas do Estatuto do Funcionário Público, de 1952; o Celetista, subordinado à Consolidação das Leis do Trabalho, e os Contratos de Prestação de Serviços, em geral, através de empresas privadas.

Não era menor o tumulto na estruturação das Tabelas que definiam a alocação dessa força de trabalho: os estatutários integravam o Quadro Permanente, mas, praticamente desde 1974, não eram admitidos servidores por esse regime, com exceção para as categorias existentes no Ministério das Relações Exteriores, na Polícia Federal, no Ministério Público e na área Tributária, do Ministério da Fazenda. Integravam ainda as Tabelas Permanentes os celetistas admitidos através de concurso público; mas quase 100 mil empregados celetistas compunham 104 Tabelas Especiais, criadas entre 1981 e 1984, contratados sem exigência de concurso e de escolaridade, com salários quase sempre superiores aos dos estatutários e dos celetistas concursados; e, por fim, os livremente contratados sob o sistema de prestação de serviços, com salários acima ou abaixo das Tabelas existentes, conforme as disponibilidades orçamentárias de cada órgão ou entidade.

Quais as semelhanças e as diferenças fundamentais que identificavam esses regimes e essas tabelas?

Regime Estatutário — ingresso através de concurso público, adicional de salário em cada 5 anos, licença médica para tratamento de saúde com vencimento integral, contribuição previdenciária de 6%, licença especial de 6 meses após cada decênio, estabilidade após 2 anos de serviço e aposentadoria integral.

Regime Celetista — ingresso mediante concurso público para as Tabelas Permanentes, inclusão no sistema de Previdência Social, mediante a contribuição de 8,5 a 10%, de acordo com o salário de contribuição, e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Regime de Prestação de Serviços — ausência de vínculo empregatício com o Serviço Públi-

co, mas com salários pagos através de recursos da União.

A Situação Salarial

Quantos funcionários e empregados compunham esse universo?

Ninguém sabia. A começar pelo próprio Governo.

Verdade é que tentara o Governo levantar esse número, mas desistira ao meio da empreitada. Nos períodos de 1973-75, 1979-81 e 1982-84, iniciaram-se três censos, mas não chegaram a se completar. Visavam apenas ao pessoal da Administração Direta.

Quanto custava esse pessoal dos três regimes na Administração Direta e nas Autarquias, excluídas as especiais? O único dado tradicionalmente fornecido pelo Ministério da Fazenda era de que a despesa, incluindo os militares, girava em torno de 1/3 da despesa global do Orçamento Geral da União, registrando-se, por exemplo, percentuais de 29,93% em 1983, de 31,52%, em 1985 e de 23,82% em 1987.

Entre 1979 e 1984, a remuneração de pessoal da Administração Direta e das Autarquias sofrera grande aviltamento. As associações de classe, já em 1985, reivindicavam 350% de reposição, alegando que as perdas haviam atingido essa cifra. O Governo não tinha qualquer elemento para contestá-las. Podia ser. Podia não ser. Algumas classes politicamente mais organizadas haviam conquistado reposições parciais, mas ignorava-se o seu alcance, como era o caso das universidades, divididas em autarquias, com salários fixados por lei, e em fundações, com salários estabelecidos por elas próprias, sob frágil controle do CNPS ou, posteriormente, do CISE.

Algumas categorias funcionais, com maior poder de pressão, haviam conseguido organizar Carreiras, com remunerações mais elevadas. Fora o caso dos auditores fiscais e dos técnicos do Tesouro, no Ministério da Fazenda; e da Polícia Federal no Ministério da Justiça. O Ministério das Relações Exteriores teve a carreira organizada, mas com vencimentos absolutamente incompatíveis com a sua responsabilidade. Outras categorias haviam obtido gratificações específicas, além das gratificações próprias de nível superior e médio, que a todos eram concedidas.

O festival das gratificações

Nesse capítulo de graficações, chegamos a extremos da maior extravagância. Em todos os países organizados, o número de gratificações na administração pública oscila entre 6 a 10. No Brasil, chegamos a 101, com os mais contraditórios processos de aplicação: algumas recaem sobre o nível em que o servidor está posicionado, outras sobre o nível mais alto da categoria. Sem falar em expedientes inéditos, como, por exemplo, o mesmo funcionário contratado duas vezes para o mesmo órgão, dobrando a remuneração. Este era o caso dos veterinários do Ministério da Agricultura, a que se equiparariam, mais tarde, os agrônomos. Ou, ainda, a atribuição de gratificação de "zonas inóspitas" para servidores lotados nas cidades de São Paulo e de Brasília, apenas para efeito de melhor remunerar alguns funcionários do Ministério da Fazenda. Gratificações impróprias e extravagantes até na denominação: gratificação de desempenho, de produtividade, de

assiduidade etc., que são da natureza e dever das atividades do servidor.

Configurou-se, assim, o caos salarial. A lei estabeleceu 25 valores de salários de nível superior e 35 de nível médio, num total de 60. Entretanto, tínhamos mais de 400 valores de retribuição em função de gratificações especiais, de equiparações, de sentenças etc. Dou exemplo, que é isolado, mas caracteriza bem essa situação: um agente administrativo, nível médio com salário, em 19 de setembro de 1987, de Cz\$ 6.621,00 (seis mil, seiscentos e vinte e um cruzados), recebeu gratificações de Cz\$ 306.968,00 (trezentos e seis mil, novecentos e sessenta e oito cruzados), totalizando remuneração de Cz\$ 313.589,00 (trezentos e treze mil, quinhentos e oitenta e nove cruzados).

Acrescente-se a isto o fato de que os celetistas, com concurso ou sem concurso, com escolaridade superior ou até com 1º grau incompleto, tinham, desde 1962, o 13º salário. Em algumas autarquias, e empresas típicas de governo, ganhavam até 17 salários anuais. Os estatutários que ingressavam por concurso não tinham sequer o 13º salário, reclamado desde 1952.

Permitam-me V. Exª que, em breves considerações, alarguemos esse quadro de disfunções, com dois exemplos de distorções funcionais, fora do campo exclusivo do salário: o caso das 12 referências e dos arquivistas.

As doze referências

No Serviço Público, a mudança de referência é a promoção financeira do servidor dentro da mesma classe. No prazo máximo de 18 meses, ele deve ganhar uma referência na sua categoria. Sem mudança da lei, por um simples despacho presidencial, milhares de servidores ganharam, num só dia, 12 referências, ou seja, concluíram, em 24 horas, uma vida funcional, que lhes exigiria regularmente 18 anos.

Qual foi a mágica?

Em outubro de 1984, o Ministério da Aeronáutica solicitou ao Presidente da República autorização para preencher, até 12, as referências vagas do seu quadro de pessoal civil, defasado em função de melhorias concedidas ao pessoal militar. Ouve o DASP, o parecer foi contrário e o processo foi arquivado. Em outro despacho, o mesmo Ministro obteria do mesmo Presidente, em uma cópia de sua exposição de motivos, a pretendida autorização. E, neste País de equiparações corporativistas, seria concedida, também por despacho, a extensão do mesmo benefício para os funcionários civis do Exército, da Marinha, do Estado Maior das Forças Armadas — EMFA, do Hospital das Forças Armadas — HFA, ainda em 1984. No dia 14 de março de 1985, 24 horas antes da posse do atual Presidente, o mesmo benefício seria estendido a milhares de servidores civis de todos os órgãos.

Dai resultou o maior festival de irregularidades, que, em alguns órgãos, foram mantidas por decisões judiciais. Manifestou-se, nesse processo, três evidentes absurdos:

— quem, ao longo de uma vida funcional de mais de 30 anos, não tinha referência aberta à sua frente nada ganhou;

— quem, com 1 ano de serviço, tinha à sua espera, nos próximos 18 anos, 12 referências, as ganhou num só dia, praticamente encerrando sua vida funcional naquele momento; e

—quem, servidor de universidade, recebeu as 12 referências, existindo ou não vaga, mediante decisão da administração das instituições, baseada em parecer de um procurador, ele mesmo decidindo em causa própria.

Ou seja, sem qualquer lei, sem vaga, sem recursos, milhares de funcionários ganharam um aumento de aproximadamente 72%, e por decisão judicial houve a extensão do mesmo benefício para milhares de aposentados que já haviam concluído sua vida funcional.

Tentamos eliminar essa ilegalidade. A Consultoria Geral da República comprovou-a juridicamente e propôs a anulação, que se tornou inviável, porque, em muitos casos, sentenças judiciais a validaram, ora pelo argumento da habitualidade, ora pela impossibilidade de reduzir-se salários nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho—CLT.

A Multiplicação dos arquivistas

O outro exemplo. Lei de 1979 regulamentou a profissão de arquivista, em nível superior, mediante escolaridade própria. Em 1982, o Governo, ao regulamentá-la, abriu a brecha: quem já exercesse a profissão, mesmo não tendo curso superior, poderia pleitear o devido registro profissional na Delegacia Regional do Trabalho. No caso de servidores públicos o enquadramento como arquivista, nível superior, representaria mais de 100% de acréscimo na remuneração.

Trabalham efetivamente como arquivistas do Serviço Público Federal pouco mais de 1.200 servidores. O Ministério do Trabalho já forneceu, até o momento, mais de 49 mil registros de arquivista. Por nossa solicitação, para evitar a proliferação de pleitos absurdos de enquadramento nessa categoria profissional, foi providenciada, pelo Ministério do Trabalho, a suspensão desses registros.

O Predomínio do absurdo

E, só para completar esse quadro, um exemplo que nos aconselha a não perder a paciência com as reclamações dos que achavam e ainda acham que se pode fazer a Reforma Administrativa com a mágica dos decretos em série. O Programa Nacional de Desburocratização, cujos serviços à Administração realço e louvo em vários aspectos, considerou que a demora no pagamento de pensões especiais a famílias de funcionários devia-se à centralização desses processos no Ministério da Fazenda. Os prazos longos eram demasiados para quem, perdendo seu chefe e amiro, ainda ficava sem os proventos da pensão. E, na melhor das intenções, providenciou-se decreto, segundo o qual cada Ministério se incumbiria do pagamento dos seus pensionistas de forma descentralizada.

Teoricamente, a decisão era acertada, em termos de agilizar o andamento dos processos.

Em 1985, recebemos reclamação da família de um funcionário do Ministério da Indústria e do Comércio. Seu chefe falecera há 4 anos. A família requeria a pensão, com todos os documentos exigidos. E até àquela data nada recebera. Fomos buscar a explicação e com espanto, em vez daquele processo, encontramos, na mesma situação, 170 mil processos. Sobre tudo porque, a partir do decreto, o Ministério da Fazenda vinha pagando apenas as pensões das famílias dos seus

servidores, e enviara aos demais Ministérios os respectivos processos setoriais. Em cada um, todos dormiam o sono da burocracia feliz!

Permitam-me, ainda, V. Ex.^a que pince entre esses 170 mil processos, um que é o recorde dos recordes:

Em 1904 faleceu um funcionário do então Ministério da Agricultura, Indústria e do Comércio. Pela Lei de pensões, ainda do Império, os proventos, correspondentes a 50% do salário, eram divididos, metade para a viúva e metade para os filhos. No caso de não haver viúva, o rateio do total se faria entre os filhos, e, no falecimento de cada um, novo rateio beneficiaria os sobreviventes.

Nesse caso, o servidor era viúvo. Tinha 3 filhos. A partir de 1905, os três passaram a dividir os proventos. Em 1948, morreu o filho homem. E as duas filhas requereram o novo rateio. Excessivamente zeloso no cumprimento do critério, o Governo suspendeu, em 1948, o pagamento das parcelas anteriores até que se fizesse a nova divisão. E o processo saiu do Ministério da Fazenda para o Ministério da Agricultura, a fim de que se procedesse ao novo cálculo. Ali, um funcionário mais zeloso ainda descobriu que não havia no processo certidão de óbito da viúva. Quem sabe, se os filhos desalmados não estavam lesando sua própria mãe! E o processo foi ao Arquivo para a busca da certidão eventualmente existente ali. Depois de 4 anos, veio a informação: "Aqui, não. Pode ser que, no desdobramento do Ministério com o Ministério da Indústria e do Comércio, tenha a certidão ido ao acervo transferido." Lá foi o processo, de onde voltou, anos depois, com a mesma informação: "Aqui, não." E foi ficando no repouso sagrado dos arquivos, até que caiu, por milagre, nas mãos de mais de um funcionário. E, ele, revoltado, não deu um despacho. Fez um protesto, um desabafo contra a burocracia, contra a indiferença dos governos pelas famílias dos velhos funcionários, e não sei por que apontou caminho inesperado. "Vá o processo ao DASP." Em junho de 1986, 38 anos depois, o processo chegava às minhas mãos. Fui descobri-lo, no interior de Minas, com quase 90 anos, a única sobrevivente, esclerosada, filha do antigo funcionário, que, desde 1948, deixara de receber a minguada quantia da sua pensão e a do seu irmão, e depois de 1965, da irmã falecida naquele ano!

Ao citar esses casos, não quero desmerecer o lado positivo, competente e organizado, da Administração Pública Brasileira. Nem o devotamento de milhares de seus funcionários. Desejo, apenas, salientar que, a despeito da excelente estrutura criada em 1938, com o DASP, no primeiro Governo de Getúlio Vargas, depois esvaziado em suas funções precipuamente; a despeito da estrutura mais moderna implantada a partir do Decreto-Lei nº 200, no Governo Castelo Branco, a Administração se veio desmotivando, se desorganizando, se emperando, e foi essa tarefa de reconstrução da Administração Pública que o Presidente José Sarney nos entregou em nosso primeiro despacho, com a responsabilidade pela Reforma Administrativa, cujas linhas essenciais definiria, mais tarde, em discursos

"O Brasil não pode sobreviver com a máquina governamental desarticulada, anacrônica e desestimulada. É preciso, com humildade e ousadia, percorrer os caminhos da mudança, transformando a Administração

Pública num agente do desenvolvimento nacional. A democratização do País, como componente novo no meu Governo, empresta à Reforma o dimensionamento próprio, que não é somente técnico, mas, virtualmente político."

NO PRESENTE COM OS OLHOS PARA O FUTURO

Confesso que, logo de início, vivi momentos de angústia e de perplexidade, em face do quadro que encontrei. E tinha razões para isto.

Toda minha experiência em vida pública se fiseira no Parlamento, dezesseis anos de Deputado Federal, a partir da Constituinte de 1946. No Executivo, tivera, apenas, a vivência de cinco anos de mandato de Governo Estadual de uma Província pequena e pobre. E da vida pública estava afastado há 16 anos, proscrito que fora pelo AI-5, exatamente no período em que a Administração Federal ganhara dimensões novas e até exageradas.

Compareço, assim, diante de V. Ex.^a na expectativa de compartilhar, da forma mais franca e transparente, o aprendizado, os acertos ou erros, as alegrias e as frustrações do grande esforço que temos feito para alterar os padrões anacrônicos e caóticos da Administração Pública Nacional.

Não sabemos avaliar qual a maior dificuldade. Se o aviltamento dos salários, a partir de 1979, com evidente impossibilidade de correção diante da crise financeira em que o País mergulhou. Se a desmotivação do funcionalismo, sem perspectivas do crescimento pelo mérito, fraudado pelas distorções geradas no favoritismo e na exaustão das últimas reservas de orgulho profissional. Se a degradação a que se expunha, todos os dias, pela cobrança da sociedade, de uma máquina estatal retratada em suas deficiências e incompetências, sem, ao menos, e apesar de tudo, reconhecer-se as virtudes subsistentes. Se as impacientes reivindicações de categorias profissionais mais organizadas politicamente ou mal preparadas e manipuladas por interesses políticos ou ideológicos, com a fácil matéria-prima das privações e injustiças. Se a exigência diária dos meios de comunicação para os quais a Reforma Administrativa se iniciaria e se completaria com a eliminação das chamadas mordomias, a demissão sumária de centenas de milhares de servidores, a extinção de órgãos e a privatização de empresas.

Não perdemos a paciência nem buscamos o elogio fácil. Não nos submetemos à inércia crônica das resistências passivas da própria máquina. Não desanimamos diante da crítica sistemática dos que, mesmo diante da evidência das tarefas iniciadas, repetiam, como repetem ainda, que a Reforma Administrativa não sairia do papel; quando esses críticos preconizavam, eles sim, que ela fosse apenas um amontoado de papéis, através de decretos-leis, decretos e portarias.

Tínhamos a consciência da magnitude e da complexidade da obra a realizar, desbravando a floresta de mais de 25 mil leis e decretos total ou parcialmente vigentes, desde 1930, e de um século de prática administrativa que oscilava entre a centralização do poder de decisão e o medo da responsabilidade dos setores subordinados.

Componentes de uma Estratégia

Fixamos, em consequência, quatro linhas de ação, que se exerceriam ora em conjunto, ora isoladamente, dentro do mesmo espírito de mudança, a saber:

1º Criação do clima de Reforma, através de conferências, entrevistas, seminários, debates, que realizamos por todas as regiões do País, indicando erros e buscando fixar diagnósticos;

• Constituição e funcionamento, durante meses, da Comissão Geral da Reforma Administrativa, com 36 representantes de vários segmentos da sociedade, inclusive das mais importantes associações de servidores. Esta Comissão fixou diretrizes, debateu e encaminhou soluções, e contribuiu para formar o espírito da reforma que está sendo implementada. Criamos ainda, o;

• Grupo Executivo de Políticas Públicas, integrado por especialistas em Administração para, através de seminários e da divulgação de estudos, agregar as contribuições relevantes para estruturação de um Estado moderno e eficiente;

2º Correção de distorções mais gritantes visando a preparar o caminho das futuras soluções legislativas e administrativas, sobretudo, nas áreas de recursos humanos, de modernização das estruturas administrativas e de serviços gerais, em termos de racionalidade e moralização;

3º Implantação de novos mecanismos gerenciais, a começar pelo 1º Cadastro Nacional do Servidor, através do qual se está podendo, a partir do conhecimento real da extensão e das características dos quadros do Governo, formular uma nova política de Recursos Humanos; e

4º Colaboração, quando solicitada, na formulação e no encaminhamento de outras medidas administrativas setoriais de emergência, que correm paralelamente ao processo da Reforma.

Com essa orientação e abertos a todas as contribuições, aceitamos uma realidade incontestável, mas não podíamos deixar de levar em conta que a ação administrativa do Governo tem um compromisso com a viabilidade do Brasil, no limiar de um novo século e de um novo milênio que se aproximam.

O caos instalado e as disfuncionalidades do aparelho administrativo, a partir das quais o governo teria de agir - e com a pressa que fosse permitida — manifestava-se sob as mais variadas formas:

A dualidade administrativa do Estado — De um lado, a Administração Direta, lenta, emperada, perdida em formalidades legais, freqüentemente alheia aos objetivos finais da ação governamental. Do outro lado, a Administração Indireta, funcional, em alguns setores, na base de critérios gerenciais e técnicos mais ágeis e modernos, mas, quase sempre, insubmissa aos controles político-administrativos, do Executivo, do Legislativo e da própria sociedade.

A inexistência de instrumentos gerenciais — Não os havia, por mínimos que fossem, para garantir critérios e métodos administrativos uniformes de ação governamental. Tal situação permitiu a proliferação de privilégios, de mordomias e de abusos que o Governo tem procurado eliminar de maneira enérgica.

A falta de compromisso relativo à profissionalização do Serviço Público — O princípio do mérito fora substituído pela multiplicidade dos canais de acesso aos cargos públicos, pelo favori-

tismo no preenchimento da grande maioria de cargos e funções, e pela prevalência do clientelismo político-administrativo. A vasta gama de sistemas de remuneração e de gratificações facilitava esse processo e a seleção através de concurso só existia, na prática, para os cargos menores.

O centralismo administrativo — Tornou-se, cada vez mais, o principal critério de organização dos sistemas administrativos do Governo, resultando em desperdício intolerável de recursos e em excessiva burocracia de regulação e de controle que dificultava, cada vez mais, a vida do cidadão.

Principais Realizações

A cada uma das opções estratégicas já descritas demos consequência prática, a seguir descritas de forma sintética.

Primeiro, presidimos todas as reuniões da Comissão Geral da Reforma; aceitamos todos os convites para conferências e debates em associações de classe, em universidade e etc; mobilizamos os instrumentos de comunicação social; realizamos seminários em todas as regiões do País; e acompanhamos, pessoalmente, a elaboração do Programa Editorial de Políticas Públicas, com a publicação, em 1986 e 1987, de mais de dez livros de repercussão significativa.

Segundo, buscamos e obtivemos a correção de inúmeras distorções, dentre as quais eu destacaria:

A — No Setor de Pessoal

1. proibição de qualquer contratação na Administração Direta e nas Autarquias, a partir de 17-3-85, e extensão da mesma limitação na Administração Indireta a partir de 7-7-85. Resguardamos, no primeiro caso, a reposição por concursos, de 1/3 das vagas ocorridas;

suspensão, por dois anos, da ascensão funcional como condição para reorganização dos Quadros, depois da concessão arbitrária das 12 referências;

3. extinção das 104 tabelas especiais, mediante processo seletivo instaurado para seus 96 mil integrantes, e sem nenhuma admissão no Governo atual;

4. igualdade de percentual no reajuste de remuneração dos servidores dos Três Poderes, bem como entre os civis e militares, o que não ocorria há 7 anos, com a extensão desse critério, acrescido de 10 pontos percentuais, aos proventos de aposentadorias e pensões, como compensação de perdas maiores sofridas desde 1979;

5. reposição mínima de 7%, em 1985, considerando a inflação dos doze meses ou 31% considerando após o mês de março; 2%, em 1986 — ano de baixa inflação do Plano Cruzado; e 17% para nível superior e 37% para nível médio, em 1987, num total acumulado de 27% para o nível superior e 49% para o nível médio, sobre os índices de inflação dos três anos ou 56% para o nível superior e 83% para o nível médio sobre os índices de inflação no Governo José Sarney;

6. concessão do 13º salário aos estatutários e militares, inclusive aposentados e pensionistas;

7. estabelecimento de institutos de promoção para as carreiras fiscais;

8. reestruturação das referências das categorias funcionais de assistente social, geógrafo, so-

ciólogo, tradutor-intérprete, nutricionista e datilógrafo;

9. instituição do regime jurídico dos funcionários federais a serviço do País no exterior;

10. aplicação aos policiais dos Territórios das carreiras da Polícia Federal;

11. ampliação do deferimento da gratificação de desempenho de atividades rodoviárias;

12. regulamentação do funcionamento de creches para filhos de funcionários, criadas pelo Estatuto desde 1952 e não implantadas, e de escolas pré-primárias, iniciativa do atual Governo;

13. redistribuição de mais de 6.000 funcionários de órgãos extintos ou reestruturados, ou com excesso de pessoal, para órgãos carentes de pessoal.

B — No Setor de Serviços Gerais

1. numerosos edifícios públicos construídos na velocidade da implantação de Brasília, bem como as residências dos Ministros e de outros altos titulares, não existiam juridicamente. O antigo DASP possuía a documentação do terreno. Os prédios não estavam regularizados, nem contavam com "habite-se" legal. Levamos mais de um ano para pôr em ordem a sua situação jurídica e patrimonial.

2. os Ministros de Estado e diretores de autarquias tinham as despesas de suas residências totalmente pagas pelo Tesouro, sem limites, pois, iam, na moeda e no custo de vida da época, de 28 milhões de cruzeiros a 450 milhões de cruzeiros mensais: empregados, água, luz, gás, telefone, comida, piscina, asseio etc. O Governo atual passou a cobrar dos Ministros os custos de aluguel, 15% de sua remuneração, e todas as demais despesas, proibindo a antiga mordomia, que vinda da fundação da cidade, para os diretores de órgãos e entidades.

C — Apartamentos Funcionais

O Governo, que transferiria da Administração do Distrito Federal para o antigo DASP a propriedade e gestão do Fundo Habitacional de Brasília, não sabia quantas casas e apartamentos funcionais existiam e quem neles moravam, funcionários ou não. Contratamos o Serpro, e, com a participação de 130 cadastradores recrutados entre universitários, em 15 dias conseguimos identificar 10.600 apartamentos e 49 casas. Dos primeiros, 49% estavam indevidamente ocupados, e da ocupação concedida, em alguns casos, já haviam mudado, sem registro no órgão, seis moradores, com a instituição imoral de pagamento entre eles. Conseguimos regularizar com grande obstinação 2.400, e está no Congresso, desde outubro de 1985, projeto de lei, de iniciativa do Executivo, que, aprovado, nos permitirá regularizar os 2.400 restantes. Entre eles, 1.822 em mãos de funcionários que são proprietários de uma ou mais residências em Brasília, as quais alugam por altas somas, enquanto despendem apenas 2% ou 3% dos aluguéis que auferem para ocupação de um apartamento funcional.

D — Carros de Representação

Outra providência que se impunha, entre as correções urgentes, era ao uso dos carros de representação — chapa de bronze. Só em Brasília circulavam 1.800. Reduzimos para 192, para uso exclusivo de Ministros de Estado, de Secretários-Gerais e de Presidentes de Autarquias e órgãos

autônomos, além de 20 veículos de representação diplomática. E nos Estados reduzimos esses veículos de 640 para 70.

Dos carros desativados, 1.200 foram leiloados, e os demais doados a órgãos federais, estaduais, municipais e instituições sociais.

E — Estruturas Administrativas

Reconhecemos humildemente que foram, até agora, pequenas e lentas as alterações das estruturas administrativas.

Mesmo assim, registramos:

1. Reformulação do Cadastro de Estruturas da Administração Pública Federal, que registrava, até então, apenas duas mil unidades, e que abrange, hoje, o universo de mais de 20 mil unidades organizacionais federais;

2. reorganização da estrutura do Ministério das Relações Exteriores com a extinção de 18 consulados, 20 departamentos internos e economia anual de 18 milhões de dólares;

3. reformulação parcial de órgãos do Ministério da Indústria e do Comércio, Cultura e da Saúde, com a extinção de 405 unidades administrativas e redistribuição de 4.400 funcionários.

Terceiro, à medida em que iam tomando essas providências mais urgentes, tratávamos de criar novos mecanismos gerenciais, nos setores de Pessoal e Capacitação de Recursos Humanos, Modernização Administrativa e Serviços Gerais.

A — Cadastro Nacional do Servidor

Executado em 11 meses, com a colaboração do IBGE, e gastos inferiores a 300 mil cruzados, já que utilizamos, basicamente, recursos existentes na própria Administração.

Dele emergem os primeiros dados precisos sobre a situação de Pessoal:

Administração Direta e Autarquias:

570.991 funcionários ativos
215.421 funcionários inativos
135.463 pensionistas

Administração Indireta:

(Fundações, empresas típicas de governo, empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias especiais);

1.006.490 empregados (não há inativos, porque todos são aposentados e pensionistas do INPS, pelo regime CLT).

Total dos funcionários e empregados da União: 1.577.881, ou seja, 1,10% da população total ou 1,58% em relação à população economicamente ativa, ou, neste último caso, 11%, se aceitarmos as estimativas — apenas estimativas — que incluem, também, os servidores estaduais e municipais.

Aqui vale uma observação sobre o número de servidores, exagerados até por ex-Ministros de Estado e repetidos diariamente pelos meios de comunicação, que insistem em desconhecer as cifras corretas do Cadastro.

Se comparamos esses números com os de 12 países da Comunidade Econômica Europeia, os nossos modestos 1,10% se confrontam com percentuais que vão de 4,27 a 14,90% e os nossos 1,58% em relação à população ativa se colocam ante percentuais que variam de 9,95 a 27,89%. Se procurarmos a companhia de países mais próximos, encontraremos, na comparação entre o número de servidores e a população econômica ativa, segundo o Banco Mundial, Relatório de

1986, a Costa Rica com 19,5%, a Venezuela com 21,4%, a Argentina com 22%, o Uruguai com 23,1%.

Com base nessa realidade, tenho sustentado que não temos excesso global de funcionários, mas dois problemas igualmente graves:

— má distribuição de servidores, em lotações que, agora extintas com 363 mil claros, estabelecidos desde 1970 e revistas apenas em 1974, estamos procurando precariamente atenuar com cerca de 6 mil redistribuições de órgãos com excesso para órgãos carentes, até que se estabeleça nova e racional lotação;

— má preparação do funcionalismo. Na administração direta, o Cadastro revela que 43,96% não têm o segundo grau completo, e deles, 18,26% sequer o primeiro grau, e na administração indireta, 34,59% têm, apenas, o 1º grau.

O Cadastro Nacional do Servidor vai-nos permitir estabelecer, até o final deste Governo, políticas salariais, sistemas de avaliação e de mérito, regime jurídico, processos de recrutamento e de seleção, sistemas de aposentadoria e de pensões, e programas de educação, treinamento e desenvolvimento de pessoal em bases bem mais sofisticadas e ajustadas às novas necessidades.

B — Auditoria de Pessoal

O Governo iniciou a prática de auditorias regulares de pessoal em dezembro de 1986. Formamos os primeiros 75 auditores na Funcep, sem nomear ninguém, aproveitando funcionários com experiência em assuntos de recursos humanos. As primeiras auditorias foram realizadas nos Estados de Rondônia e do Acre, para avaliar as responsabilidades subsistentes da União naquelas Unidades, com resultados surpreendentes, que deve gerar providências importantes. Realizamos mais de uma centena de auditorias, com a cooperação da Sepal e do Ministério da Fazenda, em todos os órgãos federais dos Estados do Pará, Ceará, Amazonas, Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, e, em Brasília, em órgãos e entidades vinculadas a 6 Ministérios, cujos resultados, na forma da lei, submeteremos, dentro de poucos dias, aos Ministros de cada área, para as medidas corretivas.

C — Serviço Nacional de Protocolo Eletrônico — Senapro

Estudo técnico realizado constatou que a duração média de um processo na Administração Pública era de 4 a 7 anos, o que é inconcebível nestes tempos de informatização. Para corrigir esta situação, organizamos o Senapro, que, nesta primeira fase, atinge a Sedap e o Ministério da Fazenda, com quase 6 milhões de processos. Cada processo é digitado, analisado no andamento e prazos necessários e o usuário pode, de qualquer parte do País, sem interferência de procuradores ou despachantes, acompanhar a movimentação através de número nacional de telefone, obtendo informações e providências em menos de 5 minutos, com o pessoal especialmente treinado. Esperamos que até 1989 todos os Ministérios estejam integrando o Senapro.

D — Mala Oficial

Os 84 veículos que transportavam a correspondência oficial, em Brasília, rodavam 606.595 quilômetros por mês, com 11.025 saídas registradas. Organizamos a Mala Oficial, e toda essa corres-

pondência é hoje entregue, duas vezes por dia, em 6 veículos com 633 saídas e apenas 7.218 quilômetros mensais, transportando 313.320 documentos. A economia, em preços de 1987, é da ordem de 96 milhões de cruzados.

E — Central de Veículos Oficiais — CVO

No último dia deste mês, esperamos colocar em funcionamento, para servir aos Ministérios, a Central de Veículos Oficiais, espécie de radiotaxi oficial, que reduzirá os carros de serviço, chapa-branca, de 880 para 300, em Brasília.

F — Cadastro de material

Na área de Serviços Gerais, esperamos, ainda este ano, completar as providências relativas à aquisição e à conservação de material, com a elaboração de cadastro de material, uniformizado para o Serviço Público, e o Cadastro de Fomecedores.

G — Modernização administrativa

No setor de modernização, já editamos, este ano, três publicações — **Titulares e Endereços**; **Diretórios de Dados e Bases**, que congrega informações sobre todos os Bancos de Dados do Governo Federal, e **Poder Executivo — Estruturas Básicas e Organogramas**.

Isto já foi feito. Há, ainda muito o que criar, fazer e desenvolver em um País que de D. João VI a 1945 contava, apenas, com 29 empresas estatais. Hoje são 415. Já foram 550, em 1981. Em 50 anos, o número de Ministérios foi multiplicado por 4 e as unidades administrativas, de vários níveis, já superam a cifra de 20 mil.

Por último, à margem do processo de Reforma Administrativa a cargo da Sedap, não nos podíamos opor a que diversos setores do Governo adotassem providências de caráter de emergência, fora de tramitação normal do nosso trabalho. Em diversas oportunidades, quando solicitados, houve o concurso de nossas equipes técnicas.

Nesta área, assinalamos algumas medidas de grande importância e já adotadas pelo Governo:

1. Estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e controle das entidades estatais (Decreto nº 93.216, de 3-09-86);
2. Sistematização das atividades da Advocacia Consultiva da União (Decreto nº 93.237, de 3-9-86);
3. Disciplinamento das contribuições para formação e manutenção de entidades fechadas de previdência social (Decreto nº 93.597, de 21-11-86);
4. Reorganização do IBGE (Decreto nº 93.599, de 21-11-86);
5. Aprovação do novo Estatuto da Caixa Econômica Federal (Decreto nº 93.600, de 21-11-86);
6. Extinção da S/A Coque e Alcool Madeira — Coalbra (Decreto nº 93.603, de 21-11-86);
7. Extinção de empresas sob controle indireto da União — Alune, Conesg e CRN (Decreto nº 93.608, de 21-11-86);
8. Incorporação das Empresas Públicas Petrasa e Arsa à Petrobrás e à Infraero (Decreto nº 93.609, de 21-11-86);
9. Transferência das Centrais de Abastecimento — Ceasa para Estados e Municípios (Decreto nº 93.611, de 21-11-86);
10. Extinção de órgãos do Ministério da Fazenda (Decreto nº 93.612, de 21-11-86);

11. Extinção de órgãos do Ministério da Educação (Decreto nº 93.613, de 21-11-86);

12. Extinção de órgãos do Ministério da Agricultura, Ministério da Indústria e do Comércio, Ministério das Minas e Energia e Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Decreto nº 93.614, de 21-11-86);

13. Extinção de escritórios de representação de órgãos e entidades da Administração Federal (Decreto nº 93.616, de 21-11-86);

14. Novas atribuições à Secretaria do Tesouro Nacional (Decreto nº 93.655, de 5-12-86);

15. Alteração da estrutura básica e competência da Seplan (Decreto nº 94.159, de 31-3-87);

16. Transformação do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia-INPA, em órgão autônomo e sua transferência para o Ministério da Ciência e Tecnologia (Decreto nº 94.236, de 15-4-87);

17. Estrutura básica do MHU é transferência da Caixa Econômica Federal do Ministério da Fazenda para o MHU (Decreto nº 95.075, de 21-10-87);

18. Extinção do BNH (Decreto-Lei nº 2.291, de 21-11-86);

19. Extinção do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins GETAT (Decreto-Lei nº 2.328, de 5-5-87);

20. Extinção do Incra, transferência de suas atribuições para o Mirad e criação do Instituto de Terras Rurais — Inter (Decreto-Lei nº 2.363, de 21-10-87);

21. Alienação de ações de CBTU (Decreto nº 2.399, de 21-12-87);

22. Instituição pela Lei nº 7.596, de 1987, da isonomia salarial nas fundações e autarquias do ensino superior e nível médio e inclusão no âmbito da administração indireta, das fundações públicas (Lei nº 7.596, de 10-4-87);

Apresentei a V. Exa uma fotografia de administração pública em 1985, descrevi as linhas de ação seguidas pelo atual Governo, dentro da estratégia da Reforma Administrativa ou sob o império de circunstâncias urgentes e quase sempre geradas pela situação financeira e, ou, pelas necessidades de redução da máquina estatal.

No próximo capítulo tratarei daquilo que considero mais importante para o futuro da Administração Pública Brasileira — Uma Nova Política de Recursos Humanos: a criação dos Sistemas de Carreira do Pessoal Civil e do Subsistema de Capacitação e Treinamento de Recursos Humanos, através do Centro de Desenvolvimento da Administração Pública—Cedam e da Escola Nacional de Administração Pública—Enap.

O NOVO SISTEMA DE CARREIRA

Passado de Frustrações

Há cinquenta anos, precisamente, desde a criação do DASP, espera a Administração Federal um plano de carreira. Tentou-se em 1936, 1960 e 1970. As três iniciativas foram frustradas por erros de concepção doutrinária e, principalmente, pela ausência de critérios de progressão baseados no mérito e no esforço do servidor, inclusive no que diz respeito ao acesso aos cargos de direção e de assessoramento superior.

A Lei nº 284, de 1936, mais conhecida como "Lei do Reajustamento", iniciou a sistematização do Serviço Público Federal; adotou os critérios então conhecidos para organização de pessoal;

distinguiu, na classificação de cargos, os de provimento efetivo e os de provimento em comissão, excluindo estes das carreiras; *distinguiu as classes*, exclusivamente, pelos padrões de vencimento; e criou o Conselho Federal do Serviço Público Civil, do qual se originou, dois anos mais tarde, o Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP.

A Lei nº 3.780, de 1960, não obstante mantivesse a distinção acima referida, deve ser considerada o primeiro diploma legal de classificação de cargos, por suas características técnicas, fruto de estudos desenvolvidos no DASP. Inspirada no modelo norte-americano, as classes deixariam de ser meras referências retributivas e se consubstanciariam em conjuntos de cargos com deveres e responsabilidades específicos, constituindo-se na linha natural de promoção dos funcionários. Não produziu, porém, os efeitos desejados pelo excesso de formalismo em sua implantação, bem como pela inexistência de adequadas condições de apoio técnico e político no conjunto do Governo.

A Lei nº 5.645, de 1970, ainda em vigor, fixou os princípios básicos que deveriam nortear novo Plano de Classificação de Cargos a ser implantado por decreto do Poder Executivo. As transgressões aos princípios estabelecidos, as deficiências técnicas dos órgãos de pessoal, a desvinculação entre os cargos de direção e de assessoramento e as carreiras, bem como a despreocupação com a formação de quadros dirigentes, dentre outros motivos, acabariam por comprometer mais essa tentativa.

A Nova Política de Recursos Humanos

A classificação de cargos é o marco inicial e indispensável na administração de recursos humanos. Mas o Sistema de Carreira, criado neste Governo, não é apenas uma nova concepção de classificação de cargos para o Serviço Público Civil Federal. Lança as bases de uma verdadeira política de recursos humanos, propiciando a adoção de um adequado plano de retribuição e de um regime jurídico de trabalho único, no momento em que a Nação se renova, escreve uma nova Constituição e exige um serviço público melhor e mais eficiente. Representa, ainda, o passo inaugural e decisivo para a concretização das medidas determinadas no art. 3º do Decreto nº 91.309, de 4 de julho de 1985, que dispõe sobre a Reforma da Administração Pública Federal:

"A reforma administrativa contemplará, entre outros aspectos, o estabelecimento de sistema normativo destinado a valorizar os recursos humanos da Administração Pública, direta e indireta, estatutando critérios de seleção e admissão por concurso público, bem como a capacitação e promoção dos servidores, mediante cursos e estágios, objetivando que os cargos de direção e assessoramento superiores sejam exercidos pelos ocupantes dos quadros de carreira, com base no aprimoramento profissional."

Estas são bases doutrinárias sólidas a serem implementadas dentro das técnicas de classificação de cargos já utilizadas, com sucesso, em países desenvolvidos. As carreiras estão associa-

das às estruturas organizacionais e às atividades que nelas se desenvolverem.

Estabeleceu-se, em relação aos cargos de provimento em comissão, a hipótese de recrutamento restrito, vinculando-os também a cargos de carreiras. Entretanto, em situações especiais, admitir-se-á o recrutamento amplo, isto é, a livre nomeação e exoneração pela autoridade competente.

As carreiras serão organizadas em classes, integradas por cargos de provimento efetivo. Para cada classe deverão ser especificadas as atribuições e os requisitos de formação, capacitação e experiência, bem como, quando for o caso, os cargos em comissão a ela vinculados. Nos quadros de pessoal dos Ministérios, dos órgãos diretamente subordinados à Presidência da República e dos Territórios Federais, deverão ser discriminados os cargos de direção e assessoramento referentes a cada unidade de estrutura organizacional, as carreiras necessárias ao desempenho das atividades, ademais do número de classes e de cargos de provimento efetivo pertencentes a cada carreira.

O ingresso do funcionário no Sistema de Carreira pressupõe, sempre, aprovação em concurso público. Os servidores concursados, pertencentes aos atuais quadros e tabelas permanentes, poderão optar para ingresso nas carreiras, desde que tenham a necessária habilitação legal, e com o exercício dos cargos em comissão condicionado à conclusão, com aproveitamento, de programa de capacitação para esse fim instituído.

O desenvolvimento do funcionário na carreira far-se-á por promoção ou progressão. A promoção corresponderá à passagem de uma classe para a imediatamente superior da carreira, tendo por base desempenho eficaz nas atribuições exercidas pelo funcionário, cumprimento do interstício fixado para a classe e realização do pertinente programa de capacitação. Já a progressão significará a mudança de referência para a seguinte, dentro de uma mesma classe, obedecidos os mesmos requisitos da promoção, exceto no que diz respeito à realização do programa de capacitação.

O Sistema de Carreira não deverá limitar-se ao âmbito dos serviços civis da União e dos Territórios Federais. Conquanto sejam respeitadas suas especificidades, as autarquias e fundações públicas deverão dispor de quadros próprios de pessoal, concebidos e implantados à luz dos princípios gerais que fundamentam o Sistema de Carreira: mérito como critério para ingresso e desenvolvimento na carreira, capacitação técnica permanente dos servidores, estrutura dos cargos de provimento em comissão e de provimento efetivo, e exercício de cargos em comissão por integrantes das carreiras, ressaltados os casos de recrutamento amplo.

A implantação do novo sistema implicará, ainda em ampla revisão das estruturas organizacionais dos Ministérios, órgãos diretamente subordinados à Presidência da República e Territórios Federais, e sua vigência fixará para o Poder Executivo a obrigação de encaminhar ao Congresso Nacional os projetos de lei relativos ao Plano de Retribuição dos Cargos e ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União e dos Territórios Federais, já em fase final de elaboração.

Uma burocracia preparada

É necessário salientar, entretanto, que o sistema criado pelo Decreto-Lei nº 2.403, de 1987, cuja regulamentação sairá em breve, tem a sua ampliação e o seu êxito dependente de uma estrutura de capacitação e treinamento organizada e competente. Para realização, em curto prazo desses objetivos, saliento dois acontecimentos importantes: primeiro, a criação, dentro da Funcep, da Escola Nacional de Administração Pública—ENAP e do Centro de Desenvolvimento da Administração Pública—Cedam.

A Funcep foi criada em 1981 para treinar servidores. Encontramo-la bem instalada, em prédio anteriormente construído para a Academia Nacional de Polícia, com bom corpo de funcionários, mas absolutamente carente de recursos financeiros para cumprir a sua finalidade. Os recursos existentes em 15 de março de 1985, para treinamento, eram de sete mil cruzeiros, hoje sete cruzados!

Nas dificuldades financeiras em que mergulhava o novo Governo, tivemos que viver, no primeiro ano, da locação de moradia para os alunos do Instituto Rio Branco ou de cursos privados, com cuja renda conseguimos ainda treinar, naquele ano, mais de oito mil funcionários, em cursos rápidos.

Em 1986-1987, já com recursos próprios, fizemos a sua reestruturação, e procedemos à criação daqueles dois Institutos.

Para fixar melhor os objetivos e a organização da ENAP, fomos à França ver obra pioneira instituída pelo Presidente De Gaulle, em 1945, na qual o povo francês já foi buscar sete Presidentes da República de dezenas de Ministros de Estado, o que revela as excelências da elite administrativa ali formada. Fomos verificar, também, a experiência mais recente da Argentina. E, com os dois exemplos e com a cooperação técnica de ambos, fizemos a nossa ENAP, cujo vestibular realizou-se no dia 24 de abril passado, a primeira etapa, com a inscrição de 68.585 candidatos às primeiras 120 vagas de gestor governamental, que após 18 meses de curso, deverão, em 1990, assumir postos de direção e de assessoramento superior, já dentro do novo Sistema de Carreiras.

Para orientar as tarefas de treinamento, e a realização de cursos de nível superior e médio para as promoções da Carreira, enviamos missões ao Canadá e aos Estados Unidos, onde esses setores de capacitação apresentam longa e vitoriosa experiência. Enquanto estamos processando os acordos de cooperação técnica, realizamos convênios com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, com as Escolas Técnicas Federais e outras instituições estaduais, a fim de permitir aos servidores realizarem, nos próprios Estados em que residem, os cursos de treinamento e os cursos próprios de suas Carreiras, com a supervisão e monitoramento do Cedam.

CRISE FINANCEIRA E POLÍTICA SALARIAL

Desde janeiro do corrente ano, nos defrontamos com novas dificuldades financeiras da União. Por conta dessa situação, propuseram os Srs. Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e

Coordenação Geral e Ministro da Fazenda novas medidas de contenção das despesas de Pessoal:

1. suspensão, por três meses, do pagamento da URP (Unidade de Referência de Preços);
2. incentivos à aposentadoria com tempo proporcional;
3. incentivos à demissão voluntária;
4. redução da metade das gratificações quando o funcionário exercer emprego privado ou atividade autônoma.

A primeira sugestão foi amplamente discutida no Conselho de Desenvolvimento Econômico e, em face dos dados apresentados pela área econômica, o Senhor Presidente da República adotou-a, apenas por dois meses, para toda a Administração Federal, assegurando a manutenção da URP a partir de junho do corrente ano.

Em tomo da medida, houve pronunciamentos políticos e classistas contrários, e é natural. Ninguém gosta de redução, mesmo transitória, de parcelas do seu salário, sobretudo em fase de alta inflação. Mas a área econômica defendeu a necessidade imperiosa e urgente das medidas, sob o argumento de que as despesas de Pessoal haviam atingido níveis insuportáveis para serem atendidas pela receita líquida disponível. Se a medida não fosse adotada, estaria em risco o paga-

mento em dia de todo o funcionalismo ou, o Governo, para evitar o atraso, se veria na contingência de demitir entre 80 e 100 mil servidores.

Qualquer constrangimento que os opositores à sugestão e o próprio Presidente tivessem em admitir a solução, teria que ser confrontado com as duas alternativas mais graves e mais danosas, e, assim, não houve como evitá-la.

Crêditos de medição de despesa de pessoal

No período das discussões, que ocorrem naturalmente nos regimes democráticos de governo — e a estranheza talvez decorra da prática continuada de vinte anos de regime autoritário, com a sua censura, os seus silêncios — pareceu a alguns ilustres Senadores, autores da convocação dos Ministros da Fazenda e da Administração, que usávamos dados diferentes. E usávamos mesmo. Explico por quê.

Foi sempre usual, na administração, a União despende cerca de 1/3 de sua despesa global com o custeio de pessoal.

E nos últimos anos até menos de 1/3, conforme quadro divulgado pelo próprio Ministro da Fazenda:

ANOS	DESPESA TOTAL (A)	DESPESA PESSOAL (B)	(B)/(A)
1980	1,191.0	339.9	28.54
1981	1,544.8	719.4	46.57
1982	4,619.8	1,574.3	34.08
1983	11,104.6	3,323.7	29.93
1984	33,817.2	9,348.4	27.64
1985	130,425.3	41,112.4	31.52
1986	548,108.7	104,837.0	19.13
1987	1,615,099.6	384,659.1	23.82
1988 ^(*)	14,500,000.0	3,176,510.0	21.91

(*) Estimativa — Valores Preliminares — Inflação 600%
Fonte: Ministério da Fazenda — STN, 1988.

Ocorre que os atuais Ministros da área econômica consideram inconsistente esse processo de medição, oriundo dos primórdios da República, por duas razões principais:

1. porque não leva em conta a unificação dos orçamentos fiscais e monetário realizado pelo atual Governo e já em execução este ano;
2. porque, na estatística tradicional, se incluem, também, as despesas financiadas por endividamento.

Daí por que sustentam a necessidade de comparar a despesa de Pessoal com a receita líquida disponível, que resulta da arrecadação global, deduzidas as parcelas das transferências aos Estados e Municípios, e dos compromissos vinculados a Fundos Compulsórios, subsídios, incentivos etc. O Quadro Comparativo, a seguir, indica as relações entre Receitas do Tesouro e Despesa de Pessoal.

A Realidade das Despesas de Pessoal

Por que cresceram tanto as despesas de Pessoal? Perguntarão V. Ex^{as}

1. cresceram, é verdade, mas não tanto. Cresceram porque o Governo Sarney em face do aviltamento dos salários a partir de 1979, repôs, nos reajustes de 1985, 1986 e 1987, percentuais acumulados de 56% para o nível superior e 83% para o nível médio nos três anos sobre índices de inflação desse período;

2. cresceram porque, no final do Governo passado, os quadros de Pessoal foram conturbados com a concessão indiscriminada de doze referências de uma só vez;

3. cresceram porque a Lei nº 7.595/87 decidiu conceder isonomia salarial às Instituições Federais de Ensino, com percentuais que variam, no ano de 1987, de 731% a 591%, para o magistério, de 585% a 1.582% para os servidores de nível médio e operacional, e de 415% a 687% para os servidores administrativos de nível superior, num ano em que a inflação foi de 366%;

4. cresceram porque aumentos isolados de determinadas categorias ultrapassaram, como conquistas das classes respectivas, os percentuais concedidos nos reajustes gerais, tais como os das carreiras do Ministério da Fazenda, da SE-

QUADRO COMPARATIVO
Receita do Tesouro/Despesa de Pessoal

1979-1988
Cz\$ Milhões

Anos	Receita Orçamentária (A)	Receita Vinculada (B)		Disponível (C) = (A)-(B)	PIB (D)	Despesa Pessoal (E)	Relações		
		União	Transf. Est. M.				(E)/(C)	(E)/(D)	(E)/(A)
1979	544.2	163.5	90.5	290.2	6,041.0	173.4	61.47	3.0	32.8
1980	1,221.0	440.8	162.6	617.6	12,639.0	339.9	55.04	2.7	27.8
1981	2,338.0	666.9	418.8	1,252.3	24,737.0	719.4	57.45	2.9	30.8
1982	4,727.8	244.9	882.7	3,600.2	48,148.0	1,574.3	43.73	3.3	33.3
1983	11,579.6	571.2	2,082.1	8,926.3	118,195.0	3,323.7	37.23	2.8	28.7
1984	35,917.7	3,425.2	7,438.5	25,054.0	387,968.0	9,348.4	37.31	2.4	26.0
1985	132,627.6	17,381.9	33,494.7	81,751.0	1,406,077.0	41,112.4	50.29	2.9	31.0
1986	380,185.5	74,346.8	92,328.0	213,510.7	3,687,476.0	104,837.0	49.10	2.8	27.6
1987	1,151,750.6	221,026.7	280,990.5	649,733.4	12,009,700.0	334,659.1	59.20	3.2	33.4
1988 (*)	5,562,000.0	1,047,128.0	1,405,476.0	3,109,396.0	70,319,200.0	3,176,510.6	102.16	4.5	57.1

(*) Estimativa — Valores Preliminares — Inflação de 600%

Fontes: Balanço-Geral da União — 1979 a 1986
SRF/SOF/STN/BACEN — 1987 e 1988

PLAN, da Polícia Federal, da Advocacia Consultiva da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Previdência e Assistência Social, bem como a equiparação dos militares ao Poder Judiciário. E não há como criticá-los, salvo o aspecto de medidas isoladas, pela melhoria de remuneração. Trata-se de requisito para que o Governo possa dispor de funcionalismo estável e preparado para execução de suas responsabilidades.

Diminuição da Receita

Mas o que aproxima as cifras das despesas de Pessoal com as cifras da receita líquida disponível — que é, agora, o novo critério de medição estatística, não é tanto o crescimento da despesa, mas a queda da arrecadação tributária da União, reduzida em janeiro, fevereiro e março do corrente ano em 8,28, 9,46 e 5,49, respectivamente. Além desse fato, a receita líquida disponível com relação ao PIB, entre 1970 e 1988, decresceu de 17,4% para 6,7%, conforme exposição aqui apresentada pelo Ministro Mailson da Nóbrega.

Não existe, pois, qualquer impropriedade no que se refere aos critérios de administração de Pessoal no setor público como um todo, e, em particular, não existe exagero de despesa nessa rubrica. Dados do balanço de março de 1988 referentes a 178 empresas estatais do setor produtivo, divulgados pela SEST, indicam que a despesa de pessoal representou 20% do total das despesas. Isso é mais do que razoável.

O que existe é a evidência de que estamos perdendo arrecadação e ao mesmo tempo estamos administrando enorme esforço de aumento de transferências, sobretudo, aos Estados e Municípios.

Os Fundos de Participação de Estados e Municípios eram de 12% do Imposto de Renda e do IPI, até 1975. Subiram para 20%, depois para 24% em 1979, para 28% em 1984, e para 33% em 1986. Ou seja, no período de aproximadamente 10 anos, a distribuição aos Estados e Municípios de arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, que representam 80% da arrecadação total da

União, elevou-se de 12 para 33%, e vai passar agora a 47%, do Imposto de Renda, e 57% do IPI, no Capítulo já aprovado da futura Constituição.

Soluções para a Emergência

A nosso ver, a solução da suspensão da URP, por dois meses, com garantia de sua reposição nas respectivas datas-base, foi para todos, inclusive para o Governo, solução indesejável, mas se tornou imprescindível para se evitar as duas outras alternativas piores.

As demais soluções não têm efeito imediato — aposentadoria proporcional, demissão voluntária e redução de gratificação, até porque sua aplicação vai demandar complexa regulamentação. Embora corramos o risco de perder no Serviço Público elementos mais qualificados, atraídos pela iniciativa privada, poderemos compensar essa perda se adotarmos, com firmeza e sem interrupções, a implantação do Sistema de Carreiras, com base no concurso público e na promoção por cursos e concursos internos, e dermos consequência ampla aos esforços da nova Política de Recursos Humanos, com o CEDAM e a Escola Nacional de Administração Pública — ENAP.

UMA REFORMA DEMOCRÁTICA

O Projeto da Reforma Administrativa tem um caráter de permanência, que, naturalmente, transcendêr o atual Governo e deve constituir-se em compromisso duradouro, através de conquistas e melhorias continuadas nos períodos dos governantes que se sucederão, dentro do exercício democrático.

Desde o primeiro momento, buscamos criar toda as condições para que o Projeto de Reforma se constitua em uma responsabilidade comum da sociedade e do Governo, seja nos desdobramentos diários das aspirações e necessidades de uma, seja nos limites e nas possibilidades do outro.

É, ainda, muito importante que se avalie, adequadamente, o fato de que nenhum governo jamais será exercido a partir de um aparato administrativo por ele mesmo edificado.

Ao contrário, os períodos e as ações governamentais cumprem-se, naturalmente, por intermédio de sistemas organizacionais com ampla estabilidade, cujas alterações de orientação de diretrizes de processos concretos de ação sempre são muito mais lentos do que supõe as visões mecanicistas, mais simplistas, do processo social.

Há práticas que estão arraigadas na cultura brasileira. Há problemas cujo equacionamento demanda extraordinário tempo e energia.

Este Governo herdou um aparato administrativo caótico. Nossa Administração Pública estava organizada em bases e pressupostos conceituais que remontam à Revolução de 1930, com fortes traços e conteúdos, tanto corporativistas quanto excessivamente reguladores e burocratizados.

Vê-se o Estado, frequentemente, incapaz de dar respostas efetivas aos problemas que lhe competem ou àqueles que, indevidamente, ele avocou.

No âmbito das empresas estatais, não obstante os requisitos e as necessidades específicas dos organismos produtivos e de outros entes descentralizados, o Governo está adotando medidas destinadas ao efetivo controle político e administrativo de tais organizações, através da SEST e do CISE, além de intensificar estudos visando a fusão e a extinção de órgãos e a privatização de empresas.

Na busca de formas mais adequadas para lidar com o dualismo do Estado brasileiro e, sobretudo, para alargar a compreensão de questões complexas, subjacentes à reorganização estatal, temos dedicado especial atenção ao desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre políticas públicas e sobre os limites da intervenção do Estado.

Quero ainda realçar alguns aspectos que dizem respeito ao tamanho do Estado no Brasil. A relação entre despesa governamental e o resultado do Produto Interno Bruto — PIB, apresenta, em todo o mundo, uma expansão extraordinária, nos últimos 50 anos. No Brasil situa-se em torno de 20%. Na Argentina, é de 23%; no Uruguai, de 26%; na Costa Rica, de 27%; e de 28%, na Venezuela. Nos Estados Unidos, chegou, em 1984, a 34%; no Japão, a 19%. Na Suíça, a 18%. Atinge a quase 60% na Holanda e na Dinamarca.

Não se deve, pois, limitar a discussão do problema a uma linha ideológica entre ter, ou não, o Estado presente na economia. A abordagem deve ser bem mais pragmática: como se definem as funções e os papéis do Estado e como se organizam suas estruturas em face do próprio processo de crescimento.

No Brasil, o Estado é um mosaico de órgãos, padrões gerenciais, níveis de desempenho e comportamento absolutamente diferenciados. Há um segmento que está voltado para a modernidade e cujo desempenho é comparável às melhores organizações do setor privado nacional ou internacional.

Neste segmento, situam-se, basicamente, as empresas produtivas articuladas com a sociedade industrial. Motivos diversos — de segurança, de conveniência política e necessidade de suprir eventual inexistência de recursos privados — determinaram uma divisão de trabalho na esfera produtiva entre o público e o privado.

Há, hoje, o reconhecimento crescente de que o Estado extravasou, exageradamente, a sua participação no campo empresarial. Subtraíu, mais do que seria necessário, espaços à iniciativa privada, afetando, por isso, de forma negativa, a dinâmica da sociedade.

A conjuntura econômico-financeira do País, neste momento, reforça esse diagnóstico e pressupõe ampla estratégia de desestatização da economia, sobretudo como mecanismo de realocação de recursos escassos para outras funções essenciais, além de sustentação do processo de crescimento.

Por outro lado, amplo conjunto de serviços públicos relacionados com a administração do processo de desenvolvimento está disperso em vasta gama de órgãos e agências, sob diferentes formas jurídicas.

São Ministérios e outros órgãos da administração direta, empresas públicas, fundações, autarquias, órgãos autônomos e sociedades civis, que, ao longo dos anos, acumularam e ampliaram suas funções.

Recentemente conseguiu-se estabelecer uma tipologia adequada entre as chamadas estatais para diferenciar as voltadas para o setor produtivo das outras, que se constituem, verdadeiramente, em entidades típicas de Governo e que, apenas por questões específicas, assumiram alguma forma empresarial.

Não é difícil encontrar algumas das razões para a expansão do Estado:

1. As pressões que se exercem sobre o Governo como responsável pelo provimento de bens públicos;
2. A própria natureza da atividade governamental, em que todas as despesas contêm um componente redistributivo;
3. A atuação dos grupos de interesse; e
4. O trabalho da burocracia governamental, que dispõe de indiscutível poder de aumentar o tamanho do Governo.

Não se justifica, no entanto, no Brasil, uma expansão que desorganize o próprio funcionamento da economia, além de favorecer o caráter paternalista, com tendência, cada vez mais acentuada, para o excesso de regulação e para a multiplicação de tarefas de produção, com as quais se torna mais fácil satisfazer a voracidade empre- gática de uma sociedade que é, também, por

vícios culturais, exageradamente paternalista, clientelista e corporativista.

O Brasil criou, nos últimos 30 anos, uma das mais vastas burocracias de regulação, de coordenação e de controle central, drenando preciosos recursos das atividades produtivas, tanto do setor privado quanto do setor público, para sistemas governamentais de baixa ou nula produtividade.

A herança formalista e corporativista foi reforçada, amplamente, no período autoritário, pelas estratégias de comando unitário do processo de desenvolvimento, a partir, única e exclusivamente, do Governo Central.

Por conta de noções equivocadas de eficiência e de controle gerencial, erigiu-se um sistema administrativo unitário, com complexos interesses organizados, dificultando ou impedindo o surgimento de novas formas de prestação de serviços públicos e o seu efetivo controle político pelos canais legítimos, como é o caso do Congresso Nacional, em uma sociedade liberal e democrática.

Serviços essenciais foram transformados em sistemas unitários de Administração Pública, cujas necessidades surgiam em uma periferia qualquer do País, mas as decisões e as ações dependiam dos padrões, critérios e instrumentos que eram definidos, *in abstracto*, em Brasília.

O Governo José Sarney já alterou significativamente esse quadro.

Primeiro, através das reformulações tributárias implantadas, aumentando, substancialmente, o volume de recursos da receita orçamentária transferida para os Estados e Municípios. Em 1984, os recursos transferidos eram da ordem de apenas 16%. Atingem, hoje, 33% do total da receita orçamentária.

Segundo, há um processo maciço de transferência de recursos, encargos e competências do Governo Federal para os Governos Estaduais e para as Administrações Municipais, e para a nascente participação de entidades comunitárias, notadamente, na área social — educação, saúde e previdência social.

Temos corrigido, muitas vezes de forma silenciosa, distorções e disfunções nos mais diversos setores, e buscando a redução dos custos de administração e a realocação desses recursos para outras funções mais essenciais.

Mas essa há de ser uma tarefa obstinada e paciente, que só terá êxito se tiver o apoio dos Partidos, da representação popular, da sociedade em geral, atentos todos à complexidade da realidade brasileira.

Por estas razões, permitam-me V. Ex.^a fazer uma advertência à sociedade democrática e um apelo aos que lutam, em quaisquer trincheiras, por uma transição democrática pacífica.

É esta a primeira vez que a democracia, mesmo ainda no limiar de sua reconstrução, assume a responsabilidade de organizar a Administração Pública para o seu próprio exercício, e à véspera de um novo milênio. As experiências anteriores de reforma, em 1938 e 1967, foram ambas geradas no ventre de regimes autoritários.

A Responsabilidade de Todos Nós

Não podemos fracassar, por motivos político-partidários ou interesses pessoais ou de grupos,

nem destruir os esforços que estão sendo realizados.

A Administração Pública não é feita para servir a governos, a homens, a partidos. É obra de partidos, de homens e de governos, para servir ao povo, cada cidadão, nos seus interesses, nos seus sonhos, nas suas aspirações. E nenhum regime político, sobretudo a democracia, sempre exposta ao julgamento, em todos os minutos, de todos os atos, sem o silêncio compulsório das ditaduras, pode sobreviver se, em torno dele, não se estabelecer a credibilidade, mesmo com a maior paciência para os seus equívocos e suas fragilidades, não se formar o respeito, mesmo com a renúncia de nossas paixões, não se construir o amor às instituições acima das emoções de cada um ou de muitos.

Durante a explanação do Sr. Ministro Aluizio Alves, o Sr. Humberto Lucena deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Jutahy Magalhães.

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Gostaria de saber se quando os Srs. Ministros são convidados a vir aqui se é estipulado um prazo e limitação de assunto para esclarecimento deste Plenário. Se não o é, gostaria que se fizesse constar nas próximas convocações a limitação de tempo para o Ministro expor assunto, porque os Ministérios são muito complexos, principalmente agora que temos a Assembleia Nacional Constituinte e não pode acontecer a um só tempo sessão do Senado e sessão da Constituinte. Seria muito bom que limitássemos este tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — A Mesa informa a V. Ex.^a que o Ministro tem direito a uma hora para a sua exposição e dentro do tema adequado ao requerimento. O Regimento prevê o prazo de tempo.

Informo a V. Ex.^a que o Sr. Ministro extrapolou o seu prazo em apenas dez minutos.

O SR. RONAN TITO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Passaremos, agora, à fase de interpelações.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustre Ministro de Estado, Dr. Aluizio Alves:

A primeira referência que gostaria de fazer é a de que o relato do Sr. Ministro Dr. Aluizio Alves impressionou-me bastante.

V. Ex.^a, Sr. Ministro, fez um diagnóstico e traçou um histórico da Administração Pública em nosso País com real maestria. Posso afirmar que, com o diagnóstico — pelo menos estou inteiramente de acordo, até porque V. Ex.^a acresceu muitos dados e muitos informes ao que já sabia — fiquei também, muito surpreendido com o elenco de

medidas que V. Ex.^a afirmou a esta Casa já terem sido tomadas, no sentido de modernizar, no sentido de desburocratizar, no sentido de moralizar a Administração Pública em nosso País, no sentido, se quisesse usar uma única expressão, de modernizar a Administração Pública em nosso País. Mas é impossível também, Sr. Ministro, deixar de afirmar que não parece ser essa a sensação, digamos assim, da opinião pública em relação aos efeitos, em relação às consequências desse vasto elenco de medidas que o Ministério adotou e está adotando. Um estudo recente, por exemplo, mostra que um funcionário do Ministério da Fazenda — o mesmo colega, na mesma categoria — ganha Cz\$ 83 mil; e os servidores do Ministério Público e da Consultoria Geral da República ganham Cz\$ 146 mil. Esta é uma distorção que pelo menos não se tem notícia de que esteja sendo atacada com a devida firmeza.

Esse estudo diz que a diferença entre salários mais baixos e os mais elevados alcança um percentual de 700% nos servidores de nível médio, e de 450% nos servidores de nível superior. Esse mesmo estudo, elaborado por técnicos do Ministério do Trabalho — recém saídos desse Ministério, que acompanharam a técnica Dorotéia Werneck — diz, em essência, o que me parece ser real, que o nível, o perfil e as características dos rendimentos na Administração Pública refletem o poder de barganha de cada categoria e, de certo modo, a força do Ministério ou do eventual do cargo de Ministro. V. Ex.^a fez algumas referências a este propósito, até conferindo com esses dados.

Em síntese, a remuneração no Serviço Público parece nada ter a ver com a eficiência e com a produtividade, conceitos esses que só mais recentemente parece se incorporaram ao vocabulário e à prática da Administração Pública em geral.

Não é exatamente este o questionamento que gostaria de fazer a V. Ex.^a O meu questionamento é da seguinte ordem: o congelamento, por dois meses, da URP para os servidores públicos da administração direta e indireta, na verdade é uma medida, de um lado, paliativa, porque não resolve a questão das finanças públicas do nosso País, e, de outro, penaliza um só setor, uma só categoria. Pode-se dizer — e este é outro estudo a que estou fazendo referência — que o colapso das contas nacionais é o resultado da crise do setor externo com reflexos diretos sobre a dívida pública interna e sobre as taxas de juros que a União paga por esta dívida externa. É um mecanismo relativamente simples: para arcar com o ônus da dívida externa, o Estado emite Títulos da dívida Pública e tem que pagar os encargos e os juros dessa Dívida. O que aconteceu — e V. Ex.^a fez, de novo, referência — foi um grande aumento das transferências da União, notadamente com esses juros e os serviços da dívida externa e ainda notadamente com os subsídios e incentivos. Nos últimos vinte anos — é importante dizer — a receita tributária bruta da União se manteve mais ou menos estável, no percentual que vai para as despesas correntes que, na verdade, ficam em torno de 10% do Produto Interno Bruto. Não houve, portanto, alteração na receita tributária bruta nem nas despesas com pessoal. Esse estudo, realizado por uma empresa de auditoria e consultoria, Trevi-

san, demonstrou algo extraordinário. Se o Governo, no ano passado, tivesse demitido 1/3 de seu pessoal, portanto, quinhentos mil funcionários da Administração direta e indireta, o déficit público do ano passado não seria de 5%, seria de 6%. Isto é, demitir 1/3 do pessoal significaria a redução de 1 ponto percentual no déficit público. Este também é um dado que me pareceu impressionante. Se demitissem todos os funcionários, se todos os funcionários da administração direta e indireta não tivessem recebido nenhum salário, tivessem trabalhado de graça no ano passado, ainda assim existiria um déficit público da ordem de 1.1 do Produto Interno Bruto.

O que aconteceu foi uma coisa simples em relação à URP: o Governo elegeu alguém para pagar esta conta. Foi um ato político e em vários momentos podemos ver isto. Quando o Ministro Mailson da Nóbrega esteve aqui, na semana passada, respondendo a uma pergunta do Senador Carlos Chiarelli, que levantava exatamente esta mesma linha de raciocínio em relação ao custo para o déficit da dívida pública do Estado S. Ex.^a insinuava que a colocação do Senador Carlos Chiarelli era no sentido de congelar aqueles que investem em papéis públicos, aqueles que são os poupadores da poupança, e dizia que seria, da parte do Governo, um calote para esses milhares, sobretudo, de pequenos investidores da caderneta de poupança, se se congelassem por dois meses os seus rendimentos.

Pois a pergunta que se faz é a seguinte: se se congelar durante dois meses a URP de 1 milhão e 500 mil brasileiros, que são os trabalhadores do Serviço Público, não é também uma forma de calote?

Por este informe, por esta visão, por esta concepção do Ministro Mailson da Nóbrega, pode-se ver qual a concepção, qual a visão que S. Ex.^a tem do funcionalismo em nosso País. E por aí se pode ver quem foi escolhido para pagar essa conta.

Há também a questão do famoso decreto das empreiteiras, uma discussão muito grande no País hoje, por toda a opinião pública. O decreto que reajustou os contratos das empreiteiras custou aos cofres da União 600 milhões de dólares. Não quero entrar no mérito se foi ou não justo, mas, naquele momento, Sr. Ministro, ninguém perguntou como estava a caixa do Tesouro; naquele momento ninguém sequer se preocupou com a legalidade de saber se era possível ou não reajustar aqueles contratos. Mas as empreiteiras não foram punidas, as empreiteiras não foram penalizadas; a penalização, mais uma vez, vai para um milhão e quinhentos mil funcionários do Estado.

Quero ler para V. Ex.^a uma observação de Franklin de Oliveira, na revista *Senhor*, creio que desta semana. Necessariamente não estou de acordo com os conceitos por ele emitidos, mas quero entrar aqui num ponto muito importante da minha intervenção. Diz Franklin de Oliveira:

"O governo que aí está não é um governo honesto. Com esta afirmativa não queremos nos referir aos fatos escabrosos que estão sendo revelados na CPI do Senado sobre corrupção. A referência aponta em outra direção não menos grave do que a sinalizada pelo Decreto 94.233 que beneficiou empreiteiras. Quando, por exemplo, o presidente, por ins-

piração demoníaca do Sr. Mailson da Nóbrega, derrubou a URP, sob o falso pretexto de que os salários eram a causa do déficit público, o fez oferecendo à Nação, como justificativa de seu ato ignóbil, uma exposição de motivos fraudulenta." Este o ponto sobre o qual gostaria de ouvir a opinião de V. Ex.^a "O Sr. Mailson brandia a ameaça de um colapso — moratória interna, chegou-se a dizer —, porque com a manutenção da URP a União não teria recursos para pagar o funcionalismo. Para chegar a essa conclusão, o governo calculou uma inflação de 616%. Mas, ao mesmo tempo em que exibia essa previsão catastrófica, apregoou que a receita fiscal seria de 246%.

O confronto entre esses dois dados — 616% versus 246% — deixa patente a farsa montada pelo governo. Para montá-la, como observou o professor Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, o governo utilizou-se de uma grosseira manipulação das projeções de receita e de despesa. Subestimou as projeções da receita e superestimou as projeções da despesa. Não teve o governo o menor escrúpulo em passar à prática esse estelionato."

Na minha visão, a questão do déficit público não se resolve, evidentemente, pelo congelamento da URP por dois meses, que já não repõe salário. É altamente discutível, e vários analistas consideram discutível, que os servidores públicos, como um todo, tenham obtido uma reposição salarial durante o ano passado. Todos os dados, os estudos, todas as estimativas mostram a evidência que a URP não repõe, porque ela trabalha com um atraso em relação à inflação que já passou.

O mínimo que se poderia dizer, Sr. Ministro, é que o combate ao chamado déficit público se deve dar. Ele, o déficit, tem uma sucessão de causas, uma variedade de causas e, portanto, tem que ter uma variedade de soluções, que passam pela realidade tarifária, que passam, sobretudo, pela renegociação da dívida externa, passam por um reequacionamento da chamada dívida externa, passam até mesmo — nisto estou até de acordo com V. Ex.^a — pela privatização de algumas empresas estatais, desde que passem por esta Casa, por este Congresso, porque muitas das empresas que estão para ser privatizadas, em vários momentos, para mim e para muitos dos que aqui estão, são como verdadeiras negociatas. Seria importante que aquilo que estivesse para ser privatizado não fosse um bom negócio para alguém que tem algum tipo de vinculação com essas empresas.

Enfim, estou apenas a dizer o óbvio. O déficit público tem várias causas; o déficit público, portanto, para ser combatido, teria que haver várias medidas. Algumas delas até reconhecidas estão sendo tomadas. Quero transmitir a V. Ex.^a uma opinião generalizada, principalmente nos setores do funcionalismo público do nosso País, que o congelamento da URP é uma medida paliativa, não resolve, é insignificante, é inexpressiva, na questão do déficit público, de um lado; e de outro, o congelamento da URP é uma política, no pior sentido, porque se escolheu um perdedor. O Governo elegeu um perdedor; o Governo elegeu alguém para penalizar. Esse alguém é o conjunto de um milhão

e quinhentos mil brasileiros que trabalham no Serviço Público.

Gostaria de ouvir a opinião de V. Exª sobre as referências que aqui fiz.

O SR. ALUIZIO ALVES — Agradeço a V. Exª as referências generosas à minha exposição.

Confirmo que há apenas aquelas diferenças de critérios e de salários que V. Exª citou: Ministério da Fazenda, Consultoria Geral da República, Ministério da Educação. Há mais de quatrocentas diferenças. Na administração direta, a média de salário é hoje de 17 mil cruzados; quando o Governo José Sarney se instalou era de pouco menos de 12 mil; na administração indireta, a média é de 47 mil.

Esta é a grande diferença.

Na administração direta, que fixa os salários por lei, estes são baixos; na administração indireta, cujos salários são fixados pelas administrações e negociações com sindicatos, eles são, simplesmente, três vezes maiores.

Em relação à administração direta, também há diferenças grandes. Por quê? Porque, à medida em que as carreiras vão-se organizando, vão procurando conseguir ajustar os seus salários. Isto aconteceu com as carreiras dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, das universidades e instituições federais de ensino, da advocacia consultiva da União, da Polícia Federal, do Ministério das Relações Exteriores, que, em dezembro, reajustou os seus salários em níveis compatíveis. Agora estamos às vésperas de fazer o mesmo com as carreiras do Ministério da Previdência Social. Essas carreiras, ao serem organizadas, vão adquirindo salários compatíveis, porque não adiantaria o Governo determinar salários para os funcionários morrerem de fome.

No entanto, as outras categorias funcionais, como são chamadas, que não chegaram ainda a elaborar suas carreiras, terão que esperar um pouco mais, para, quando da elaboração de sua carreira, ganhar salários compatíveis.

Quanto ao fato de os funcionários do Ministério da Educação ganharem menos do que os funcionários do Ministério da Fazenda, além desta explicação ainda há outra. Não é preciso nem ir tão longe: os funcionários do Ministério da Educação ganham muito menos do que ganham os funcionários das universidades vinculadas a este Ministério. Por quê? Porque já foi organizado o sistema de salários, o sistema de carreiras das universidades, tanto que eles pleitearam a isonomia, e foi negada, porque a isonomia dos funcionários do Ministério deve ser com a dos funcionários dos outros Ministérios, e não com instituições. Do contrário, os funcionários do Ministério das Minas e Energia iam querer isonomia com os funcionários da Petrobrás, e assim por diante. Cada um tem a sua natureza, a sua complexidade e a sua responsabilidade dentro da administração direta ou indireta.

Quanto à URP, a colocação que V. Exª fez é de que teve como objetivo reduzir o déficit público. E não deixa de reduzir, qualquer despesa que se evite, há de reduzir, em menor ou maior escala, o déficit público. Mas, para nós, que participamos das discussões, em nenhum momento os Ministérios da área econômica, o da Fazenda e o do Planejamento, colocaram em termos de redução da dívida pública, do déficit público, como funda-

mental. O que eles colocaram foi o seguinte: a receita orçamentária deste ano, estimada, sobre uma inflação de 600% — este é um quadro oficial do Ministério da Fazenda —, representará 5 trilhões, 562 bilhões; a receita vinculada da União com fundos compulsórios é de um trilhão e 47 bilhões; a transferência aos Estados e Municípios é de um trilhão e 400; o disponível da União, sem empréstimos, é de três trilhões e 109 bilhões; e o pagamento de pessoal é de três trilhões e 176 bilhões, ou seja, o pagamento do pessoal representaria 102% da receita disponível da União.

Então, o déficit público veio em consequência, era um problema de caixa. Precisamos reduzir a responsabilidade perante o caixa do Tesouro, porque, do contrário, ou teremos de demitir funcionários ou teremos de atrasar o pagamento do pessoal. E entre as três alternativas — sem se referir ao déficit público, que tem a consequente redução com essa medida, mas que é muito pequena, é talvez a menor, e muito maior é a dos juros, dos incentivos, dos subsídios, de uma série de coisas —, o menor componente do déficit público é de pessoal — tenho sustentado isto e reafirmo aqui.

Fomos colocados diante de um problema de caixa. V. Exª poderá dizer: mas a despesa foi estimada com a inflação de 600% e a receita com a inflação de 246%. Tive esta informação, fui ao Ministério da Fazenda, interpelei o Sr. Ministro, e tive de S. Exª o quadro: tanto a receita quanto a despesa estão realmente calculadas, previstas, sobre a inflação de 600%. Até me assombrei, porque pensei que fosse menor este ano, mas uma e outra foram sobre 600%. Se, realmente, a despesa com pessoal representasse, dentro da receita líquida, 102,16%, aconteceria, em determinado momento, que o dinheiro para pagar pessoal seria mais do que o Governo disponha, a não ser que ele deixasse de transferir para os Estados e Municípios ou para os fundos, que são compulsórios. Só diante deste argumento — e sabe V. Exª que durante mais de um mês procuramos outras soluções, eu, o Ministro do Trabalho, o Ministro do EMFA —, só diante deste argumento, que não foi em relação ao déficit público, mas em relação ao problema de caixa, é que aceitamos e o Presidente também aceitou, Sua Excelência que também era contra a medida, reduzindo para 2% o mínimo necessário para que essa despesa, calculada sobre uma inflação de 600%, não fosse superior à receita líquida disponível, também calculada em relação a 600%.

Aí resta só uma hipótese, que não posso aceitar — creio que V. Exª não aceitará de que o Ministério tenha feito esse quadro falsificando documentos. Ele forneceu esse documento, e na hora em que admitimos que o Ministério da Fazenda falsificou dados econômicos para enganar o povo, realmente não há sentido na vida pública. A informação é oficial e é calculada — a fonte é o Balanço Geral da União de 79/86 e Ministério da Fazenda — Previsão de 88 — receita e despesa sobre 600%.

Quanto ao decreto que teria beneficiado com reajustamento as empreiteiras, aguardo a discussão que está sendo feita no Congresso e na comissão, para dar a minha opinião sobre a legalidade ou a regularidade do pagamento. Apenas quero dizer o seguinte: quando saiu o primeiro decreto,

pagamos com reajustamento, a partir de 1º de janeiro, as obras e as conservadoras dos apartamentos. Quando saiu o segundo decreto, retroagindo para novembro — não discuto a legalidade, que não é problema meu —, chamamos os empreiteiros de obras e lhes dissemos: "Não temos verbas para pagar, e, portanto, não vamos pagar, não vamos cumprir esta lei. Os senhores têm que aceitar". Tinhamos construções em andamento: o Anexo do Itamaraty e outras obras. Como eles não quiseram enfrentar nossa possível força de amanhã não distribuir para eles, mesmo em concorrência, não facilitar para eles, a construção de obras, eles aceitaram. Mas as conservadoras não aceitaram e tivemos de pagar, de acordo com a lei, retroagindo a novembro. Por quê? São 10 mil e 600 apartamentos, durante estes anos todos se organizaram conservadoras desses apartamentos. Se disséssemos que não pagávamos e eles suspendessem a conservação, a limpeza desses apartamentos, no dia seguinte teríamos 10 mil e 600 famílias com o lixo depositado, com os apartamentos quebrados, sem nenhuma assistência. Aí, diante dessa evidência, não tivemos para essas a mesma força que tivemos para as construtoras. As construtoras, caso quiséssemos, poderíamos excluí-las, por qualquer motivo, de uma concorrência, alegando que elas não quiseram motivo, porque a Lei de Licitações, hoje, dá um grande arbítrio ao Governo. Ao passo que as conservadoras, elas é que tinham força sobre nós, porque elas, na hora da paralisação da conservação diária de 10 mil e 600 apartamentos e 49 residências, realmente criariam um problema insuportável. Então, cumprimos a lei, que era o nosso dever, apenas procuramos economizar em relação à construção das obras.

Quanto às opiniões do jornalista Franklin de Oliveira, que conheço e respeito, embora não concorde com elas, ele tem o direito de exprimi-las. A única coisa que eu poderia dizer é a seguinte: pode não ser muito importante, pode ser até menos importante do que URP e do que pagamento de empreiteiro, mas eu, pelo menos, acho que é muito importante que um jornalista, este ou qualquer outro, possa dizer essas coisas de um governo sem ser processado, sem ser preso, sem ser exilado, sem ter os seus direitos políticos proscritos. Eu, que tive os meus direitos políticos proscritos, que tive um jornal fechado, que tive uma rádio cassada no dia da sua inauguração, que tive mais dois irmãos cassados, que tive uma irmã freira transferida de Natal para Manaus, durante anos, por injunções políticas, sei o que vale a liberdade. Congratulo-me não com o que ele diz, congratulo-me com o direito que ele tem de dizer isto de um governo, embora divergindo de todas as suas opiniões. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Senador Nelson Wedekin, V. Exª está satisfeito com as respostas? V. Exª tem direito a mais cinco minutos.

O SR. NELSON WEDEKIN — Apenas para dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e também ao Ministro Aluizio Alves, que, deste lado de cá, também está alguém que lutou muito pela democracia e pela liberdade do nosso País. Alguém que também enfrentou não apenas processos na Justiça Militar, como réu, é depois como advogado de presos políticos, como alguém que também amargou os cárceres do regime.

Sei da sua história, da sua luta, e, evidentemente, quando se fazem essas colocações, não há nada de pessoal, sobretudo em relação à pessoa de V. Ex^a.

Também acho que é fundamental que o jornalista Franklin de Oliveira, e todos os demais tenham o espaço de liberdade que tem nesta revista, e em todas as demais. Sempre tenho afirmado e dito que no nosso País, com todos os problemas que possam existir neste momento, e até com todo o desânimo e o desalento que tantos setores da opinião pública, que tantos segmentos da sociedade têm, a verdade é que, em nosso País, nunca respiramos tão abrangentemente o ar puro, a atmosfera pura das liberdades democráticas. Nunca foi tão alto o grau de liberdade política em nosso País.

Queria também fazer algumas referências muito breves, no seguinte sentido. Em primeiro lugar, com toda a sinceridade, não sabia que também a Pasta de V. Ex^a tinha feito esses reajustes, e apenas havia feito uma comparação, que me parece óbvia no sentido de que o Governo faz escolhas, a empreiteira não perde. No caso de V. Ex^a, aliás, até acabaram por perder, sendo válidos os argumentos do reajuste. Mas a questão é a escolha que o Governo faz.

Quando se trata de poderosíssimas empreiteiras, se reajusta. Isto custa aos cofres públicos. No caso, custou 600 milhões de dólares. Quando se trata de dois meses de reajuste para os funcionários, se penaliza. Esta é a questão, que é de natureza e fundo político, porque a decisão pode ser técnica, mas em seu efeito, em sua consequência até na origem dessa decisão, está um dado de conteúdo político.

Se a questão era de caixa, tenho muitas dúvidas de que apenas dois meses sem a URP resolvam realmente os problemas de caixa. Já fico extremamente preocupado com o compromisso assumido pelo Presidente da República, no domingo, quando Sua Excelência disse que, com certeza, daqui a três meses vai-se repor a URP, porque então nada impede que haja problemas de caixa.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Embora não haja nenhuma determinação de ordem regimental, concedo a palavra ao Senador Carlos Chiarelli, como primeiro signatário do requerimento de convocação do Sr. Ministro, por uma questão até de bom senso e pelas normas precedentes desta Casa, que sempre concede a palavra, em primeiro lugar, ao primeiro signatário.

O Sr. João Menezes — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o sistema usado no Senado, desde que aqui estou, na convocação de ministros, é que fale o Representante de uma facção e fale o de outra. Tivemos agora o Senador Nelson Wedekin. Sou o Senador a seguir.

De maneira que reivindico a V. Ex^a me dê a palavra neste momento, porque me parece que, pelo regimento, pela norma da Casa, cabe-me cumprir a inscrição que está aí. Não tenho nenhuma restrição a que depois o Senador Carlos Chiarelli fale, mas V. Ex^a não deve alterar esta praxe, porque, se V. Ex^a não seguir essa praxe...

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — A prática também está sendo seguida. Falou o Representante do PMDB e o Senador Carlos Chiarelli, segundo me consta, ainda é o do PFL. Portanto, acredito que estejamos cumprindo o Regimento.

O SR. JOÃO MENEZES Deixo ao critério de V. Ex^a, porém, lanço aqui o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Como eu disse, V. Ex^a pode até exigir a forma regimental, porque, realmente, a forma regimental é da ordem de inscrição. Agora, há um precedente — não um precedente, mas há vários precedentes...

O SR. JOÃO MENEZES — Não, V. Ex^a tem que seguir a ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — V. Ex^a não dialogue com a Mesa, por obséquio. Permite-me V. Ex^a dar a decisão, e depois V. Ex^a fala.

Em primeiro lugar, há vários precedentes de que o primeiro signatário é o primeiro a ser chamado para arguir o Ministro. Pela leitura da lista, vi que o Senador Carlos Chiarelli estava em nono lugar. E então, chamei o primeiro colocado. Depois, o Senador Jarbas Passarinho, acertadamente, não oficialmente, levantou a idéia de que o primeiro signatário, até por uma questão de bom senso, deveria ser o primeiro Senador a ser convidado para fazer a arguição.

Agora, se V. Ex^a considera que o Regimento tem que ser seguido restritamente, se V. Ex^a exige que a norma regimental seja seguida restritamente terei que obedecer ao Regimento e terei que conceder a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Agora dentro das normas regimentais, e não do bom senso e dos precedentes desta Casa, dou a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Carlos Chiarelli — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Chiarelli.

O SR. CARLOS CHIARELLI (PFL — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, deixo a critério de V. Ex^a, mas não use tanto o critério do bom senso, porque muitas vezes ele não chega a ser motivo de entendimento das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES — Sr. Presidente, felicito a decisão de V. Ex^a, porque, se V. Ex^a queria dar a palavra ao primeiro inscrito no requerimento, poderia ter dado antes de o Senador Nelson Wedekin usar da palavra. De maneira que V. Ex^a estava usando a lista de inscrições e eu apenas reclamei um direito que me cabia, que era aquele de seguir a inscrição que está aí.

Sr. Ministro Aluizio Alves, está até ficando mais animada a presença de V. Ex^a aqui neste plenário.

V. Ex^a foi convocado para explicar alguns fatos veiculados pela imprensa, sobre alteração da política salarial. Este seria o fulcro principal da convocação, segundo o requerimento formulado pelos eminentes Senadores, encabeçado pelo meu amigo Carlos Chiarelli.

Vi que, durante a discussão, falamos aqui no saldo de caixa. Até o eminente Senador Jarbas Passarinho, que não está presente, manifestou sua preocupação, dizendo: "Está tudo ruim, porque não há mais caixa, não há mais dinheiro."

Este assunto já foi tratado, durante a visita do Ministro da Fazenda, quando mostrou que realmente o déficit público, de 1976 para cá foi subindo assustadoramente; primeiro era 40%, passou para 60%, e agora ultrapassaria a 100%, pelo que verificamos através dos dados por V. Ex^a apresentados, com muita propriedade, e que o Ministro da Fazenda também repetiu, neste plenário. Mas temos que entender que tudo é muito difícil, quando se quer tomar novas medidas. Qualquer medida que se tome para equilibrar as despesas, equilibrar as finanças, sobretudo combater a inflação, de todos os lados surgem as reclamações.

Temos, por exemplo, essa última medida sobre a retirada do subsídio do trigo; o que foi que se noticiou de um extremo a outro País? Que o pão subiria de Cz\$ 4,70 para Cz\$ 5,20. Foi manchete em todos os jornais e o povo se sentiu mais uma vez frustrado, mais uma vez foi penalizado com o aumento do pão. Não houve lugar no País, capital ou interior, em que não se falasse: o pão subiu de Cz\$ 4,70 para Cz\$ 5,20.

Estão todos penalizados, todos sofrendo. Mas nunca explicou, e eu pedi a explicação ao Ministro da Fazenda e S. Ex^a deu a resposta, mas não houve a divulgação necessária, que o corte desse subsídio importa numa economia da despesa pública de 110 bilhões de cruzados. Isto o povo não sabe, isto ninguém comunica ao povo. Ninguém comunica que esses 110 bilhões de cruzados são pagos pelo próprio povo, que é o povo quem vai pagar. Mas se comunica que o pão vai subir de Cz\$ 4,70 para Cz\$ 5,20! Isto todos sabem. Duvido que uma parcela mínima da população saiba o que representou na economia essa quota do subsídio do trigo.

Está faltando uma explicação por parte do Governo a respeito do que está fazendo.

V. Ex^a fez uma exposição externa, com vários pormenores, sobre medidas econômicas e financeiras, medidas de equilíbrio que está tomando através desse Ministério, que era um DASP e que com a sua inteligência e capacidade, transformou no Ministério da Administração, hoje com repercussão em todo o País.

Isto é necessário. Do contrário, só ficamos informados das reclamações, de que todos estão contra e ninguém a favor.

Falou-se da URP. Criou-se uma grande polêmica sobre esta questão, todos reclamam, porque se vai penalizar o funcionalismo público e o das estatais. As greves surgem logo, porque há um pessoal pronto para fazer greve em qualquer circunstância. Fazem-se greves por tudo: ou porque se diminuiu o salário, ou porque sobem os preços. Elas estão prontas de qualquer jeito, é uma atrás da outra. Parece que se organizou, no País inteiro, um sistema com o objetivo de desestabilizar o

Governo. Como? Com as greves diárias. Não adianta: se o Governo dá aumento para os professores, no mês seguinte outra greve, outros fatos surgem. Os pais dos alunos reclamam o valor das mensalidades; um mês depois, os donos dos estabelecimentos ameaçam de greve contra o controle das mensalidades; outras greves aparecem porque outros fatos surgem a cada momento. Os pais dos alunos reclamam que estão pagando uma fortuna pelas mensalidades dos colégios. Estabelece-se uma norma para cobrar as mensalidades. O que acontece? Os colégios vão fechar, entram em greve, porque não podem receber menos.

Então, vê V. Ex^a que estamos, na verdade, atravessando uma fase muito difícil, porque há, sobretudo, uma falta de responsabilidade contra aquilo de fundamental que precisamos, que é o estabelecimento de uma conciliação nacional, porque só com uma conciliação nacional poderemos entrar na paz e caminhar para a paz, caminhar para a tranquilidade. E esta unidade nacional só pode ser feita se for patrocinada pelo Governo, porque, se for patrocinada por pequenos grupos, por Partidos aqui, acolá, nós, ao invés da paz, da conciliação da paz, vamos chegar violentamente às discussões mais odiosas e mais odientas que estão levando o País a um rumo muito difícil.

Durante o discurso do Sr. João Menezes o Sr. Jutahy Magalhães deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Odacir Soares.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, pela ordem.

O SR. ITAMAR FRANCO (MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Pedindo, inclusive, desculpas a S. Ex^a, o Ministro de Estado, solicito a V. Ex^a, Sr. Presidente — e volto a pedir desculpas a S. Ex^a, o Sr. Ministro, por quem tenho respeito e admiração, pela atitude que vou tomar neste momento —, que, não só pela deselegância que se prestou há pouco a um Companheiro do Senado, mas já que V. Ex^a regimentalmente, se obrigou a dar a palavra ao Senador, regimentalmente levanto a V. Ex^a a seguinte questão de ordem: não há **quorum** para que esta sessão continue.

Pediria a V. Ex^a, portanto, com as minhas devidas escusas a S. Ex^a, o Sr. Ministro de Estado, que o Senador João Menezes não continue arguindo S. Ex^a, porque não há **quorum** suficiente no Plenário do Senado para que prossigamos esta sessão. Evidentemente, V. Ex^a deverá e aplicará o Regimento, acionando as campainhas durante 10 minutos. Neste instante, a sessão terá que ser suspensa, já que V. Ex^a obedeceu ao Regimento para me dar a palavra. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Nobre Senador, Itamar Franco, a questão de ordem suscitada por V. Ex^a é procedente. A Mesa vai suspender a sessão por 10 minutos, acionando as campainhas, para chamar ao plenário os Srs. Senadores que se encontram na Casa, inclusive

no café ao lado, uma vez que se retiraram do plenário.

Está suspensa a sessão.

Suspensa às 12 horas e 52 minutos, a sessão é reaberta às 13 horas e 2 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Está reaberta a sessão.

Decorrido o prazo regimental de dez minutos, chamados à sessão os Srs. Senadores, e não havendo **quorum** regimental para o prosseguimento da sessão, a Mesa agradece a presença de S. Ex^a, o Sr. Ministro Aluizio Alves, da Administração, inclusive registrando um fato que é muito importante: nos termos do requerimento das Lideranças, que solicitaram a presença de V. Ex^a na Casa, o objetivo era V. Ex^a responder às conjecturas que se faziam em torno da suspensão da URP, em relação aos servidores públicos. Sr. Ministro Aluizio Alves, na sua exposição, V. Ex^a explicou, de forma determinada, as razões que levaram o Governo à suspensão da URP para o servidor público.

O objetivo da presença do Sr. Ministro foi alcançado, tendo V. Ex^a, inclusive, na sua exposição, demonstrado as ações que o Governo Federal vêm fazendo em relação à Administração Pública Federal.

A Mesa do Senado agradece a V. Ex^a, Sr. Ministro Aluizio Alves, a sua presença e a exposição que acaba de fazer nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 5 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MANSUETO DE LAVOR NA SESSÃO DE 15-3-88, E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SAÍU PUBLICADO INDEVIDAMENTE NO DCN (SEÇÃO II) DE 16-4-88, PÁGINA 944 E SEQUINTE:

O SR. MANSUETO DE LAVOR (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Hoje, 15 de março, completa seu primeiro ano o Governo de Pernambuco, chefiado por Miguel Arraes de Alencar. A primeira observação que se deve fazer sobre essa etapa administrativa, é a de que o governador Arraes não se afastou um milímetro da coerência com suas posições políticas, com sua concepção da vida pública e com sua vasta experiência. Afastado do poder estadual pelo golpe militar e após longo exílio, retornou com plena consciência do seu papel e da sua responsabilidade para com o país, nesta fase de redemocratização.

Nas últimas eleições, o povo o consagrou, junto com toda a sua chapa majoritária, e o reconduziu ao Palácio das Princesas para restaurar a dignidade administrativa e realizar mudanças.

As dificuldades encontradas foram enormes. O Estado se encontrava afogado em dívidas, que a administração anterior informava serem da ordem de 12 bilhões de cruzados, o que já era muito para Pernambuco, e que se chegou a saber aproximavam-se dos 30 bilhões de cruzados.

A situação do funcionalismo público é igualmente grave. As administrações anteriores contrataram cerca de 60 mil servidores, sem que isso

correspondesse às necessidades do serviço público e à capacidade financeira do Estado. Mais grave ainda: milhares desses servidores foram admitidos ilegalmente, através de contratos que visavam o aliciamento de votos, em período pré-eleitoral.

Coube ao Governador considerar nulos esses contratos. Assim, cerca de 5 mil servidores, contratados ilegalmente, foram dispensados do serviço público, gerando-se, com isso, um inevitável desconforto para a administração, fomentado ruinosamente pelos responsáveis por essas contratações ilegais, mas por outro lado firmando-se de logo a imagem de um governo austero, sem concessões ao empreguismo e às arrumações feitas à margem da lei.

Para consolidar o festival de nomeações, os antecessores do Governo Arraes tomaram duas precauções: a remessa de uma hipócrita mensagem à Assembleia Legislativa proibindo novas contratações (no período em que essas contratações eram vedadas por lei federal), o que na prática só afetava o futuro Governo, e o patrocínio de uma lei de estabilidade com o intuito de dar proteção aos que haviam entrado no serviço público pela porta dos fundos.

Com serenidade e firmeza o Governo Arraes já conseguiu desarmar essas duas arapucas legais, sem que isso resultasse em qualquer revanchismo contra servidores legalmente admitidos, ou qualquer aceno às nefastas ondas de empreguismo, típicas das administrações anteriores.

Somem-se a essas dificuldades administrativas o grave problema da seca e a gravíssima conjuntura econômica nacional. A seca, mais uma vez vem agravar a situação de extrema penúria do povo do sertão e do agreste. A característica nova dessa seca é a sua extensão até a Zona da Mata, com prejuízos incalculáveis à produção canavieira.

Mais que esses complicadores de ordem interna, o Governo Arraes vem sofrendo as tremendas pressões da conjuntura nacional. Creio que não se leva na devida conta os frequentes assaltos às administrações estaduais provocados por decisões do Governo central. Pernambuco, não sendo exceção, resente mais intensamente os resultados perversos dessas políticas do Governo central, em face de sua configuração sócio-econômica e geoclimática. Em outras palavras, o que pode parecer bom para a conjuntura econômica nacional, repercute, em geral, negativamente para a economia e a administração estaduais. Esse choque tem muito a ver com o estado atual da Federação brasileira, o que interessa sumamente a nós Senadores, representantes dos Estados da Federação. Impõe-se-nos o dever de patrocinar junto à Assembleia Nacional Constituinte uma reformulação da frágil Federação brasileira. Não posso conceber, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que se perca essa oportunidade histórica de revisar e revigorar a nossa Federação. Como os fatos se desenrolam em termos de administração central e de administrações estaduais, e em face do mito que se chama autonomia político-administrativa dos Estados-membros da Federação, dentro de mais alguns anos ou voltaremos à situação de Estado unitário, como no Império, ou teremos o esfacelamento da Federação em repúblicas como tantas outras da América Latina e da África. Na etapa final da Constituinte, cabe-nos propug-

nar pela consolidação do Estado Federativo. Basta ver que um Estado só, São Paulo, concentra quase 50% da produção e uma só região, a do Centro-Oeste, concentra 85% do PIB. Essa fabulosa concentração avança e não creio que se possa falar em Federação daqui a alguns anos, porque o processo se configura como real colonialismo interno.

Faço este apelo em prol do fortalecimento da Federação, considerando o tema correlato aos problemas e dificuldades enfrentados pelo Governo Arraes, neste primeiro ano da sua segunda administração.

O Sr. Áureo Mello — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Concedo o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Áureo Mello.

O Sr. Áureo Mello — As palavras de V. Ex^a suscitam, assim, a minha mente, a minha imaginação, a curiosidade de saber como seria, por exemplo, o Brasil, se, em vez do sistema federativo, adotássemos o sistema confederativo, em que cada Estado, embora mantida a Federação no tocante à defesa dos interesses nacionais contra investidas externas e guerrilhas, seria, por assim dizer, auto-suficiente, como ocorre, salvo melhor juízo, nos Estados americanos, em que cada Estado, por assim dizer, se basta, se produz, se realiza, embora unidos por um sistema de defesa, e também na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que também tem, cada Estado daquele, como uma república. Realmente esta seria matéria de alta investigação jurídica, na elaboração constitucional, suscita também se pensar, que, quem sabe, se tivéssemos abolido o sistema federativo que, por fás e por nefas, tem perdurado ao longo dos anos, quem sabe se este País estaria unido da maneira que se apresenta, com toda diversificação de costumes e caracteres étnicos, até das suas variadas unidades federativas.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — É oportuna, nobre Senador Áureo Mello, a contribuição que V. Ex^a traz ao meu apelo em favor da Federação brasileira. Eu mesmo defendi nas comissões temáticas uma proposta de fortalecimento das regiões, não apenas da minha região, o Nordeste, mas de todas, destinando-lhes um poder político. A tese do poder político regional, se vitoriosa, permitiria aos Estados da mesma região, mais do que uma aglutinação dos seus planejamentos, um exercício dos poderes a nível regional. Tal exercício seria acompanhado de limitações que evitassem o esvaziamento dos Estados e a formação de super-regiões.

Mas não é esse o tema do meu pronunciamento. Estou aqui homenageando o primeiro aniversário da administração Arraes e, ao mesmo tempo, relatando as dificuldades enfrentadas por essa administração. Basta ver que o Deputado João Ferreira Lima, Presidente da Assembleia Legislativa, apela ao Governador para que, de imediato, decreto o estado de calamidade pública em todo o Estado de Pernambuco. Entende aquele ilustre Parlamentar que Pernambuco é todo calamidade. Aonde não chegam os males da seca, chegam os azares da política econômica do Governo. E argumenta que só com o decreto de reconhecimento desse estado de calamidade, poderão as autoridades federais ficar sensibiliza-

das e enviar os recursos que cabem a Pernambuco e que estão retidos nas gavetas dos ministérios.

O Sr. Áureo Mello — Permite V. Ex^a outro aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Concedo o aparte a V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Áureo Mello — Antes de mais nada, quero dizer a V. Ex^a do interesse enorme que suscita qualquer matéria referente a um Estado grandioso na história, na economia e socialmente como o Estado de Pernambuco. Ele é realmente dos mais fascinantes poliedros para os quais voltamos a nossa atenção, porque uma faceta sua, qualquer que seja, é sempre motivo do maior interesse. E a administração Miguel Arraes é especial, porquanto se trata de um líder nacional que sempre suscitou, na imaginação de todos os brasileiros, uma das esperanças maiores pelo seu patriotismo, pela sua capacidade, pela sua coragem revelada principalmente na época em que foi cruelmente deposto, confinado nos presídios e, por que não dizer, o mais corajoso de todos aqueles que tiveram de enfrentar as garras ditatoriais e as ameaças de tortura que se abateram sobre tantos brasileiros. Mas, atrapalhando, vamos dizer assim, e alongando, neste apagar de luzes...

O Sr. MANSUETO DE LAVOR — Ao contrário, nobre Senador, V. Ex^a está contribuindo, e muito bem, com este pronunciamento.

O Sr. Áureo Mello — Muito obrigado. O brilhante discurso de V. Ex^a revela, embora tenhamos que reconhecer que não é a presença física dos Srs. Parlamentares, neste plenário, que caracteriza a atenção e o valor de cada pronunciamento que aqui se faz, mas, sim, o seu significado e o posterior exame pelos órgãos competentes desse pronunciamento, através do conhecimento que se terá deles pelos vários meios de comunicação. Realmente, V. Ex^a abordou um tema fascinante e que sempre foi motivo de elucubração de minha parte, com um interesse formidável. Desviando, um pouco, do assunto principal, ou do assunto medular, que é o caso específico de Pernambuco, V. Ex^a, ao abordar esse problema da Federação, suscitou-me a lembrança e a idéia da Confederação. Ao mesmo tempo, quero aduzir ao seu brilhante pronunciamento, como todos os seus pronunciamentos nesta Casa são brilhantes, mercê das suas raízes culturais e do seu temperamento de cidadão de escol, de Parlamentar íntegro e irretocável, V. Ex^a suscita mais uns **considerando**, que quero ter a honra de inserir no seu brilhante pronunciamento, qual seja, o referente ao sistema econômico brasileiro. Nós observamos uma tendência e um apoio ao monoextrativismo ou à monocultura de cada Estado. Refiro-me, justamente, a esse fato de que cada Estado brasileiro tem, e às vezes, até fundamentados institutos especiais, uma produção específica que é amparada e apoiada em legislação de determinado produto que caracteriza a sua economia como uma monocultura ou um monoextrativismo. Vemos, por exemplo, em Pernambuco, aquele apoio, aquele prestígio em relação ao álcool, ao açúcar; vemos, em Mato Grosso, a assistência ao mate, com seu respectivo Instituto; em São

Paulo, especificamente, e depois no Paraná, o Instituto do Café, o monoextrativismo do café; a minha própria terra, no Amazonas, o fomento e quase a tentativa de monopólio da borracha. E em cada Estado, afinal, há um produto basilar, um produto fundamental, que é estimulado, que é, por assim dizer, protegido, impedindo que haja policultura em cada Estado, para que ele seja auto-suficiente de todos os produtos reunidos, dando oportunidade para que assim pudessem evoluir paritariamente, ou de maneira equivalente, ou equidistante, não gerando essa necessidade tão fundamental do transporte de um para outro e essa interdependência que, no final, vem a ser prejudicial. São meras considerações que tomei a liberdade, tive a ousadia de aduzir, de introduzir no belíssimo pronunciamento de V. Ex^a, e justíssimo pronunciamento que todos estaremos apreciando posteriormente através dos Anais, dos noticiários e do conhecimento decorrente do acompanhamento dos trabalhos desta Casa, em qualquer ocasião, a respeito do assunto de Pernambuco. Muito obrigado.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sou eu que agradeço a V. Ex^a as magistrais considerações que faz e que insiro com muito prazer neste pronunciamento. Agradeço, de modo especial, as referências feitas ao Governador Miguel Arraes de Alencar.

A respeito das dificuldades administrativas do Estado, eu me referia à retenção de recursos que deveriam ser destinados a Pernambuco. Creio que outros Estados enfrentam essas dificuldades, mas não de modo tão absurdo como é o caso do meu Estado.

A propósito, Srs. Senadores, trago a esta Casa o depoimento dos secretários Pedro Eurico, da Habitação, e José Carlos Melo, do Saneamento. Segundo aqueles Secretários do Governador Arraes, o Governo Federal, através de uma Resolução do Banco Central, retém o montante de 52 bilhões de cruzados que deveriam ser destinados à habitação e ao saneamento do Estado. Ora, sabe-se que a metade da população de Pernambuco não dispõe de saneamento básico em suas residências e a falta de moradia provoca frequentes invasões. Em face desse quadro, denuncia o Secretário Pedro Eurico: "a Resolução do Banco Central pode ser o estopim de uma grave convulsão social".

Nem Pernambuco nem seu Governador merecem tamanho castigo.

O Governador Miguel Arraes, prudente, cauteloso, sempre evitou atritos com a Administração Federal. Suas palavras e seus gestos têm sido de entendimento. Recentemente, quando o Presidente José Sarney foi visitar a Ilha de Fernando de Noronha, e evitou uma escala técnica em Recife, preferindo descer em João Pessoa, mesmo assim o Governador Arraes foi à Capital paraibana saudar o Presidente, não apenas por uma cortesia, mas para manifestar sua disposição de entendimento em favor do Estado e do País. Com esse mesmo intuito, veio a Brasília encontrar-se com o Presidente. A crise nacional exige o diálogo.

Apesar dessa postura de estadista do Governador, perante o Governo Sarney, o tratamento deste para com o nosso Estado é o de clara discriminação. Nem me refiro ao alojamento de Per-

nambuco de qualquer cargo importante da administração federal. Falo, sobretudo, dos recursos federais sonegados e retidos. Já me referi aos 52 bilhões de cruzados retidos no Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, indispensáveis à saúde e ao bem-estar da população de Pernambuco. É, portanto, o povo de Pernambuco que está sendo penalizado com essa retenção inexplicável de recursos federais. Isto é intolerável na medida em que esses recursos fluem normalmente para outras administrações estaduais, afinadas com o Palácio do Planalto.

Apesar desses óbices, a administração do Governador Miguel Arraes desperta o respeito do povo de Pernambuco. Passível de críticas — que realmente as tem — dos adversários e mesmo de correligionários que não atentam para esse quadro de dificuldades que já descrevi, essa administração se volta para os legítimos interesses populares, sem procurar a popularidade fácil. Eu a definiria como uma Administração simples, sóbria e séria. Mais do que isso: uma administração que busca a eficiência, apesar dos desafios, neste primeiro ano, como o enfrentamento da seca e a falta de recursos federais suficientes e racionalmente programados.

Apesar dessas dificuldades, do caos administrativo herdado das administrações anteriores, do corte e da retenção inexplicável de recursos federais a que Pernambuco faz jus, a administração Arraes apresenta, neste primeiro ano, um conjunto de obras que se destacam pela quantidade e qualidade. São quase doze mil obras comunitárias no agreste e no sertão: açudes, cacimbas, poços artesianos, casas de farinha e engenhos de rapadura, chafarizes etc. Pequenas obras que atendem às necessidades imediatas das comunidades rurais e sempre realizadas com a participação das mesmas.

Para atender às populações urbanas de menor poder aquisitivo, o Governo Arraes inaugurou o Projeto chamado "o Cestão do Povo", com uma proposta de abastecimento alimentar não lucrativa e não paternalista.

O setor agropecuário está sendo atendido pelas "Casas do Agricultor", que concentram o apoio e a assistência aos produtores rurais no mesmo prédio, evitando a dispersão, a perda de tempo e a falta de coordenação. O objetivo da "Casa do Agricultor" é tentar resolver os problemas relativos à produção agropecuária em um só local. Isto representa mais rapidez e mais eficiência no atendimento aos pequenos produtores rurais.

Além da eletrificação de bairros e periferias urbanas, o Governo Arraes já conseguiu eletrificar cerca de 3 mil propriedades rurais. Além de outros recursos do Estado, toda a arrecadação das multas decorrentes de infrações ao racionamento de energia se destina a esse fim.

O Governo Arraes procurou ampliar o LAFEPPE — Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco, de tal modo que se tornou um dos 40 maiores laboratórios do País. Isto significa a produção de medicamentos básicos, com preços bem mais reduzidos que os dos lucrativos laboratórios privados.

Nesta relação de obras e iniciativas do Governo Arraes, convém ressaltar o recente "acordo social da Zona da Mata", que é uma espécie de pacto entre o Governo estadual, empresários, trabalhadores e as comunidades, visando à revitalização

da Zona da Mata de Pernambuco, com novas propostas e alternativas no âmbito social e econômico. Resultará desse acordo a oferta de maiores espaços para os núcleos urbanos, oferta de equipamentos comunitários e de serviços sociais. A proposta evitará o êxodo para os grandes centros urbanos e a conseqüente favelização e marginalização desses contingentes populacionais. Trata-se de grande avanço na busca da superação dos grandes problemas sociais da região canavieira e que se concretiza graças à credibilidade do Governo Arraes e ao exemplo de bom senso e sensibilidade pública dos empresários que firmaram o citado acordo.

Mas, Sr. Presidente, o termômetro de qualquer administração é a opinião pública. Apesar de todas as dificuldades nesse primeiro ano, a administração Arraes passa bem por essa aferição. Vamos verificar o que o povo de Pernambuco está pensando sobre isso. Então vamos trazer a opinião de pessoas que são, como o Senador Aureo Mello, entusiastas admiradores do Governador Arraes. Também não vale a minha opinião. Eu me considero suspeito para falar do Governador Arraes, uma vez que tive a honra de compor sua vitoriosa chapa majoritária. O julgamento válido é o do povo. E para coletar esse julgamento, no caso os instrumentos normalmente aceitos são os órgãos de pesquisa, quando trabalham com isenção e sob parâmetros científicos.

Pois bem: a mais recente pesquisa do Ibope constata a aprovação ao Governo Arraes de 69,3%. A população de Pernambuco aprova o Governo Arraes e confia no seu Governador. Esta é a expressão da grande maioria dos pernambucanos. Existem os descontentes, existem aqueles que estão decepcionados e os que gostariam de mudanças mais rápidas e profundas. Essas manifestações podem ser legítimas e precisam ser ouvidas. Mas o apoio majoritário dado pelo povo ao governador significa a compreensão para as enormes dificuldades, a aceitação das obras do Governo já realizadas e o estímulo para o aprofundamento das grandes linhas da administração estadual.

Gostaria, então, de concluir, Sr. Presidente, registrando aqui, por este meu pronunciamento, a satisfação que tenho, como representante de Pernambuco, de saber que o meu Estado tem à frente de sua administração um homem da estatura moral e política de Miguel Arraes de Alencar.

Creio que as imensas dificuldades a que me referi não serão jamais motivo de desânimo ou desalento, e até posso dizer que elas começam a ser superadas e vencidas com muita ténpera e descortino político.

Nenhum governo poderá ser julgado, em termos definitivos, pelo seu primeiro ano de administração. Ainda que não tivesse obras positivas, apoio popular e correção administrativa, que são marcas do Governo Arraes, não poderíamos julgá-lo definitivamente.

É por isso que espero ter a satisfação de estar aqui no próximo dia 15 de março de 1989 dizendo: o Governo Arraes não está apenas com 69,3% de aprovação do povo, mas está com 80% de aprovação, porque pôde, no segundo ano de governo — que agora começa —, realizar a maioria das aspirações do povo pernambucano.

TRECHO DA ATA DA 11ª SESSÃO, REALIZADA EM 15-4-88, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO NO DCN (SEÇÃO II) DE 16-4-88, PÁGINAS 944 E SEQUINTE:

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 27, de 1988

Requeremos, na forma regimental, as seguintes homenagens pelo falecimento do Senador Antônio Farias:

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado de Pernambuco;

c) seja observado um minuto de silêncio em sua memória; e

d) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, 15 de abril de 1988. — Mansueto de Lavour — Marco Maciel — Humberto Lucena — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Aureo Mello — João Menezes — Almir Gabriel — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — José Agripino — Lavoisier Maia — Raimundo Lira — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Ronan Tito — Fernando Henrique Cardoso — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Meira Filho — Roberto Campos — Lourenberg Nunes Rocha — Mendes Canale — Leite Chaves — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Este requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

O Sr. Mansueto de Lavour — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mansueto de Lavour, para encaminhar o requerimento.

O SR. MANSUETO DE LAVOUR (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A morte, que rouba a vida, não age de modo diferente de outros ladrões. Não costuma anunciar o dia nem a hora em que chega. E quanto mais imprevisível sua chegada arrebatadora, tanto mais estorce aos que ficam.

Nós, Senadores, jamais poderíamos antever que o Colega Antônio Farias não estivesse hoje aqui ao nosso lado, como nas reuniões anteriores. É triste, é lamentável saber que sua ausência é em caráter definitivo. Perdeu o Senado da República, perdeu o País, perdeu Pernambuco a pre-

sença e o trabalho de um homem público exemplar.

Mais que o extravassar de nossa saudade e, até mesmo, mais que a manifestação de nossa profunda solidariedade à ilustre Família, do Colega desaparecido de modo tão repentino e prematuro, convém aqui ressaltar alguns traços de sua biografia política que ele próprio, na sua proverbial discrição, nunca fez questão de divulgar, o que agora faço na sua melhor forma de homenagem "post mortem".

O Senador Antonio Farias era agroindustrial e economista. Nasceu a 28 de novembro de 1932 na cidade de Surubim que é um importante centro agrícola e comercial do Agreste Norte. Em sua terra natal exerceu, desde cedo, marcante liderança política. De 1955 a 1959 representou o povo de Surubim na Câmara de Vereadores. Alargando sua ação política para a esfera estadual, exerceu o mandato de deputado na Assembléia Legislativa por duas legislaturas consecutivas, no período de 1963 a 1971.

Foi Prefeito de Recife de 1975 a 1979. Não foi eleito diretamente pelo povo. Os prefeitos das capitais à época eram escolhidos pelos Governadores, com aprovação das Assembleias. Mas o Prefeito Antonio Farias legitimou o seu mandato com trabalho, seriedade, correção administrativa e dedicação ao povo do Recife. Introduziu na administração municipal a racionalização e a eficiência do empresário político. Cuidou de grandes obras, que julgou importantes para o progresso do Recife, mas colocou em primeiro plano a melhoria de vencimentos e condições de trabalho do funcionalismo municipal, para que pudessem, prefeito e servidores, enfrentar os graves problemas de uma cidade que, na expressão de Gilberto Freire, está inchando e não crescendo. Tal preocupação com os problemas imensos do Recife traduziu-se importantes obras de saneamento básico de desenvolvimento comunitário e assistência social. O que resultou na legitimação popular do mandato indireto do Prefeito Antonio Farias, cuja administração se coloca entre as melhores no julgamento dos recifenses.

Depois da bem sucedida experiência na administração pública, retornou Antonio Farias às atividades legislativas, agora como Deputado Federal, na legislatura de 1983 a 1987. Como seu colega na Câmara dos Deputados, tive, então, oportunidade de me aproximar pessoalmente do Senador Farias,...

O Sr. Divaldo Suruagy — Permite-me V. Ex. um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Concederei daqui a alguns instantes, caro Senador.

... uma vez que nossos gabinetes eram vizinhos e, sempre que possível, tratávamos das questões de Pernambuco, um Estado que já vinha se ressentindo desse verdadeiro redemoinho de dificuldades gerado pela conjuntura nacional.

Éramos então de vertentes políticas adversárias, nossas posições ideológicas possivelmente não se confinavam, mas havia um ponto convergente em nossa atuação parlamentar: a defesa rígida e intransigente dos interesses de Pernambuco.

Como a história geral dos homens, a história política dá muitas voltas e apresenta muitas surpresas e sempre nos ensina que não há posições

políticas definitivas e irreversíveis, porque em política o que é impossível hoje, pode realizar-se amanhã. Assim foi que nas eleições de 86 nos encontramos no mesmo palanque, na mesma Frente Popular de Pernambuco, sob o comando de Miguel Arraes. É aqui que convém destacar o papel do Senador Farias no conjunto de forças vitoriosas na eleição de 86. Ele foi a peça fundamental de uma aliança entre as forças populares e um segmento do poder econômico, cujo arquiteto e fiador foi o próprio Miguel Arraes. Os óbices colocados de parte a parte, na tecitura dessa aliança, foram removidos um a um, a tal ponto que a chapa majoritária da Frente Popular de Pernambuco obteve consagrada vitória eleitoral.

Antes de prosseguir, tenho a honra de conceder o aparte ao Senador Divaldo Suruagy.

O Sr. Divaldo Suruagy — Senador Mansueto de LAVOR, conheci Antonio Farias então Prefeito da Cidade do Recife e, ao longo desses 10 últimos anos, as nossas vidas se cruzaram em várias oportunidades. A impressão mais forte que S. Ex. sempre provocou nas minhas emoções embora tivesse sido Deputado Estadual em duas legislaturas, na Casa de Joaquim Nabuco, Deputado Federal e Senador da República, era a de um executivo nato, um modificador de paisagem, o construtor, o realizador. V. Ex. exaltou, com muita propriedade, as qualidades e atributos que fizeram dele, como Prefeito do Recife, um dos maiores administradores de uma cidade complexa e difícil, como é a capital pernambucana, resíduo de todos os conflitos da região nordestina. Antonio Farias soube administrar aquela cidade com tal acerto e com tal sensibilidade para os problemas sociais que conseguiu escrever o seu nome como um dos maiores realizadores da capital pernambucana. Antonio Farias chegou à Câmara Alta do País e, aqui — tenho a certeza — conseguiu conquistar o respeito e a estima de todos nós, de todos os seus companheiros. Antonio Farias, que era um parcimonioso das palavras, conforme V. Ex. destacou com muita felicidade, era pródigo em gestos de lealdade, de coerência e de solidariedade humana e política. Antonio Farias deixa uma grande lacuna nesta Casa e uma lacuna maior ainda, não apenas na política de Pernambuco, onde foi um dos seus expoentes, mas no cenário político do Nordeste. Muito obrigado.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Agradeço a V. Ex., Senador Divaldo Suruagy, e faço incorporar a este meu pronunciamento o aparte brilhante de V. Ex.

Posso dizer que ainda é cedo para avaliar-se o prejuízo, a lacuna que a morte do Senador Antonio Farias trouxe ao contexto político de Pernambuco.

Na realidade, ele representava um ponto de equilíbrio e de aglutinação, através da legenda que fundou: o Partido Municipalista Brasileiro, de que era Líder, nesta Casa e na Constituinte.

Qual teria sido a característica da atuação do Senador Farias nesta Casa? Assim como na Câmara dos Deputados, onde trabalhou na Comissão de Economia, Indústria e Comércio e na Comissão de Agricultura e Política Rural, no Senado Federal, mesmo num período atípico como é esse da Constituinte, intensificou esse trabalho em favor do País e de Pernambuco. Sua permanente

preocupação era com a situação econômica e com os descalabros administrativos do País.

S. Ex. sentia essa crise econômica e social muito de perto, porque sabia das repercussões da política econômica do Governo Federal no setor empresarial e sentia também os efeitos dessa política na situação dos trabalhadores. Conhecendo por experiência própria os problemas do empresário nacional e tendo assumido claros compromissos com as camadas populares, não visou no Senado e na Constituinte a defesa de meros interesses corporativos, mas se posicionou com firmeza em favor do bem-estar econômico e social de todo o conjunto dos brasileiros.

Nesse sentido, o Senador Antonio Farias, tanto na Constituinte como nesta tribuna do Senado, nunca se posicionou como empresário, mas como um político cuja atividade empresarial fornecia valiosos subsídios ao seu posicionamento. Isto me parece extremamente válido e correto. Cada um de nós traz para a vida pública a bagagem das experiências da vida privada. O cuidado é para não confundir essas experiências com os interesses particulares.

O Sr. Lourival Baptista — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — E posso afirmar com absoluta segurança que o Senador Farias tinha esse cuidado.

Quero conceder, com muita honra, o aparte, ao Senador Lourival Baptista que, por sinal, esteve nos funerais do Senador Farias, representando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República e o Exm.º Sr. Presidente do Senado.

O Sr. Lourival Baptista — Eminente Senador Mansueto de LAVOR, desejo associar-me às palavras de V. Ex. de profundo pesar pelo falecimento do nosso colega, Senador Antonio Farias. Ontem estivemos em Recife, para assistirmos ao sepultamento do Senador Antonio Farias, representando o Presidente José Sarney, a Mesa Diretora do Senado Federal e o Presidente Humberto Lucena. Presenciamos a consternação que reinava na cidade, em face do desaparecimento de um dos mais ilustres políticos pernambucanos prematuramente falecido. Empresário realizado, político bem-sucedido, foi Vereador, Deputado Estadual, Prefeito de Recife, Deputado Federal e Senador da República, no transcorrer de sua brilhante trajetória. Pudemos verificar de perto a dor e a consternação geradas pelo seu desaparecimento. Associei-me, por conseguinte, ao seu pesar e à tristeza do povo pernambucano, cujas manifestações de dor e de saudade tive a oportunidade de observar, desde a chegada ao Aeroporto até à Prefeitura, para onde foi levado o seu corpo. Devo acentuar que causou a mim e a todos que ali se encontravam o doloroso encontro com a sua senhora e filhas, cena dramática que me deixou profundamente emocionado. Ninguém se acostumou, jamais, com a morte quando acontece de repente, fulminando uma personalidade como o Senador Antonio Farias, que se encontrava na plenitude de suas potencialidades. As palavras não são suficientemente eloquentes para descrever o impacto emocional que atingiu a todos, quando vimos aquelas duas meninas abraçadas com a mãe, e, agarradas ao caixão do pai, cobrindo-o de lágrimas. Na ocasião todos se sentiram emocionados,

inclusive os líderes políticos presentes, como o Senador Marco Maciel, V. Ex^a e o Governador Miguel Arraes, entre muitos outros. Como eu pude verificar, a multidão compungida na Prefeitura, e sobretudo no cemitério, quando por ocasião do sepultamento, todos sentiram profundamente as dimensões da perda irreparável de um homem decente e honrado, que soube dignificar o Partido que presidia, Pernambuco, o Nordeste e o Brasil. Nada mais seria preciso acrescentar para enaltecer um homem de bem que exerceu todas as funções, inclusive as atividades empresariais, com honradez e eficiência. Finalizando, reitero as declarações que fiz em Recife, quando abordado por jornalistas, inclusive transmitindo os votos de profundo pesar do Presidente José Sarney e do Presidente Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, o seu desaparecimento deixou consternados todos os seus Colegas, que nesta Casa muito o admiravam.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Muito obrigado a V. Ex^a, e quero, antes de conceder o aparte aos nobres Senadores que o estão solicitando, frisar que a presença de V. Ex^a, como Representante do Senhor Presidente da República e do Presidente do Senado e, pessoalmente também, ilustre representante do Estado de Sergipe ao lado de outro ilustre companheiro nosso, também representante de Sergipe, Senador Francisco Rollemberg, foi um conforto para todos nós. Neste sentido, junto com o Senador Marco Maciel, que vai fazer o pronunciamento principal desta tarde, tenho que agradecer a V. Ex^a Agradeço também ao Senhor Presidente José Sarney, que colocou à disposição da comitiva o seu avião presidencial. Mesmo tendo uma viagem, fez todo o possível para que houvesse a presença do Senado, da Câmara dos Deputados e até de pessoas ligadas ao trabalho do dia-a-dia do Senador, a sua equipe de gabinete. Quero também agradecer a todos os demais Senadores, que manifestaram ao povo de Pernambuco o pesar pelo falecimento tão inesperado quanto pranteado do Senador Antonio Farias.

O Sr. Leite Chaves — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves — Senador Mansueto de Lavor, associe-me às homenagens que V. Ex^a presta a nosso colega Antonio Farias e às homenagens regimentais do Senado. Esses instantes são muito dolorosos. Por duas vezes tive uma incumbência difícil, de levar dois Senadores que faleceram, como ele, no exercício da função: o Senador Rui Carneiro, à Paraíba; e o Senador Acioly Filho, meu conterrâneo do Paraná. Naquela minha viagem à Paraíba, no avião, estive sozinho com o corpo do Senador — lá, havia uma multidão de 130 mil pessoas — e refleti sobre o instante passageiro da nossa vida por aqui. Mas, pelo menos, fica um registro permanente. Sempre são situações de dor. Não sei por que sempre que me deparo com uma situação dessa eu me lembro da família, da esposa, dos filhos — o filho que chegou e veio visitá-lo aqui, eu também estava presente —, e lembro-me daquela frase de João II, no século XVII, em que diz: "A morte de cada homem me diminui, porque eu sou parte

da humanidade. Assim, não pergunte por quem os sinos doam; eles doam por ti." Essa é uma frase que se eternizou até naquele romance de Ernest Hemingway, "Por quem os sinos doam", onde ele diz bem do sentimento que nos tomam, a todos, os instantes dessa natureza. Eu não tive uma grande convivência com o Senador, porque quando cheguei da Procuradoria Geral da Justiça Militar S. Ex^a já estava aqui, mas a presença, assim muito tranqüila, de S. Ex^a parecia demonstrar, naquele silêncio, na atenção com que ele ouvia os oradores, uma paz pessoal muito grande, porque paz, na concepção geral, não é apenas tranqüilidade, paralisação, mas tranqüilidade sob tumulto. Às vezes este plenário estava assanhado, a própria Constituinte, e ele relativamente tranqüilo. Só depois vi que era uma paz na aparência; interiormente ele vivia grandes emoções. Meu conterrâneo — eu sou paraibano; e ele, de Pernambuco — foi Prefeito de Recife. S. Ex^a era uma presença que agradava pela tranqüilidade, pela simpatia que revelava em relação a todos. Ai, ao lado de V. Ex^a, ele assistia, ouvia. Acho que a coisa mais importante nesta Casa não é dizer alguma coisa, é ouvir o que se diz aqui. Todos têm muita coisa a dizer, mas todos aqui são impacientes demais em ouvir o que dizem. Houve um tempo em que eu resolvi não falar durante uns 15 dias. Confesso a V. Ex^a que, no nosso tumulto, há coisas admiráveis que são vistas nesta Casa. E são lembranças que ficam conosco. Neste instante, eu falava com o Senador Afonso Arinos sobre pessoas que deixam lembrança de presenças mais do que de livros ou de discursos, e eu me lembrava de Gustavo Capanema. Poucas vezes tinha interferência, mas foi uma passagem nesta Casa que ninguém esquece. Senador Mansueto de Lavor, as homenagens são merecidas e a elas me associo em nome do meu Estado, o Paraná.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Agradeço a V. Ex^a, Senador Leite Chaves. V. Ex^a ressalta o significado do silêncio e a necessidade de aprendermos a ouvir. Este Plenário nos dá essa felicidade.

O Senador Antonio Farias, que assentava aqui ao meu lado, encaixava-se nesse espírito da Casa. Não aderiria ao barulho improdutivo, vez que preferia ouvir a se antecipar aos grandes acontecimentos e aos grandes pronunciamentos.

O Sr. Albano Franco — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Mansueto de Lavor?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Com prazer, Ex^a.

O Sr. Albano Franco — Nobre Senador Mansueto de Lavor, não poderia eu, nesta hora, deixar de me associar às justas homenagens de pesar pelo falecimento prematuro do Senador Antonio Farias. É preciso destacar, nesta oportunidade, que meu Estado, o Sergipe, teve a representação, ontem, de dois colegas que compõem a Bancada de Sergipe nesta Casa, os Senadores Francisco Rollemberg e Lourival Baptista. Neste momento, Senador Mansueto de Lavor, desejo dizer que Antonio Farias, como cidadão, como empresário e como político, deixou a sua marca e, além disso, o seu exemplo. Como cidadão, um homem cumpridor das suas obrigações; como empresário moderno, com a responsabilidade social que o

atual momento brasileiro está a exigir de nós, como também um empresário honrado, que sempre soube cumprir os seus compromissos empresariais e, como político, eu sou testemunha até de detalhes. Frequentemente, sentava junto a Antonio Farias nas votações da Assembléia Nacional Constituinte, e ele, comprovando a sua dignidade e coerência, dizia: "Albano, vou ter que votar dessa forma porque foram compromissos de campanha." Efetivamente é um homem que nos deixa numa hora em que o País precisa de tantos homens públicos que sejam coerentes, dignos e que tenham o espírito público. Perde Pernambuco um ilustre filho, perde o Senado um companheiro exemplar. Desejo, Senador Mansueto de Lavor, que — lamentando a morte prematura de Antonio Farias — Deus o tenha em bom lugar.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Muito obrigado, Senador. O enfoque que V. Ex^a acaba de dar no seu aparte é da maior importância. Basta ver o episódio que passo a informar aos Srs. Senadores.

Na hora em que o Senador Farias falecia aqui na Secretaria de Serviço Médico, sua mulher, D. Geralda Farias e seu filho Eduardo estavam no interior do Estado, executando um compromisso do Senador de transferir parcelas de suas terras a trabalhadores rurais. O compromisso daquele dia — a que Farias não comparecera em razão da Constituinte — fazia parte do "Acordo Social do Campo" celebrado entre o Governador Miguel Arraes e os empresários rurais de Pernambuco.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Pois não.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Senador Mansueto de Lavor, estive na Câmara dos Deputados de 1951 até 1969, com a interrupção dos 4 anos que governei o meu Estado. Naquela ocasião não tive o prazer de conhecer o Senador Antonio Farias, mas, aqui, no Senado, neste reduzido período, todos podemos ter de S. Ex^a uma impressão nítida, não só do homem educado, atencioso, lhanho, que tinha as suas idéias e sabia respeitar as dos outros, como também do homem público autêntico. Era um vocacionado para a política; foi Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e, finalmente, Senador. Mas, ao lado disso, como fez ver aqui o nobre Senador Albano Franco, S. Ex^a, o Senador Antonio Farias, era também um homem do empresariado, da iniciativa privada, um homem realmente lúcido, autêntico e vitorioso no setor empresarial. De modo que morre, sob todos os aspectos, numa hora em que o Brasil precisava de homens como ele. Tivemos homens, no nosso País, de êxito na vida política. Mas, porque não tinham vocação para o empresariado, fracassaram; outros tiveram grandes êxitos na vida empresarial, mas não tiveram êxito na vida política. Ele foi um vitorioso no empresariado e na vida política, relativamente jovem. De modo que a Nação lamenta profundamente. O nosso Estado, o Piauí, é um Estado limítrofe. A região central do Piauí se limita com o Estado que V. Ex^a representa nesta Casa honradamente. Assim, o povo da região central do Piauí tem muita ligação com a região de Pernambuco — é um Estado vizinho, um Estado irmão. Quero

expressar a minha profunda dor e tristeza, que é também a do povo do Piauí. Estou certo de que as homenagens são as mais justas e merecidas a esse eminente homem público. Associe-me a elas e lamento profundamente, sob todos os aspectos, porque um homem que estava em ascensão, teria muito ainda a dar ao desenvolvimento econômico do País e à verdadeira vida pública dos seus autênticos homens públicos. Ficam aqui as minhas homenagens — estou certo —, acima de partidos, porque vivemos num regime democrático em que cada um tem o direito de ter o seu Partido e tem o dever de respeitar as idéias dos outros. Esse homem, um grande homem, sobretudo identificado, como disse V. Ex^a, com uma campanha popular, soube, sob todos os aspectos, superar-se a si mesmo e era um homem em ascensão. Participo dessas homenagens, dessa tristeza, mas estou certo de que todos os brasileiros, verdadeiramente brasileiros de espírito público, lamentam profundamente a perda por que passa a Nação. Muito obrigado.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Muito obrigado, Senador Chagas Rodrigues. Realmente, o Senador Antonio Farias, como V. Ex^a afirma, era politicamente vitorioso. Fato demonstrado com mandatos populares sempre conquistados por consagradas votações. Quando foi eleito, em 1982, Deputado Federal, obteve S. Ex^a a maior votação entre todos os eleitos naquela Legislatura. E, contra os prognósticos, assim como eu, foi eleito Senador da República, não por ser empresário, mas por ter o apoio do povo independentemente da sua situação econômica. Por isso, procurou corresponder a essa confiança do povo no exercício do seu mandato de Senador e de Constituinte.

Antes de terminar, porque, conforme já disse, temos de ouvir o Senador Marco Maciel, que também se pronunciará nesta homenagem póstuma ao Senador Antônio Farias, tenho a honra de ouvir, em aparte, o Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Nobre Senador Mansueto de Lavor, V. Ex^a, na sua lúcida e sentida oração, traz de novo a este Plenário a figura de Antonio Farias. Se me permite V. Ex^a, já que todos participamos do mesmo pesar e com as mesmas expressões que V. Ex^a acaba e continuará a pronunciar, gostaria de sugerir uma retificação no requerimento que todos assinamos. Ao lado desse empresário vitorioso, ao lado desse parlamentar triunfante em várias pelepas, desde a vereança até o Senado Federal, V. Ex^a destacou um aspecto para mim muito mais humano e significativo. V. Ex^a destacou o Prefeito de Recife, o homem que podendo se dedicar às suas atividades empresariais e até parlamentares se dedicou ao mais difícil dos encargos, que é dirigir uma cidade, uma Capital como Recife, com todos os conflitos, todas as angústias e todas as esperanças que marcam as sofridas capitais, notoriamente do Nordeste brasileiro. Penso que além dos sentimentos ao Governo do Estado de Pernambuco, deveríamos também incluir no requerimento uma comunicação ao prefeito da cidade de Recife, porque foi como prefeito da cidade de Recife que ele conquistou, pela exposição lúcida que V. Ex^a está fazendo, o coração e o sentimento do povo recifense.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Muito obrigado, Senador Nelson Carneiro. É por demais oportuna a sugestão de V. Ex^a. O aparte de V. Ex^a me faz lembrar outro episódio.

Normalmente, falecendo um Senador, como qualquer outra expressão política, as exéquias contam com pronunciamentos e discursos, no momento do enterro. Ontem, quem assistiu o enterro do Senador Antonio Farias, no cemitério Santo Amaro, com todas as honras de Chefe de Estado, ouviu como único discurso as palavras embargadas de emoção de um humilde servidor da Prefeitura do Recife que expressou o sentimento de todos nós que estávamos ali. Foi um comovido agradecimento ao Prefeito Antonio Farias por ter oferecido melhoria da qualidade de vida aos servidores da Prefeitura e ao povo do Recife, e pelo seu esforço, pelo seu trabalho, em favor dos pobres da cidade. Este é realmente um detalhe que enriquece a biografia de um homem público.

Gostaria de encerrar, dentro desta linha de agradecimento e por uma questão de justiça, informando que o Presidente do Senado, junto com toda a Mesa — os Diretores e servidores — tiveram a maior solidariedade junto do inesperado falecimento do Senador Antonio Farias.

A família que esteve aqui e conduziu o corpo do Senador para o nosso Estado manifestou o agradecimento à Presidência do Senado e a todos os servidores da Casa, por aquela atitude de solidariedade, profundamente cristã, humana, pela dedicação que demonstraram, naquela noite. Não foi apenas um protocolo, mas um gesto de profunda amizade e solidariedade humana.

Quero então, Sr. Presidente Humberto Lucena, aqui deixar o testemunho da família do Senador Antonio Farias que transmite a V. Ex^a o seu agradecimento e, também, do povo de Pernambuco, por um gesto que não foi protocolar apenas, mas por tudo aquilo que foi feito, desde o instante em que se transmitiu e que recebemos a notícia sobre o falecimento do Senador Antonio Farias, até a entrega do seu corpo à sua família, que o levou para Recife. Todos estão agradecidos e sabendo que esta é uma Casa onde se pratica a fraternidade, a amizade que vai além da vida. Esta é que é a verdadeira amizade.

Agradeço a V. Ex^a, e direi que, ao lado dos sentimentos de saudade, de amizade, que todos temos pelo Senador Antonio Farias, é muito importante que nos fique o seu exemplo de homem público, dedicado aos interesses maiores do País e do Estado que tão dignamente representou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SECRETARIA GERAL DA MESA

(Resenha das matérias apreciadas no período de 1º a 30 de abril de 1988 — art. 293, II, do Regimento Interno)

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

— Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1987 (nº 215/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera o art. 98 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

Sessão: 21-4-88 (extraordinária)

— Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1988 (nº 240/87, na Casa de origem), de iniciativa do Se-

nhor Presidente da República, que faculta aos servidores públicos federais a opção pelo regime de que trata a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dá outras providências.

Sessão: 27-4-88 (extraordinária)

— Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1988 (nº 260/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a organização do quadro de engenheiros militares no Ministério do Exército, e dá outras providências.

Sessão: 27-4-88 (extraordinária)

— Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1988 (nº 216/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.

Sessão: 27-4-88 (extraordinária)

— Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1988 (nº 405/88, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que declara feriado nacional, destinado às comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura, o dia 13 de maio de 1988.

Sessão: 27-4-88 (extraordinária)

PROJETO APROVADO E ENVIADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

— Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1988, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, que estabelece critério para a conversão em cruzados do saldo do Imposto de Renda a pagar das pessoas físicas abrangidas pelo artigo 1º do Decreto-Lei nº 2.425, de 7 de abril de 1988.

Sessão: 27-4-88 (extraordinária)

ATO DO PRESIDENTE Nº 56, DE 1988

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.498/88-7, resolve aposentar, voluntariamente, Maria Eulália de Souza, Assistente Legislativo, Classe "Especial", Referência NM-35, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso III, parágrafo único, e 102, inciso I, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, inciso IV, 414, § 4º, e 438 da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 2º, parágrafo único, da Resolução SF nº 358, de 1983; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, e artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, com proventos integrais, observado o limite previsto no artigo 102, § 2º da Constituição Federal.

Senado Federal, 29 de abril de 1988. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 57, DE 1988

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003564/88-6, resolve

aposentar, por invalidez, Prudêncio Serra Rodrigues, Inspetor de Segurança Legislativa, Classe "Especial", Referência NS-19, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso I, e 102, inciso I, alínea "b", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso III, § 2º, 429, inciso III, 438 e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; artigos 2º, parágrafo único, e 3º, da Resolução SF nº 358, de 1983; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e artigo 1º da Lei nº 1.050, de 1950, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 29 de abril de 1988. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 58, DE 1988

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004125/88-6, resolve aposentar, por invalidez, José Salviano Sobrinho, Assistente de Plenário, Classe "Especial", Referência NM-28, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos arts. 101, inciso I, e 102, inciso I, alínea "b", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os arts. 428, inciso III, § 2º, 429, inciso III, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; arts. 2º parágrafo único, e 3º, da Resolução SF nº 358, de 1983; art. 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; art. 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e art. 1º da Lei nº 1.050, de 1950, com proventos integrais, observado o disposto no art. 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 29 de abril de 1988. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 59, DE 1988

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004123/88-3, resolve aposentar, por invalidez, Darcy Pedroso Machado Gaia, Taquígrafo Legislativo, Classe

"Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos arts. 101, inciso I, e 102, inciso I, alínea "b", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os arts. 428, inciso III, § 2º, 429, inciso III, 430, incisos IV e V, 438, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; arts. 2º, parágrafo único, e 3º, da Resolução SF nº 358, de 1983; art. 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; art. 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e art. 1º da Lei nº 1.050, de 1950, com proventos integrais, observado o disposto no art. 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 29 de abril de 1988. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 60, DE 1988

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, revigorada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1983, de acordo com o disposto na Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003198/88-0, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, da Senhora Graziela Natalina de Oliveira Gabriel, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 22 de março de 1988, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almir Gabriel.

Senado Federal, 29 de abril de 1988. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

26ª Assembléia Geral Ordinária do Instituto de Previdência dos Congressistas realizada na última quarta-feira do mês de março de 1988, consoante Inciso I, letra a, do artigo 16, do Estatuto da entidade.

Aos 30 (trinta) dias do mês de março de 1988, às 10 (dez) horas, no Auditório Nereu Ramos, realizou-se a 26ª Assembléia Geral Ordinária do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, conforme mandamento estatutário e publicação editalícia no **Diário do Congresso Nacional** de 17 (dezessete) de março de 1988, página 627, com a presença de 37 segurados, sob a presidência do Deputado Gustavo de Faria, presentes também o Senador Odacir Soares, Vice-Presidente e os Conselheiros: Dr. Antonio Geraldo Guedes, Deputado Antonio de Jesus, Dr. Manoel José de

Souza, Deputada Anna Maria Rattes, Drª Léa Fonseca Silva, constando da pauta a apreciação do Relatório das Atividades de 1987. Abertos os trabalhos o Presidente Gustavo de Faria determinou a leitura do relatório anual submetendo-o em seguida à apreciação dos presentes. Na oportunidade, o Conselheiro Dr. Antonio Geraldo Guedes fez uso da palavra para salientar a inusitada providência na vida do IPC de se proceder a um levantamento atuarial da entidade buscando retratar a sua real situação e as perspectivas, a curto e a médio prazo, o que demonstra os propósitos do atual presidente de adotar as diretrizes mais adequadas na condução da alta administração do Instituto. Em seguida congratulou-se também com o Presidente Gustavo de Faria pelas gestões desenvolvidas junto ao Governo do Distrito Federal visando a obtenção de lote de terreno para a edificação da futura sede do IPC. Finalizou ressaltando o êxito da entidade no exercício de 1987, demonstrado no relatório sob apreciação, que evidencia uma administração moderna e dinâmica, como, por exemplo, caracterizada está na criação do Jornal do IPC, que tem permitido aos seus segurados o acesso às informações esclarecedoras e elucidativas sobre a situação, os projetos e as realizações em termos de benefícios e serviços que o Instituto tem por finalidade prestar. Fez ainda apelo ao plenário pela concretização da equiparação das pensões com a viabilização da edição do diploma legal autorizativo. Em seguida, foi distribuído aos presentes o exemplar do relatório. Não havendo outra manifestação, o presidente declarou suspensão por 30 minutos a Assembléia para a lavratura da presente Ata. Transcorrido o prazo foi reaberta a Assembléia, sendo a mesma lida e aprovada pelo plenário. E, para constar, eu, Amaldo Gomes, Secretário, lavrei a presente ata que segue assinada pelo Senhor Presidente.

Parecer

Assunto: Balanço Patrimonial e Demonstrativo das Receitas e Despesas do IPC.

A análise do Balanço Patrimonial referente ao período de 1º-1-88 a 31-1-88 e Demonstrativo das Receitas e Despesas do mês de janeiro de 1988, com o fim previsto no art. 12, inciso III da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, revela que expressam adequadamente a posição financeira do Instituto de Previdência dos Congressistas, bem como apresentam claramente as origens e aplicações dos recursos.

Dessa forma, e considerando ainda que se encontram corretos e em consonância com os princípios de contabilidade, manifesto-me pela aprovação dos mesmos.

Brasília — DF, 28 de abril de 1988.

11.59.64,19,88 II

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
PATRIMÔNIO FUNDADO EM 1960

7.000 - ATIVO		8.000 - PASSIVO	
100 - DISPONÍVEL		8.100 - EXECUTIVO	
110 - Caixa / Movimento	502.188,05	8.115 - Reservas a Receber	2.471.951,00
120 - Caixa / C/1234/2	1.527.161,48	8.116 - Credores Diretos	5.025.085,80
130 - Caixa / C/1234/1	310.400,00	8.200 - FUND. DE GARANTIA	
140 - Caixa / C/1234/5	829,72	8.210 - Fundo de reservas	80.034.733,45
150 - Caixa Econômica Federal	170.387,05	8.300 - MÃO DE OBRA	
160 - Reservas		8.310 - Reservas de Contingência	252.768.509,83
170 - "Over Night"	34.993.512,76	01 - Reservas p/ futuro reajuste	167.652.104,92
180 - "Over Night" S/A	101.102.791,00	02 - Reservas Operacionais	342.218.325,86
190 - Caixa / C/1234/322-1	2.970.554,00	01 - Exercícios Anteriores	53.940.694,19
200 - Caixa / C/1234/575-5		02 - Exercício Atual	396.189.021,05
210 - Caixa / C/1234/575-5		8.400 - TRANSITÓRIAS	
220 - Caixa / C/1234/575-5		8.410 - Valores em Custódia	5.908.334,30
230 - Caixa / C/1234/575-5		8.440 - Recebido p/ Conta de Seguros	4.557.585,63
240 - Caixa / C/1234/575-5		8.500 - RESCATE FUTURO	
250 - Caixa / C/1234/575-5		8.512 - Avaliação de Imóveis	267.870,00
260 - Caixa / C/1234/575-5		8.521 - Verificação de Carteira de Ações	11.975.271,57
270 - Caixa / C/1234/575-5			
280 - Caixa / C/1234/575-5			
290 - Caixa / C/1234/575-5			
300 - Caixa / C/1234/575-5			
310 - Caixa / C/1234/575-5			
320 - Caixa / C/1234/575-5			
330 - Caixa / C/1234/575-5			
340 - Caixa / C/1234/575-5			
350 - Caixa / C/1234/575-5			
360 - Caixa / C/1234/575-5			
370 - Caixa / C/1234/575-5			
380 - Caixa / C/1234/575-5			
390 - Caixa / C/1234/575-5			
400 - Caixa / C/1234/575-5			
410 - Caixa / C/1234/575-5			
420 - Caixa / C/1234/575-5			
430 - Caixa / C/1234/575-5			
440 - Caixa / C/1234/575-5			
450 - Caixa / C/1234/575-5			
460 - Caixa / C/1234/575-5			
470 - Caixa / C/1234/575-5			
480 - Caixa / C/1234/575-5			
490 - Caixa / C/1234/575-5			
500 - Caixa / C/1234/575-5			
510 - Caixa / C/1234/575-5			
520 - Caixa / C/1234/575-5			
530 - Caixa / C/1234/575-5			
540 - Caixa / C/1234/575-5			
550 - Caixa / C/1234/575-5			
560 - Caixa / C/1234/575-5			
570 - Caixa / C/1234/575-5			
580 - Caixa / C/1234/575-5			
590 - Caixa / C/1234/575-5			
600 - Caixa / C/1234/575-5			
610 - Caixa / C/1234/575-5			
620 - Caixa / C/1234/575-5			
630 - Caixa / C/1234/575-5			
640 - Caixa / C/1234/575-5			
650 - Caixa / C/1234/575-5			
660 - Caixa / C/1234/575-5			
670 - Caixa / C/1234/575-5			
680 - Caixa / C/1234/575-5			
690 - Caixa / C/1234/575-5			
700 - Caixa / C/1234/575-5			
710 - Caixa / C/1234/575-5			
720 - Caixa / C/1234/575-5			
730 - Caixa / C/1234/575-5			
740 - Caixa / C/1234/575-5			
750 - Caixa / C/1234/575-5			
760 - Caixa / C/1234/575-5			
770 - Caixa / C/1234/575-5			
780 - Caixa / C/1234/575-5			
790 - Caixa / C/1234/575-5			
800 - Caixa / C/1234/575-5			
810 - Caixa / C/1234/575-5			
820 - Caixa / C/1234/575-5			
830 - Caixa / C/1234/575-5			
840 - Caixa / C/1234/575-5			
850 - Caixa / C/1234/575-5			
860 - Caixa / C/1234/575-5			
870 - Caixa / C/1234/575-5			
880 - Caixa / C/1234/575-5			
890 - Caixa / C/1234/575-5			
900 - Caixa / C/1234/575-5			
910 - Caixa / C/1234/575-5			
920 - Caixa / C/1234/575-5			
930 - Caixa / C/1234/575-5			
940 - Caixa / C/1234/575-5			
950 - Caixa / C/1234/575-5			
960 - Caixa / C/1234/575-5			
970 - Caixa / C/1234/575-5			
980 - Caixa / C/1234/575-5			
990 - Caixa / C/1234/575-5			
1000 - Caixa / C/1234/575-5			
TOTAL DO ATIVO	920.544.196,55	TOTAL DO PASSIVO	920.544.196,55

Roberto dos Santos
CONTADOR CRC-SP 6683

Armando Gomes
Chefe da Seção de Contabilidade
CONTADOR CRC-SP 6215

Armando Gomes
Diretor Executivo

Justino de Faria
DEPUTADO GUSTAVO DE FARIA
Presidente

Justino de Faria
TREZORIEIRO

**5ª Reunião Ordinária da Comissão
Diretora realizada em
28 e 29 de abril de 1988**

Às dez horas e trinta minutos do dia 28 de abril de um mil novecentos e oitenta e oito, na Sala de Reuniões da Presidência, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, presentes os Excelentíssimos Senhores Senadores Humberto Lucena, Presidente, Lourival Baptista, Segundo-Vice-Presidente, Jutahy Magalhães, Primeiro-Secretário, Dirceu Carneiro, Terceiro-Secretário, João Castelo, Quarto-Secretário, Aluizio Bezerra e Francisco Rollemberg, Suplentes. Deixam de comparecer, por motivo justificado os Excelentíssimos Senhores Senadores José Ignácio, Primeiro-Vice-Presidente e Odacir Soares, Segundo-Secretário.

Iniciando os trabalhos o Senhor Presidente submete à apreciação dos presentes, Ofício que lhe foi encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída no Senado Federal através da Resolução nº 22/88, destinada a investigar em profundidade as denúncias de irregularidades, inclusive corrupção na Administração Pública, no qual, aquela autoridade, solicita que a Douta Comissão Diretora estude, tome procedimentos e adote providências visando modificações no Ato nº 33/87, (21-5-87) — da Comissão Diretora, que dispõe sobre o reajuste de preços de seus contratos.

Após o exame da matéria, a Comissão Diretora, por maioria de seus Membros, decide manter inalterado o Ato nº 33/87. O Excelentíssimo Senhor Senador Jutahy Magalhães se absteve de votar.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Excelentíssimo Senhor Senador Jutahy Magalhães que apresenta ao exame de seus Pares o Processo de nº PD 0515/85-0, trazendo à Comissão Diretora, proposta de regulamentação do art. 2º da Resolução nº 399, de 1987, elaborada pela Douta Consultoria Geral da Casa, como conclusão preliminar do exame do processo oriundo do Prodaser, em que o cidadão Norton Monterio Guimarães requer a sua readmissão nos quadros daquele Órgão.

O Senhor Presidente designa Relator da matéria o Excelentíssimo Senhor Senador Dirceu Carneiro, Terceiro-Secretário.

Antes de dar continuidade aos trabalhos a Presidência concede licença ao Excelentíssimo Senhor Senador Jutahy Magalhães para se retirar da sala de Reuniões.

Processos nºs 004652/86-6 e 004485/88-2. Convênios entre as empresas prestadoras de serviços médicos e o Senado Federal.

O Senhor Presidente submete aos presentes expediente encaminhado pelo Senhor Diretor-Geral expondo os problemas que a Subsecretaria de Assistência Médica e Social está atravessando com a não renovação, em tempo hábil, dos convênios existentes entre o Senado Federal e empresas prestadoras de serviços médicos.

Em consequência, o Senhor Presidente pede autorização para que, em caráter excepcional, seja feita a liquidação dos débitos existentes à conta dos recursos orçamentários específicos, até que sejam assinados, nos próximos dias, com as respectivas empresas, os novos contratos.

A matéria suscita amplo debate, tendo a Comissão Diretora decidido designar os Senhores Dire-

tor-Geral, Auditor e o Assistente Técnico da Auditoria para, em caráter informal, consultarem o Tribunal de Contas da União sobre o assunto.

Os trabalhos são suspensos às doze horas, assim permanecendo até a obtenção da resposta.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e nove de abril de um mil novecentos e oitenta e oito, na Sala de Reuniões da Presidência, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, presentes os Excelentíssimos Senhores Senadores Humberto Lucena, Presidente, José Ignácio, Primeiro-Vice-Presidente, Lourival Baptista, Segundo-Vice-Presidente, Jutahy Magalhães, Primeiro-Secretário, Dirceu Carneiro, Terceiro-Secretário, João Castelo, Quarto-Secretário. Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Excelentíssimo Senhor Senador Odacir Soares, Segundo-Secretário.

Reabertos os trabalhos, o Senhor Diretor-Geral comunica que, em resposta à consulta, a Terceira Inspetoria do Tribunal de Contas da União informou que, tecnicamente, não haveria obstáculo ao pagamento, desde que devidamente autorizado pela Comissão Diretora.

Diante do exposto, a Comissão Diretora decide autorizar, em caráter excepcional, o pagamento, à conta dos recursos orçamentários específicos, das despesas a que se refere o mencionado Processo nº 004485/88-2, advertindo, no entanto, que a Diretoria Geral, a Subsecretaria de Administração Financeira e demais órgãos administrativos da Casa, na ocorrência de fatos semelhantes, devem levá-los, imediatamente, ao conhecimento do Senhor Presidente e do Senhor Primeiro-Secretário, para que estes tomem as medidas cabíveis, inclusive com a punição dos responsáveis.

A seguir, concedida a palavra ao Senhor Diretor-Geral, este informa da existência do Processo nº 009261/83-4 e outros, que versam sobre a não renovação, em tempo hábil, de contrato entre o Senado Federal e a Xerox do Brasil S/A, suscitando o mesmo problema anteriormente debatido.

Nada mais havendo a tratar, às dez horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, pelo que eu José Passos Porto, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 3 de maio de 1988.

— Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATA DE COMISSÃO

**COMISSÃO PARLAMENTAR
DE INQUÉRITO**

Criada através da Resolução nº 59, de 1987, destinada a apurar as irregularidades e seus responsáveis pelas importações de alimentos por órgãos governamentais.

**11ª Reunião, realizada em
26 de abril de 1988**

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e oito, às nove horas e trinta e oito minutos, na Sala da Comissão de Economia, presentes os Senhores Senadores Dirceu Carneiro, Mauro Borges e Cid Carvalho reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as irregularidades e seus responsáveis pelas importações de alimentos por órgãos governamentais.

O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e convocou o depoente, Sr. Christopher Rohl — responsável pela empresa Gecom, que prestou o juramento de praxe.

O Senhor Presidente passou à fase interpelatória, concedendo a palavra ao Senhor Senador Mauro Borges que questionou o depoente a respeito de sua nacionalidade, situação funcional, as atividades desenvolvidas pela Gecom e a razão dela ter sido incluída, representando a Sogevian-des, como a segunda empresa com contrato para a venda de carne à Interbrás e as negociações preliminares que o consórcio Socopa/Sogevian-des desenvolveu junto à Comunidade Econômica Europeia.

Satisfeitos as suas indagações o Senhor Senador Mauro Borges requereu ao depoente o envio de documentos que esclareçam a sua participação nas negociações da carne.

Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Senador Cid Sabóia de Carvalho, que passou a inquirir o depoente.

Finalizando, o Senhor Presidente solicitou ao depoente esclarecimentos sobre alguns pontos obscuros no depoimento.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião informando ao depoente que poderá convocá-lo caso considere necessário e, para constar eu Cleide Maria Ferreira da Cruz — Assistente da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com os apanhamentos taquigráficos.

ANEXO À ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 059, DE 1987, DESTINADA A APURAR AS IRREGULARIDADES E SEUS RESPONSÁVEIS PELAS IMPORTAÇÕES DE ALIMENTOS POR ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E OITO, NA SALA DA COMISSÃO DE ECONOMIA ÀS NOVE HORAS E TRINTA E OITO MINUTOS DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO SR. CHRISTOPHER ROHL QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador Dirceu Carneiro
Vice-Presidente: Senador Lourival Baptista
Relator: Senador Mauro Borges

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Declaramos abertos os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Convocamos o depoente Christopher Rohl para fazer o juramento aqui, diante da Mesa.

Passamos a palavra ao relator da comissão para que faça as indagações que achar pertinentes ao depoente.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Sr. Christopher Rohl, qual é a nacionalidade de V. S?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Brasileira. Nasceu no Brasil, em Belém do Pará.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S. trabalhou sempre aqui no Brasil ou esteve no exterior?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Estudei no exterior e trabalhei no Brasil.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Estudou onde?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Na Inglaterra.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Estudou no curso de humanidades ou no curso profissional?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Estudei até os anos de Oxford e de Cambridge na universidade.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Tem formação universitária?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, não tenho.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O seu trabalho aqui no Brasil — rapidamente — tem sido em que áreas, em que empresas?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu tenho trabalhado em poucas empresas, mas eu diria que, nos últimos 15 anos ou mais, exclusivamente em produtos primários, que se chamam **commodities**.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Importação ou exportação?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Quase que exclusivamente exportações.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Em qual área? O senhor poderia mencionar.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Trabalhei para uma firma francesa chamada Goldsmith, que não existe mais já faz muitos anos. Posteriormente, abri minha própria empresa, Gecom que vendi a um outro grupo francês que trabalha nesse mesmo ramo. Então, passei a ser o diretor, funcionário da empresa. É a atual, na qual estou trabalhando já há 15 anos.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. Ex.^a é o Diretor-Geral, o Diretor-Presidente?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Diretor-Geral, exatamente.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S.^a continua na Gecom?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Continuo trabalhando lá.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Em que ano V. S.^a fundou a Gecom?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Em 1969, se não me engano.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — 1979?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — 1969.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — 1969. E era só de sua propriedade?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — No início, sim. Minha e de outro sócio meu, mas ele não continuou.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S.^a tem alguma coisa de relevo, importante a dizer sobre as atividades da Gecom?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não. A atividade da Gecom é uma atividade em que agimos por conta e ordem de uma empresa sócia do exterior, que está virada para comprar produtos do Brasil. A sua atividade principal é a compra de produtos primários do Brasil para exportação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Que empresa é essa que faz isso na Europa, na França?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — É uma empresa chamada Sucres et Danrés, que tem diversas atividades em diversos produtos.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não trabalha só com açúcar?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Trabalhamos com cacau, café, carne, arroz, laticínios, castanhas, peixes, enfim, uma série de produtos.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Peixes também? E quanto a questão de pescado que foi liberado para importação, nesse período do Plano Cruzado, V. S.^a dela participaram?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Atualmente, quais são as diretorias e quais são as pessoas que estão à testa das diretorias da Gecom?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Atualmente, existem duas pessoas, que sou eu e um outro diretor que se chama Haroldo Faria. Somos dois diretores.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S.^a conhece o Sr. Jacob Pien?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Sim, ele trabalhou na empresa e, atualmente, não está trabalhando mais; já deixou a empresa há algum tempo e...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Trabalhou na sua empresa?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Trabalhou.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Ele é brasileiro?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — É brasileiro naturalizado.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Qual é a origem dele?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Acho que nasceu no Irã, é de origem Armênia.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Armênia. Muito bem. V. S.^a mantém contatos com ele?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não o vejo há algum tempo. Ele disse que iria formar uma companhia para assessoria e não o vejo há algum tempo, nem socialmente, nem no trabalho.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Nas negociações da Gecom, em 1986, no Plano Cruzado, para esse setor de importação, quem era o responsável? Já era V. S.^a?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu era o Diretor-Presidente da Gecom na época do Plano Cruzado.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Exato. É isso mesmo, V. S.^a era o diretor.

Quem representava a Gecom nas negociações da carne com a SEAP, CINAB e Interbrás? Era V. S.^a mesmo ou quem era?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Quanto a essas reuniões havidas em conjunto com esses organismos, em algumas vezes participei e, em outras, outro funcionário participou, inclusive a pessoa que V. Ex.^a citou e que não está mais na empresa.

Éramos, na qualidade, representantes na empresa.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Muito bem.

Ainda há uma série de perguntas, Sr. Presidente. Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Pois não.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Que tipo de atividade a Gecom desenvolve, principalmente no Brasil?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — A nossa atividade é na busca de oportunidades comerciais, sempre por ordem e conta das nossas representadas no exterior.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quais os grupos privados brasileiros que têm participação acionária na sua empresa ou na empresa da qual V. S.^a é sócio, a Gecom?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Há algumas empresas, mas, no momento, não estou preparado para lhe responder. Posso lhe mandar posteriormente um documento.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Pois não. V. S.^a fica me devendo esta informação. V. S.^a não se lembra de pronto as principais?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não lembro de cabeça. V. Ex.^a quer dizer capital votante.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Sim, o controle da empresa é...

O SR. CHRISTOPHER ROHL — A capital votante é nacional, mas a nossa sócia francesa tem uma participação ponderante na empresa.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S.^a fica de nos mandar essas informações, com a participação e a percentagem de capital.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Que tipo de relação ou vinculação comercial existe à Gecom e à Sogevianes?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — A Sogevianes faz parte do grupo que eu citei, o Sucres et Danrés, e é uma empresa virada para a comercialização de carne.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A Gecom tem experiência no comércio internacional de carne?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quando o governo anunciou a importação de carne, em 1986, e uma vez designada a Interbrás para fazê-la, a Gecom/SOGEVIANES manteve contatos com essa empresa estatal?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Mantivemos.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Foi nessa ocasião ou já tinham contatos anteriormente?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Quando ficou notório que o Brasil pretende importar produtos, eu na minha capacidade, como representante da empresa, estava na obrigação de procurar essas oportunidades, razão pela qual fomos pelos caminhos anunciados, procurando as empresas do Governo, que seriam as partes envolvidas.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Gostaria que V. S.^a detalhasse isso melhor. Que tipo de ação Gecom/Sogevian des desenvolveu para chegar a ser incluída como a segunda empresa no consórcio com a Socopa?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — A nossa atuação nesse caso foi entrar em contato, na época, com os organismos encarregados do abastecimento. Então, dentro do processo normal comercial, procuramos os dois organismos que, na época, eram encarregados do setor.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S.^a falou diretamente com quem? Com o Ministro? Com o encarregado?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não. Contatamos, na época, a CINAB e a SEAP e solicitamos reuniões. Houve várias reuniões em conjunto, onde a empresa se colocou à disposição.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas V. S.^a procurou especificamente o chefe da CINAB ou o chefe da SEAP, o secretário executivo?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não. Nós procuramos os dois organismos e foram feitas reuniões em conjunto.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S.^a procurou quem? o senhor João Bosco ou o senhor José Carlos Braga?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Nós procuramos os organismos e, evidentemente, as pessoas que nos foram indicadas para conversar foram os titulares dos dois organismos. Os titulares na época foram o senhor Bosco da CINAB e o senhor Braga da SEAP.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S.^a dirigiu-se a eles e houve reuniões?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Houve reuniões em conjunto.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Era só V. S.^a, por parte da Gecom?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não. Tínhamos os representantes da Sogevian, nós e a equipe das pessoas desses organismos.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quem era o representante da Sogevian?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Naquela época, foi o senhor Roger Hadria.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Dessas reuniões participava só o Dr. José Carlos Braga, só o senhor João Bosco ou ambos?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Ambos.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Esse primeiro contato, o senhor se lembra quando foi?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu infelizmente não posso precisar datas e o momento certo, porque já faz algum tempo.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor os procurou para entrar nos negócios na Europa, na participação. O senhor fez alguma proposta escrita?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Nós nos identificamos como um fornecedor de carnes sério, com tradição de 20 anos no Brasil, como fornecedor de carne. Eu, pessoalmente, não sou profis-

sional da carne, como já lhe disse, então nós acompanhamos o profissional da carne que foi o senhor Roger Hadria a essas reuniões, mais do ponto de vista de logística.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Certo. Mas o senhor não fez nenhuma proposta escrita? Só a verbal?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não fizemos proposta escrita, porque não havia nenhuma condição de oferecer carne ao Brasil do Mercado Comum Europeu, aos preços do Mercado Comum Europeu, que seriam os preços entre quatro e cinco mil dólares a tonelada métrica. Para que pudéssemos oferecer carne ao Brasil teríamos que incluir o Brasil na lista dos países que gozam dos benefícios do subsídio do Mercado Comum Europeu. Então, haveria necessidade, primeiro, de conseguir autorização do Governo brasileiro, para que fôssemos ao Mercado Comum Europeu e fizéssemos uma lei especial, no bojo do Mercado Comum Europeu, para que o Brasil tivesse acesso ao subsídio e, portanto, não tínhamos condições nenhuma de dar uma oferta firme, sem que houvesse autorização de parte do Brasil.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — E essa autorização foi dada?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Essa autorização foi dada através da Interbrás.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Numa reunião quando já estava a Socopa no negócio?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não posso precisar quando a Socopa entrou ou não entrou. Eu sei que antes — pelo menos o que eu entendi — que o Governo deliberasse como a operação seria feita nós nos apresentamos como candidatos.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas o senhor, que é um homem ativo, experimentado, é claro que já tinha um conhecimento que a Socopa estava no negócio.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Nós já tínhamos informação que eles estavam no negócio. Exatamente.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — As conversações com a Socopa foi o senhor quem fez ou foram feitas na Europa os contatos da Sogevian com a Socopa?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — A Sogevian e a Socopa formaram um consórcio a partir da autorização do Governo brasileiro.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Sim, isso eu sei, isso foi público. Eu quero saber exatamente isso: para eliminar os contatos da Sogevian com a Socopa. Foi o senhor que fez na Europa esses contatos?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Que eu saiba, não posso lhe informar nada dos encontros entre Socopa e Sogevian posterior à decisão do Brasil porque, realmente, não participei em nenhuma reunião com a Socopa no exterior.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas o senhor é um representante aqui, é claro que o senhor devia, quando compareceu lá, já saber que havia um entendimento na Europa da Sogevian com a Socopa. Isso não foi aqui. Eu quero saber que parte o senhor teve nisso?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Absolutamente nenhuma parte nesse encontro.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas sabia disso, não?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não. Eu sabia que houve o relacionamento entre as duas, depois da decisão do Governo em que essas duas empresas fossem escolhidas para fazer a operação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor acha então que só depois que o Governo brasileiro espontaneamente, caindo do céu, aceitou o negócio da Sogevian com a Socopa, aí é que o senhor tomou contato com esse problema, enfim, ficou sabendo da participação da Socopa? O senhor acha que isso ocorreu aqui no Brasil, o senhor acha que teria cabimento, seria viável um entendimento dessa natureza quando as firmas estão no exterior, esse assunto ser resolvido aqui? É claro que houve um entendimento prévio. Eu quero saber que parte o senhor teve nesse entendimento?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Nenhuma parte.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor não sabe quem fez?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não tenho nenhum conhecimento sobre essa parte, de maneira que não posso lhe informar.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas não lhe parece óbvio que foi feito, lá, na Europa?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Ah, o Sr. não sabe? Muito bem!

O Sr. achou que a Socopa, quando o negócio estava todo com ela, por que foi dar a metade para a Sogevian? Por quê? De graça? Por amizade?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não posso lhe responder. A única coisa que posso dizer é que acredito que no momento em que o Brasil, as autoridades brasileiras, resolveram tomar uma decisão com relação a esse problema da carne, evidentemente, ficaria muito difícil justificar a presença, talvez, de uma empresa. Isso foi o que entendi. É difícil você dar uma empresa a totalidade da importação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas por quê? Por dificuldades materiais ou por questões de salvaguarda?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Talvez para mostrar maior lisura nos procedimentos das autoridades da época, porque acharam por bem, acredito eu, que deveria haver mais do que uma firma envolvida na operação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas mesmo sendo a Socopa, uma firma praticamente estatal? Ainda precisaria haver maiores demonstrações de lisura? O Sr. acha que havia essa necessidade?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não digo em relação à parte exterior. Não sou conhecedor da mecânica do Governo, mas sempre ouço dizer que realmente dar para uma companhia não é um procedimento normal.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Então, o Sr. não tem mais nada a esclarecer a respeito da formação do consórcio Sogevianides e Socopar?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não. A única coisa que posso acrescentar é que na época que nós tivemos reunião em conjunto com os organismos, ficou muito claro que era uma operação muito especial, ou seja; uma operação que precisava de empresa de muita confiabilidade, suporte financeiro para atingir determinados objetivos. Os objetivos eram muito claros: o Brasil que precisava comprar 100 mil toneladas, que não é pouco, precisava criar uma lei no Mercado Comum Europeu, dando subsídio ao Brasil, precisava conseguir a cota Hilton, que é autorização para o Brasil vender para o mercado comum europeu.

Uma cota que o Brasil teria para vender para o Mercado Comum Europeu, aos preços do Mercado Comum Europeu, ou seja, 4 ou 5 mil dólares, uma certa força financeira porque teria que apresentar uma **Performance Bond**, quer dizer, uma garantia bancária de 5 mil dólares por tonelada métrica liberada somente para o Mercado Comum Europeu, depois da total liberação e internamento da carne no Brasil. Apesar da venda ser FOB para o Brasil só nós podíamos receber de volta nossos 5 mil dólares depois da carne ser, efetivamente, internada no Brasil, porque não podia ser reexportada. Acredito eu que reunindo todos esses problemas, todas essas características, o Governo resolveu, também dentro do sigilo, usar as duas empresas, que na época eram as duas maiores do setor, pelo menos na França.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O Sr. teve ajuda de elementos ligados ao Governo, ou as pessoas que decidiram; o Sr. teve, afinal de contas, algum padrinho?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, Sr. Senador.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não tem contatos com pessoas de influência para ajudar na decisão?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, foi puramente os contatos comerciais dentro do âmbito do nosso trabalho normal.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O Sr. só tomou contato com a Sogevianides — porque o Sr. é o representante e era, e é ligado à Sogevianides — o Sr. só tomou conhecimento que a Sogevianides estava ligada ao negócio na reunião, ou teve contato telefônico, ou por correspondência, ou teve uma orientação da Sogevianides sobre a condução dos negócios?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não. Quando a Sogevianides soube do negócio, e ela soube antes da Gecom, porque ela é a tradicional compradora de carne no Brasil; compra a carne de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de maneira que está no dia-a-dia muito mais envolvida com as pessoas ligadas com a carne no Brasil, ela nos avisou de que haveria esses boatos no mercado. Então, eles vieram para o Brasil junto com a Gecom, na parte logística brasileira; nós entramos em contato com os organismos da época de abastecimento.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Bom, então agora se esclareceu o que estava um pouco

obsuro. Quer dizer, que antes daquela reunião onde houve o acordo, de fazer a importação, a formalização final, já havia elementos da Sogevianides?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Sim Sr., para fazer o trabalho de apresentação da empresa, junto aos organismos brasileiros.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quando veio o pessoal da Sogevianides?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu não sei precisar datas, mas se V. Ex.^a quiser eu posso colocar exatamente as datas. Temos que recordar quando é que houve as primeiras viagens para ter contato com o Governo brasileiro.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Eu gostaria que o Sr. também mencionasse, dessa equipe da Sogevianides, que veio da França, o nome de seus integrantes.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Essa demonstração de capacidade da Sogevianides de realizar a compra, de participar, digamos, documentos informativos sobre capacidade financeira, etc. da Sogevianides; o Sr. levou nesse dia ou nos contatos preliminares?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Nos contatos preliminares.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O Sr. entregou alguma documentação?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não. Entregamos aqueles folhetos da empresa, e inclusive mostramos o que é o grupo, a totalidade do grupo no mundo de comando. O que ela representa como, talvez, a maior empresa francesa de **commodities**, a número um, ou entre as primeiras da França.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quem presidia essa reunião?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — As reuniões eram feitas em conjunto, então não podia determinar quem era o número um ou o número dois nas reuniões.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quais eram os dois primeiros, então?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Acredito que o Sr. Braga e o Sr. Bosco eram os principais interlocutores na operação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O Sr. teve algum contato com o Sr. Braga, e o Sr. Bosco antes dessa reunião ou depois dessa reunião?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Tivemos contato de trabalho, exclusivamente, com o Sr. Bosco e o Sr. Braga nos seus gabinetes de trabalho.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Antes não? Não teve contato?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não conhecia nem um nem outro antes dos primeiros contatos, e os primeiros contatos aconteceram quando veio o Sr. Roger Hadria do exterior.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O Sr. teve contato ou conhecimento de alguma nota técnica ou informação escrita, pela qual a Sogevianides tivesse sido indicada como capaz para vender des-

sa carne à Interbrás? Nota técnica ou informação escrita pela qual a Sogevianides tivesse sido indicada? Como o Sr. recebeu o documento de sinal verde para a Sogevianides?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Depois que o Governo brasileiro resolveu fazer o consórcio das duas empresas foi-nos comunicado pela Interbrás, que foi a empresa escolhida pelo Governo para executar esse contrato. Então, a partir daquele momento, nós tivemos sempre contatos com o Governo, junto com representantes da Interbrás, SEAP e CINAB, para desenvolver exatamente a parte comercial do contrato.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Por que seria, além dessa idéia de melhorar o aspecto, assim, da lisura, duas firmas. O Sr. acha que isso foi um aspecto talvez relevante, o Sr. admite? Houve alguma outra vantagem que a Sogevianides teria feito para melhorar a compra que o Brasil fazia apenas pela Socopar? Que algo a Sogevianides ofereceu que pudesse ela entrar, pegar a metade da importação, do bolo? Que algo interessante ela poderia ter oferecido como vantagem para o nosso País?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — A partir do momento em que o Governo resolveu que não iria fazer por uma — e razões eu não posso lhe dizer, acredito que seja exatamente pelo fato de que é notório que dificilmente no Brasil se faz uma operação com uma empresa — a partir desse momento essa empresa, exatamente, trouxe aquelas características que eram necessárias para a operação. E tanto é que essa operação foi o maior sucesso.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O Sr. acha que ela não ofereceu nada de especial, então? O Sr. acha que houve algum aspecto negativo, porque o Sr. está dizendo que foi o maior sucesso? O Sr. acha que não houve nenhum aspecto negativo nesse acordo?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, Senador. Acho que essa operação foi absolutamente tudo o que o Brasil pediu em termos de preços, condições. A carne foi comprada a um preço inferior ao da carne americana que, por sinal, não entregou na época certa. Conseguimos a lei do Mercado Comum, que desse ao Brasil o direito de gozar desse subsídio. O Brasil comprou a carne a seiscentos e poucos dólares, inferior ao preço americano, inferior também à compra que a Rússia faz, tradicionalmente, no Mercado Comum Europeu.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O Sr. acha que nós devemos basear as nossas atividades comerciais com referência aos Estados Unidos e à Rússia?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu acredito que sim. Não existem outros parâmetros para o senhor estabelecer o preço, a não ser através de negócios feitos. E a Rússia é o tradicional comprador do Mercado Comum Europeu. Anualmente ela vai lá e compra as suas 100 ou 150 mil toneladas e, obviamente, como cliente do Mercado Comum Europeu, ela deveria gozar de maiores descontos. Ao passo que o Brasil, que é um concorrente do Mercado Comum Europeu, nós somos exportadores de carne, eventualmente

ocorreu esse caso, o Brasil gozou de um desconto excepcional.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Então, é muito estranha a realidade para com que o senhor está falando. As negociações com a Socopa eram de 600 dólares, quando entrou a Sogeviandes passou a ser de 635. Como o senhor explica isso?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — É muito simples. Acho que em comércio o senhor pode estabelecer o seu preço, necessariamente não quer dizer que o outro parceiro vá concordar. Acho que a faixa de preço que foi de 5% mais ou menos é absolutamente normal numa operação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Bom, mas ela ia entrar, já participar de uma compra, pegando a metade do bolo, ainda cobrou 35 dólares a mais por tonelada? Acho isso estranho. Eu não tenho uma explicação, ainda não consegui entender.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Ela não cobrou 35 dólares. Ela comprou por um preço final que chegou àquele preço.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Então, pelo que o senhor está dizendo, eles acharam que estavam vendendo muito baixo e, então, resolveram aumentar um pouquinho.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Entendo que o Governo brasileiro usou como parâmetro o preço americano e, evidentemente, para tentar fazer um melhor negócio ainda soltou um preço de 600 dólares. Esses 600 dólares, necessariamente, não eram o preço final. Só porque o Brasil determinou 600 dólares, anterior até a uma lei que desse ao Brasil o direito de gozar do subsídio, não implicaria que o Brasil, automaticamente, iria comprar a esse preço. Então, quando o preço foi dado, o Brasil não teria o direito de comprar. Então, a partir do momento em que se entrou em negociações com o Mercado Comum Europeu para que o Brasil tivesse acesso a uma lei especial, e foi criada uma lei especial para o Brasil, que desse esse direito ao Brasil, e mais incluída a cota Hilton.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Lei especial de onde?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Do Mercado Comum Europeu. Uma lei que eles tiveram que fazer para que o Brasil entrasse no subsídio.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor conhece a representação da Socopa aqui no Brasil?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Que eu saiba, a Socopa não tem representantes no Brasil. A partir da decisão do Governo em fazer um consórcio, eu passei a conhecer, a partir daquele momento, o representante deles, não conheci nenhum representante deles no Brasil.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor não sabe se há uma representação permanente aqui?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não sei informar.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A Sogeviandes e a Socopa tinham realizado juntas, antes desse negócio, algum outro no território brasi-

leiro? Eles tinham feito algum contato com alguma sociedade antes?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não sei lhe informar sobre esse aspecto. Até onde sei, não. Mas para lhe dizer com certeza teria que consultar a Casa antes.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — De que forma a Sogeviandes foi convocada para a reunião de 13 de maio de 1986, em Brasília, data em que foi apresentada para a Interbrás para ser empresa vencedora da carne ao lado da Socopa, a estatal brasileira. De que forma a Sogeviandes foi convocada para esta reunião do dia 13?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Isso eu não posso informar, porque não estou precisando exatamente a data.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Foi 13 de maio, foi a reunião que fez o negócio, que formalizou.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Essa reunião foi assinatura?

Senador, eu teria que recordar isso, porque eu não precisei bem as reuniões, de datas, de maneira que eu não sei informar a respeito dessa reunião.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas o Senhor participou dela?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Possivelmente, sim.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas um assunto dessa importância o senhor não se lembra bem?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, porque eu tenho outras atividades, também, na empresa; havia reuniões em que eu participava e, às vezes, como eu tinha outros afazeres, tratava de outros afazeres e iam outros representantes; enfim, inclusive, para acompanhar o pessoal técnico nosso, que eram aquelas pessoas que conduziam realmente a negociação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas o senhor admite que esteve presente?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Nessa reunião eu não posso lhe afirmar se eu, pessoalmente, pessoa física, estive lá; é possível, mas eu teria que recordar isso, quem foi a pessoa, no dia 13 de maio.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Antes dessa reunião, a primeira, a Sogeviandes manteve contatos pessoais com o Bosco e o José Carlos Braga? Sim, o senhor devia fazer os contatos preliminares. O senhor participou dos contatos preliminares?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Quando nós identificávamos a oportunidade comercial, nós agíamos em conjunto com os nossos representantes; fomos procurar os organismos e tivemos, como disse a V. Exª, reuniões em conjunto com eles a respeito da importação da carne. Posteriormente, junto com a Interbrás, sempre, e, depois do consórcio, obviamente, sempre junto com a outra parte.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor fala bem o francês?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Falo. Não digo correntemente, mas falo.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quer dizer que quando veio esse pessoal da Sogeviandes para cá, naturalmente, o senhor manteve contatos, como representantes dele, de certa forma, o senhor teve contatos, fora das horas de serviço...

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Absolutamente óbvio. Com o pessoal da Sogeviandes, sim.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Nessa reunião do dia 13 de maio, ao ser definida em 100 mil toneladas a quantidade de carne, ficaram acertadas, também, as especificações técnicas dessa carne?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu acredito que alguns parâmetros foram estabelecidos. Não estou especificamente lembrado em relação a essa reunião, se a condição da carne foi estabelecida naquele momento ou só o volume e períodos de embarque; não posso precisar em que momento a qualidade da carne foi estabelecida.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quando é que o senhor tomou, então, com toda certeza, a partir de que data o senhor passou a ter conhecimento das condições técnicas?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não posso lhe dizer a data, mas, evidentemente, foi a partir do momento em que a Interbrás entrou numa negociação conosco, de características privadas e abertas, para que nós tivéssemos o amparo para poder ir ao Mercado Comum Europeu e entrar na concorrência.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quer dizer, insistindo mais uma vez no ponto, a passagem do preço de 600 dólares para 635 o senhor acha que foi uma exigência da Sogeviandes, da Socopa ou de ambas, ou foi uma oferta espontânea do Governo brasileiro para que não comprasse por preço tão baixo?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu acho que o Governo brasileiro estabeleceu o preço de 600 dólares, como eu disse, e o fato de haver uns 5% (cinco por cento) a mais não invalida a operação, porque quando o preço foi dado não foi dado em cima de algum parâmetro profissional, foi dado em cima de um preço, numa tentativa de ser o melhor possível e, sabendo que dentro de uma negociação entre países, sempre vai haver um diferencial — isso é fatal, tinha que acontecer.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Há alguma norma da CEE, que reserve o seu mercado das empresas sediadas e atuantes nos territórios do Mercado Comum?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu não posso dar uma resposta profissional nisso. Entendo que sim, sempre fui levado a crer que sim. Acredito que as leis nesse sentido, realmente, indicam que esse é o caso.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Qual o tipo de negociação preliminar que o Consórcio Socopa—Sogeviandes desenvolveu junto à CEE, antes de assinado o contrato com a Interbrás?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Foi um trabalho específico: de nº 1, conseguir esta lei, para que o Brasil fosse incluído na lista de países que

gozam de desconto e, nº 2, conseguir, também, para o Brasil, a Hilton quota, que é o direito de vender um número "x" de carne a um preço do Mercado Comum Europeu. Esse foi o nosso trabalho principal de desbravar a parte da importação pelo Brasil.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Então, o senhor está confirmando que antes desse acordo formal do Consórcio Socopa—Sogeviandes houve entendimentos entre eles na Europa.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, não.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor está dizendo isso.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, esse contrato entre a Sogeviandes foi feito depois de o Governo brasileiro já indicar as duas empresas como consórcio. O trabalho se fez depois da decisão do Governo brasileiro.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor tem certeza disso?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Tenho, sim senhor.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — É uma coisa muito estranha, duas firmas que atuam numa mesma cidade, no mesmo país, acabam fazendo um casamento, um acordo e, para fazer isso não tiveram contato preliminar. Isso é difícil de conceber.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — São firmas concorrentes.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — É estranho. A obtenção de uma quota Hilton de 5 mil toneladas pelo Brasil foi motivada basicamente por quê?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Porque o Brasil queria efetivar o melhor negócio possível.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas, quem é que sugeriu isso, o pessoal da Interbrás ou o pessoal da Associação Brasileira...?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Isso veio no bojo das negociações da parte brasileira. A parte brasileira sugeriu...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Houve exigência?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Houve exigência dentro do contrato.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Apesar dessas negociações, ao ser realizada a adjudicação, no dia 20 de junho — depois de quase um mês — a CEE não aceitou a proposta das duas empresas: Socopa e Sogeviandes. Qual foi o motivo dessa recusa?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não sei informar.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não sabe? É estranho, o senhor, um representante da Sogeviandes aqui, não estar a par dessas coisas fundamentais.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eles não me informam o que acontece lá nas áreas profissionais. Eles não são obrigados a me informar e eu...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — É uma coisa tão importante que o negócio nem foi aceito pelas autoridades da CEE.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu não sei informar, mas terei o máximo prazer de pedir que — se eu fizesse um questionário para a Sogeviandes — ela teria o máximo prazer de responder todas as partes com relação à parte Europa. Eu não tive...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Está bom. É estranho isso.

A Interbrás, tendo em vista a data dessa primeira adjudicação, encaminhou ao consórcio alguma nomeação ou indicação de navios, de forma a iniciar o transporte dessa carne para o Brasil? Entendeu a pergunta?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, não entendi.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Veja bem, a Interbrás, tendo em vista a data dessa primeira adjudicação, o primeiro contrato, aqui, antes do veto da CEE, ela tomou algumas providências para o transporte, para antecipar e não perder tempo? O senhor está a par disso?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — A parte operacional, ou seja, os contratos a nível logístico, foram feitos diretamente entre a Interbrás e as empresas do consórcio. Nós não acompanhamos isso, foi feito direto.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor não está a par?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não acompanhamos isso em nada.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quer dizer que depois de fazer o negócio o senhor ficou completamente fora e não tinha interesse nenhum?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Absolutamente. Não havia a questão de interesse, é que nós não tínhamos como contribuir mais na parte logística, porque passou a ser uma operação comercial entre duas empresas com a execução normal de um contrato.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Nesse dia 26 de junho, o senhor estava na Europa ou não?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — 26 de junho? Por que 26 de junho? Não sei...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não sabe? O senhor foi à Europa nesse período de negociação?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não. Eventualmente poderia estar lá mas, já não me lembro nas negociações de nenhuma viagem para a Europa.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor teve contato com um elemento da Interbrás, dos diretores, o Dr. Coberlini?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Coberlini?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor o conhece?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Conheço.

Conhecemos na Interbrás, a partir do momento em que identificamos a oportunidade comercial fizemos como lhe disse, contato, não só em conjunto em Brasília com a SEAP e o Cinab, mas também fizemos o contato com a Interbrás.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor tem certeza de que não esteve como o sr. Coberlini na Europa?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Estive com ele, em uma ocasião, na Europa.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quando? Nessa época da importação?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não posso dizer quando.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Bom, mas durante essa fase de negociação.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não sei em que momento, eu estive numa viagem para a Europa, não tem nada a ver com esse produto de carne, porque, como lhe disse, não é um produto que eu lido e ele, de passagem por lá, teve um contato com ele.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Sim, teve um contato. Quer dizer, foi no ano de 1986?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Foi no ano da operação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — No ano da operação, muito bem. V. S. lembra quais os preços que o consórcio Socopa e Sogeviandes ofereceu à CEE na primeira adjudicação?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não sei informar.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não sabe informar? V. S. está mal-informado. Qual a margem de lucro que o consórcio procurava obter ao oferecer esse preço à CEE? Tinha uma margem determinada?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não sei lhe informar também, como lhe disse, essa parte não me diz respeito.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A final qual era a parte que V. S. fazia, se o senhor desconhece a maior parte das coisas importantes? Qual era o seu papel nessa ajuda à Sogeviandes?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Essa ajuda foi logística, para acompanhar as pessoas nos organismos certos, para poder incluir a Sogeviandes como compradora junto ao consórcio brasileiro, é o único.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S., naturalmente, é um homem que fez muitas negociações internacionais, qual é a margem de lucro que o consórcio Socopa/Sogeviandes procurava obter ao oferecer esses preços?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu, em carne, não sei lhe informar não, como eu disse, realmente. O primeiro contato meu com carne foi nessa operação. De maneira que não sei informar como isso funciona no Mercado Comum Europeu.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quer dizer que o senhor foi mais um acompanhante.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Exatamente.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S. participou, em Paris, no dia 26 de junho, daquela reunião convocada pelo então Diretor da Interbrás, Coberlini. V. S. esteve em Paris, confirma que encontrou com ele. V. S. participou de alguma reunião?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Participei de um a só, não sei lhe dizer se foi essa de junho, mas fui a uma reunião, estive lá sim.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Onde foi feita a reunião, em um hotel?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Foi no escritório da Interbrás.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S.^a não se recorda exatamente do mês? Foi no período da negociação?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Foi no ano da operação, não posso lhe dizer em que momento dessa operação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Nessa reunião, V. S.^a se recorda das pessoas que tomaram parte?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Foram pessoas da Sogevian, da Socopa, da Interbrás — devia ter uns três funcionários da Interbrás lá, e eu estava lá.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Do que se tratou, foi só a questão da compra da carne?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não. Tratou-se sobre o consórcio em si, como é que seria a melhor tática e maneira para que o consórcio conseguisse viabilizar tudo aquilo que o Governo brasileiro pretendia fazer na compra da carne.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quer dizer que, de certa forma, V. S.^a responde a perguntas anteriores, que houve contatos preliminares.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Sim, eu lhe disse que houve contatos preliminares em diversas fases da negociação. A partir de zero hora até à conclusão efetiva do negócio houve diversas reuniões, no sentido, na primeira fase, de entrarmos no consórcio e a segunda fase, no sentido de fazer a melhor política, para poder atender ao que o Governo brasileiro precisava. O nosso empenho é exatamente cumprir a tarefa, bem feita.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Essa sua viagem à Europa, foi só para essa reunião ou teve outros objetivos?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, eu não fui só para isso.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas quanto tempo V. S.^a demorou na Europa?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Quando vou, não demoro mais de uma semana, normalmente, para contato com a empresa-sede para falar de assuntos normais da empresa.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor recebeu, naquela época, naquela reunião, algum convite de Aristides Corbellini para ir, com ele, a Bruxelas, para pressionar o Diretor Agrícola da CEE, Monsieur Legrat? Não recebeu o convite?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, convite, a mim, ele não fez. Nenhum.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas o senhor esteve lá.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu sei que ele teria ido, ou foi lá, mas eu não.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O Senhor não teve contato com o Monsieur Legrat?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu, pessoalmente, não. Não é minha área. Não tenho nenhum contato.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor, foi informado dos resultados dessas viagens a Bruxelas, de que na reunião, o Mr. Legrat teria dito o preço da SOCOPAR/SOGEVIANDES, na primeira adjudicação redundaria num lucro exagerado para as empresas em questão? O senhor não ficou a par disto?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não fiquei a par disto.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Pois é, isto é um fato, uma verdade. O senhor está dizendo que o Brasil foi tratado de uma forma excepcional, um preço bom demais.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não posso lhe informar se isto é ou não é verdade. Acho que o próprio Mr. Legrat seria a melhor maneira de contatar o Mercado Comum, aí neste caso. Não participei da reunião, então, não posso ajudar neste item.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quer dizer que o senhor só esteve nesta reunião, numa única, não participou de outras?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — No exterior, esta foi a única, no escritório da INTERBRÁS. Exatamente, logística, com relação a esta operação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Com o Sr. Corbellini?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Exatamente.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A Socopa e a Sogevian convidaram a Interbrás para participar desta reunião ou foi a Interbrás que o fez?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Acho que foi a Interbrás que o fez, porque, se eu não me enganar, a idéia do Sr. Corbellini, era ir para o Mercado Comum Europeu; uma vez em Paris, ele convocou, exatamente, os consorciados para conversar sobre o assunto, antes da viagem dele para visitar o Sr. Legrat.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — E o resultado desta reunião, afinal de contas, qual foi?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu não diria que houve algum resultado, eu diria que se falou a respeito da melhor maneira de viabilizar a operação, junto ao Mercado Comum Europeu.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas não houve conclusão alguma, foi só conversa?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Sim, falou-se da operação, da melhor maneira de viabilizar, qual seria a melhor tática para se lançar os objetivos determinados pelo Governo brasileiro.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas não houve nenhuma conclusão?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu não me lembro de nenhuma conclusão específica nesta reunião, não.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Qual o motivo, porque para a aquisição da carne pelo Governo brasileiro foi assinado um contrato de

fornecimento prévio, quando sabemos que as empresas contratantes ainda não dispunham da mercadoria para a entrega.

Como é que o Senhor explica isto?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não tenho elementos para responder a esta pergunta.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Por que na segunda compra de carne o contrato foi assinado após o leilão da CEE?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Esse detalhe eu não tenho condição de lhe informar.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Então, o senhor ficou, praticamente, por fora de todos os negócios. O senhor era um representante da Sogevian, a GECOM, mas ela não ficou marginalizada?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Ficou marginalizada porque, como disse, esse setor é muito profissional e nós não damos opinião onde não conhecemos. Então, os profissionais da carne é que tomaram conta da operação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A GECOM, de alguma forma, participou da exportação da cota HILTON do Brasil para a CEE?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, senhor. Isto é exclusiva atribuição do governo.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A Sogevian, por algum possível representante, importou desta carne?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Que eu tenha conhecimento, da carne...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — da HILTON.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não tenho conhecimento disso.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A GECOM, atualmente, mantém algum tipo de relacionamento comercial com qualquer empresa da qual participe o Sr. Corbellini no tocante à exportação e importação? O senhor não tem contato com o Corbellini, de vez em quando?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor não sabe, então, das atividades comerciais dele?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu não sei, eu soube, ultimamente, que ele estaria trabalhando em uma outra empresa, mas não tivemos, assim, nenhum contato especial; não temos uma amizade, vamos dizer, social. Nossos contatos foram puramente profissionais. Eu o conheci pela primeira vez, àquela época, e não houve mais que isto.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Com data de 15 de maio de 1986, a SOGEVIANDES apresentou a carta-compromisso à INTERBRÁS, para aquisição de produtos, no valor de dez milhões, como contrapartida pela venda da carne.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — O compromisso não era da GECOM; o compromisso era da SOGEVIANDES, de comprar produtos brasileiros; ela, ou o grupo, de comprar produtos brasileiros em dez milhões de dólares.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — No dia 3 de junho de 1986, o Sr. Racopia, foi seu sócio não é?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Foi o empregado da empresa.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — No dia 3 de junho de 1986, o Sr. Racopia esteve representando a Sogevindes/Gecom no CINAB. Que assunto vinha ele discutir? O que foi debatido, decidido? Ele trabalhava com o senhor?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Sim. Nessa reunião, não sei, porque havia uma série de reuniões. Não me lembro se foi na época em que estávamos, ainda, fazendo a imagem da empresa no setor, ou se foi na época em que já havia sido decidida a operação. Então, nisso sempre era necessário, em conjunto com a Interbrás, CINAB, CIAP, porque houve várias reuniões. Realmente, não tenho o cronograma dos dias e o que se falou na reunião. Houve várias reuniões.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A empresa não tinha dever de comunicar ao senhor?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Sim; mas do que se conversa nas reuniões, toma-se conhecimento na hora e posteriormente não se grava nada.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A Gecom estava fazendo negócios com a Sogevindes, participava, e em nenhuma reunião dessas o senhor se lembra se o Sr. Racopia não lhe deu satisfação? É muito estranho isto.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Deve ser referente à operação, mas, especificamente, o que se decidiu, naquela reunião específica, não sei, porque, nos nossos negócios, o que interessa são os resultados. De maneira que não gravamos reuniões a, b, c, ou d...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Por que o Sr. Racopia não quis mais trabalhar com o senhor e saiu da firma?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não há razão especial. Ele simplesmente quis ir por outro caminho, e não há nada em especial.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Nenhuma razão?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Absolutamente, não há.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Foi o senhor quem o mandou embora, ou ele pediu?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não; houve um consenso de que ele gostaria de sair da empresa.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — E quando foi a saída dele?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Foi no fim do ano passado, em dezembro, se não me engano, ou em janeiro deste ano.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor sabe onde ele está trabalhando agora?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não sei. Encontrei um amigo meu, que disse que ele estaria querendo montar um negócio em São Paulo de

representação; afora isto, não tenho qualquer outro conhecimento.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O senhor acha que ele é um homem, digamos assim, inteligente, capaz, que prestou muito bons serviços ao senhor, um homem que merece todo o respeito pelo trabalho que realiza, enfim, o senhor o recomendaria para exercer funções importantes?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Absolutamente.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Sim?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Sim.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — com a palavra o Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Quero saber a situação jurídica da firma do depoente, a Gecom, se ela realmente é filiada dessa firma francesa, contratualmente filial ou se é representante negocial aqui no Brasil.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Fazemos parte do grupo e somos também representantes.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Quero saber se contratualmente; o contrato de formação da Gecom diz que a firma francesa tem as ações, tem as cotas? Que tipo de sociedade é? É uma sociedade anônima, uma sociedade por cotas...?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — É uma sociedade anônima.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Uma sociedade anônima. Então, as ações estão em mãos da empresa francesa?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Em mãos da empresa francesa. A decisão; exato.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — O senhor soube, apesar de serem poucas as suas informações, do resultado final dessa operação?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Tenho, é notório que essa operação foi considerada uma operação muito bem executada e negociada, isso correndo nos meios profissionais.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Isso do ponto de vista do lucro dos participantes?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu não disse lucro, eu disse a parte de execução do contrato, do início até o fim.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Mas em termos de Brasil, de Tesouro Nacional, de prejuízo da Nação, o senhor teve consciência do que resultou isso?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu tenho consciência de que não houve prejuízo nenhum, eu tenho consciência de que o Brasil fez um belíssimo negócio, um grande negócio.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Essas suas idas à Europa eram pagas por quem?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Pela empresa.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — A sua empresa?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Exatamente.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Então não eram pagas. Eram despesas da empresa.

Como é que a empresa pode arcar com esse tipo de gasto?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Nós temos uma verba, que nos é destinada pela empresa francesa, para fazer face às nossas despesas de custeio no Brasil.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Há algum negócio semelhante em que sua empresa esteja nesse momento trabalhando?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, nossa parte é mais no que diz respeito à exportação e não importação. Importação é eventual, como neste caso.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Nessas reuniões que o senhor participou — parece que foi só uma, no exterior — ficou um detalhe um tanto quanto obscuro, que não pôde ser respondido. Que o negócio foi feito antes da existência do estoque; quer dizer, passou-se a negociar o que se venderia, sem que se tivesse, propriamente, o que vender. O senhor tinha consciência desse detalhe?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Sr. Presidente, é só.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Eu tenho mais algumas indagações a fazer.

Todas as condições especiais da operação de compra das primeiras 100 mil toneladas foram flexibilizadas na segunda operação e as 100 mil toneladas foram, rigorosamente, outras as formas e as condições. O senhor sabia que a Interbrás selecionou apenas a Socopar?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Na primeira operação a informação do mercado foi de que haveria uma empresa, não se sabia com certeza, quer dizer, nas informações, os rumores de mercado eram de que a empresa teria escolhido uma empresa só.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Quem recebeu ordem para incluir a Sogevindes?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu acredito que a ordem à Interbrás foi baseada no consenso do Governo, posterior a isso; a partir do momento em que nós nos apresentamos, o Governo achou por bem ter mais do que uma empresa envolvida na operação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O senhor atribui o êxito da compra da carne ao trabalho diplomático do Governo brasileiro, ou à atuação do consórcio Socopar/Sogevindes?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu acredito que foi as duas coisas. O êxito foi a capacidade profissional do consórcio, e mais a coragem do Governo brasileiro, na época, de determinar e negociar durante as condições.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quando o senhor se refere ao Governo brasileiro, se refere

ao Presidente da República, aos ministros, João Bosco Ribeiro e o José Carlos Braga?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu não saberia informar. Eu sei que nós entramos em contato com organismos do Governo brasileiro e acredito que uma vez que a decisão saiu de lá deve ter partido dentro de um consenso do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Chegou a esta Comissão, informações de que a Interbrás foi forçada a admitir mais uma empresa operadora, ou consorciada. V. Sa. sabe alguma informação sobre os métodos, os processos, ou as formas com que se chegou a isso...

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não tenho nenhum conhecimento de que foi obrigado a fazer nada, e sim que houve um consenso das áreas governamentais de ter mais de uma empresa.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Também deu para se depreender do seu depoimento que essa empresa não era conhecida do Governo brasileiro e que teve que fazer a sua imagem junto ao setor, aqui no Brasil.

Que trabalho é esse de fazer a imagem? Fazer imagem junto a quem? Que pessoas? Que tipo de argumentos?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Primeiro, a empresa-mãe que controla essa empresa já tem tradição no Brasil, de 20 anos de compra de mercadorias. De maneira que essa empresa já tinha uma tradição enorme como compradora de produtos brasileiros. E essa empresa da carne tinha tradição, isso sim, junto aos frigoríficos brasileiros independentes.

Não sei até que ponto o Governo tinha conhecimento dessa empresa, uma vez que a empresa da carne nunca tinha negociado diretamente com o Governo brasileiro e sim só com frigoríficos.

Então, neste momento, pode identificar o Governo brasileiro que esta empresa fazia parte de um grupo maior que já era cliente do Brasil há mais de 20 anos; e que essa empresa era uma das maiores empresas da França no setor da carne.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sim. E que pessoas foram procuradas especificamente para se definir esse conhecimento, para fazer...

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Procuramos os organismos que foram encarregados, na época, do abastecimento, que eram a Seap, Cinab e a própria Interbrás. Fizemos um trabalho nesses três organismos.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — V. Sr. é diretor dessa empresa, da Gecom, e, numa indagação anterior, não soube informar os participantes acionários dessa empresa. V. Sa. não sabe quem são?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, sei, mas não tenho de cabeça, como disse ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Nomes de pessoas...

O SR. CHRISTOPHER ROHL — São empresas.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — São empresas, não são pessoas.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Exatamente. São empresas. Isso posso, posteriormente, informar. Comprometi-me com o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — São muitas assim, uma lista de uma centena que dificulta a memória?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não é pelo número das empresas, mas porque ...Eu, pessoalmente, sou Diretor, funcionário da empresa. O problema da participação acionária é que temos os nossos advogados que cuidam disso. Então, não participo diretamente. Tenho um conhecimento vago, mas podemos...

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Nunca tem contato com essas pessoas? Eles não lhe procuram? V. Sr. Não os procura?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Procuro ter contato só com a empresa controladora, que é a empresa francesa.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Esse tipo de postura é usual no empresariado ou é uma questão de segurança?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — No nosso caso específico, é absolutamente normal.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Sogeviandes tem participação acionária na Gecom?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Na Gecom, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Alguma pessoa física, estrangeira também?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, na nossa empresa, na diretoria, não.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Sogeviandes não tem nenhuma participação acionária. Ela, então, só tem Gecom como uma...

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Uma empresa que controla a Sogeviandes. São independentes, empresa distintas, separadas, mas que têm uma ligação acionária no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Com que pessoas V. Sa. manteve contato na Interbrás. Por gentileza, os nomes, além do Coberlini, a quem foram feitas referências.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Tivemos contato, na Interbrás, com o Sr. Coberlini e o Sr. Rodrigues. Estou querendo lembrar o primeiro nome.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Jorge Rodrigues?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Jorge Rodrigues, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Somente com essas duas pessoas?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Com essas duas pessoas. E, posteriormente, houve contatos com outras pessoas a nível operacional. Houve representantes da parte financeira, por causa da carta de crédito; representantes da parte de frete, porque tinha que trabalhar o contrato, pois era muito complicada essa parte; e, evidentemente, os próprios profissionais das áreas da Interbrás também participaram das reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Das reuniões na Interbrás ou na sua empresa?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, na nossa empresa não tivemos nenhuma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Foi na Interbrás mesmo?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Na Interbrás mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — V. Sr. tem alguma documentação que demonstre a proposta da Gecom para a venda da carne?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não tivemos proposta nenhuma. O contrato diretamente com o consórcio estrangeiro, diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Nenhum documento, nada?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, não tenho nenhum documento.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Na negociação entre a Interbrás, a Socopar e a Sogeviandes, o preço de 600 dólares a tonelada foi considerado baixo, o preço final ficou em 635 dólares. A Socopar e a Sogeviandes teriam pedido acima disso; a Interbrás teria lutado para reduzir a solicitação superior a 635 dólares? Houve resistência nesse aspecto?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu não sei precisar exatamente isso, eu sei que foi o preço inicial que posteriormente com as negociações do Mercado Comum Europeu, houve essa variação de 5%. Se houve resistência ou não eu não sei informar, eu não participei de todas as conversações havidas entre o consórcio e a Interbrás. Eu acredito que não, acredito que aquilo foi negociado livremente, foi abertamente, foi uma negociação aberta. A partir do momento em que o consórcio foi feito, tudo foi aberto, foi um consórcio privado, quer dizer, entre duas empresas do exterior em consórcio com uma empresa de economia mista que é a Interbrás. Então, um contrato absolutamente privado e aberto, não havia a escolher nada. Todas as negociações junto ao Mercado Comum Europeu, as autorizações, os fretes, tudo estava bem aberto, não se escondeu nada nas negociações.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O senhor tem conhecimento dessa prática do mercado comum em relação às empresas que operam junto ao Mercado Comum Europeu?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não tenho prática não.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — E tem conhecimento se o Mercado Comum Europeu exige que as operadoras sejam credenciadas e de lá, do âmbito do mercado mesmo, ou pode ser qualquer empresa internacional que tenha, claro, uma certa presença no mercado e apenas proceda às exigências burocráticas lá para operar?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Até onde eu tenho conhecimento pessoalmente — eu não entrei na lei de lá — eu sempre fui levado a crer que realmente a exigência é que seja uma empresa instalada lá no Mercado Comum Europeu, tradicional.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Impressão apenas sua?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — É, eu não tenho documentos para lhe...

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Não conhece também os documentos do Mercado Comum Europeu?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não conheço o mecanismo realmente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Se a GECOM não tinha tradição em carne, por que a SOGEVIANDES a escolheu para fazer os contatos aqui no Brasil?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Porque no caso dos contatos ela teria que usar uma empresa, e obviamente ela usou a empresa que fazia parte do grupo para fazer os contatos. A parte da carne, quer dizer, a parte profissional da carne, havia a pessoa que iria falar sobre esse assunto, não nós. De maneira que não haveria necessidade de contratar uma empresa de carne profissional no Brasil, uma vez que essa pessoa já era indicada para conversar com as autoridades brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A GECOM iniciou como uma empresa de sua propriedade; a GECOM aqui no Brasil iniciou como uma empresa de sua propriedade?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — E em um determinado momento ela foi vendida, e quando foi essa venda, essa operação?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Foi em 74, eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em 1974. Houve alguma preferência especial nessa compra?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, a empresa era uma empresa pequena, era praticamente eu na empresa.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Ou ela foi feita para executar algumas operações, já com certo destino de executar determinadas operações?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não, o que ocorre é que a empresa francesa queria um profissional no Brasil, e me escolheu como esse profissional. Razão pela qual eu disse que eu só trabalharia para ele se eles adquirissem a empresa junto.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Na reunião em Paris havia representantes da Embaixada brasileira na França?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu acredito que não.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Não havia?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu acredito que não havia naquela reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — V. S^a teve certa dificuldade em precisar o momento em que foi realizada essa operação, porque disse até que estava lá eventualmente. Mas pelo assunto que se tratou na reunião, e aí não há nenhuma possibilidade de V. S^a ter esquecido o assunto;

que assunto foi tratado lá, porque pelo o assunto se pode precisar exatamente, do momento em que foram feitas as negociações.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — O assunto foi tratado mais da viagem do Sr. Coberlini ao Mercado Comum Europeu, para falar com os representantes do Mercado Comum Europeu. Então, toda a conversa girou em torno de como é que ele deveria se comportar, a estratégia dele junto ao Mercado Comum Europeu, e a conversa foi basicamente nesse sentido, porque naquela época ainda não havia criado a lei para tal, se eu me recordo bem. De maneira que havia um preparo, tinha que se preparar para falar com o Mercado Comum Europeu, e se dizer que o Brasil pretendia importar carne em uma sequência de atuação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Nessa já havia sido rejeitada a primeira proposta feita pelo consórcio ao Mercado?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não sei lhe informar se naquela reunião havia ou não. Eu não estou, assim, e eu não segui muito bem a parte operacional em si. Como eu disse, a minha parte foi mais de contatos, a parte operacional foi de contato direto entre a INTERBRAS e as empresas lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Porque uma das questões que o Sr. Coberlini tratou lá foi, exatamente, uma tentativa de forçar o Mercado, se é que ele podia fazer isso, o Mercado Comum no sentido de estabelecer os 600 dólares. Tratou-se desta questão ou não?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Tratou-se, evidentemente, da melhor atuação dele e lá não me recordo se se falou ou não se falou em níveis de preços na reunião, sim, mas que eu me recordo é a atuação no Brasil, como o Coberlini deveria se comportar lá, junto ao Mercado Comum Europeu, para poder viabilizar a operação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sobre a oferta da primeira tentativa de compra, feita por esse comércio, por essa operadora, V. S^a tem conhecimento se foi um preço muito baixo, porque o Mercado Comum não suportou, quais as conveniências que havia de ambas as partes, ou que vantagens é que nós obtivemos como compradores, nessas duas operações e na primeira não acontecida, e na segunda com a elevação de 35 dólares a tonelada?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não sei precisar exatamente, essas duas negociações, porque aí fugiu totalmente do âmbito dos nossos contatos aqui, e nós não tivemos mais contatos neste sentido operacional. Aí, as empresas assinaram contrato direto com o Brasil e não havia razão porque, inclusive, não era da nossa alçada isso.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Eu só queria lembrá-lo que V. S^a assumiu compromissos de fornecer documentos a esta CPI e V. S^a, então fica obrigado, dentro do compromisso, de fazer chegar a esta CPI os documentos solicitados que V. S^a inclusive anotou.

O SR. MAURO BORGES — Eu acharia importante que o senhor trouxesse os dois últimos contratos sociais da sua firma, quando houve modificação, os dois últimos.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Gecon chegou a ler o contrato entre a Interbras, a Socopar e a SogevianDES?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Eu acredito que na assinatura do contrato ou eu ou a pessoa estaria lá na assinatura como testemunha uma coisa desse nível, mas já com a operação consagrada.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — E na elaboração deu idéias sobre textos?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não. Absolutamente. Isso foi feito Exclusivamente entre os representantes do consórcio e a Interbras, sem nenhuma participação nossa. Absolutamente. Os técnicos assentaram e foram redigindo os contratos, discutindo as cláusulas de fretes, as cláusulas financeiras enfim, tudo aquilo pertinente a um contrato comercial.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em uma indagação anterior, quando se indagava se V. S^a teria conhecido outras figuras dentro da Interbras, além do Coberlini, V. S^a declarou que tinha tido contato com Jorge Rodrigues e com outras pessoas lá dentro, e justamente no andamento das discussões do setor financeiro, do setor de transporte, coisas desse gênero, e não era da elaboração dos contratos esses contatos?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — A nossa participação foi absolutamente nenhuma na elaboração do contrato. Eventualmente, estivemos em reuniões em conjunto e acompanhando a pessoa e havia outras pessoas da Interbras lá, mas a nossa participação não tem nada a ver com sugestão e redação contratual.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Esses contatos a que V. S^a fez referência anteriormente foram feitos antes, ou depois do contrato assinado?

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Essas reuniões com as demais pessoas foram no momento em que se estava elaborando o contrato.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Declaramos que já foram feitas as perguntas que nós tínhamos interesse e antes de encerrarmos, indagamos ao depoente se tem algum fato relevante, ou elucidativo dessa questão para se esclarecer, ou seja, aspectos importantes dessa negociação, dessa transação comercial, que achasse oportuno, dentro do seu compromisso assumido aqui, declarar e comunicar a esta Comissão.

O SR. CHRISTOPHER ROHL — Não. Nada mais tenho a declarar, a acrescentar ao que eu já disse.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Lembramos apenas que há possibilidade de V. S^a ser convocado novamente para esclarecer fatos que, porventura, não tenham sido esclarecidos ainda até agora.

Declaramos encerrada esta reunião, agradecendo a todos os participantes.

MESA

Presidente

Humberto Lucena — PMDB-PB

1º-Vice-Presidente

José Ignácio Ferreira — PMDB-ES

2º-Vice-Presidente

Lourival Baptista — PFL-SE

1º-Secretário

Jutahy Magalhães — PMDB-BA

2º-Secretário

Odacir Soares — PFL-RO

3º-Secretário

Dirceu Carneiro — PMDB-SC

4º-Secretário

João Castelo — PDS-MA

Suplentes de Secretário

Aluizio Bezerra — PMDB-AC

Francisco Rollemberg — PMDB-SE

João Lobo — PFL-PI

Wilson Martins — PMDB-MS

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder

Rachid Saldanha Derzi

Vice-Líderes

João Menezes

Leopoldo Peres

Edison Lobão

João Calmon

Carlos Alberto

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes

Leopoldo Peres

João Calmon

José Fogaça

Mauro Benevides

Olavo Pires

Raimundo Lira

Severo Gomes

Nelson Wedekin

Ronaldo Aragão

Cid Sabóia de Carvalho

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Carlos Chiarelli

Vice-Líderes

João Menezes

Edison Lobão

Marcondes Gadelha

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Jarbas Passarinho

Vice-Líderes

Roberto Campos

Virgílio Távora

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Maurício Corrêa

LIDERANÇA DO PSB

Líder

Jamil Haddad

LIDERANÇA DO PMB

Líder

Ney Maranhão

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Afonso Camargo

Vice-Líder

Carlos Alberto

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana

1º-Vice-Presidente: Vago

2º-Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

Titulares

Albano Franco
Francisco Rollemberg
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Saldanha Derzi
Severo Gomes

Suplentes

Aluizio Bezerra
Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Vago
João Calmon
Ruy Bacelar

PFL

Marco Maciel
João Lobo
José Agripino

Divaldo Suruagy
Edison Lobão

PDS

Jarques Passarinho

Lavoisier Maia

PSB

Jamil Haddad

Assistente: Marcos Santos Parente Filho — Ramal 3497

Reuniões: Quartas-feiras, às 11.00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho
— Anexo das Comissões — Ramal: 3254

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Meira Filho

Vice-Presidente: Edison Lobão

PMDB

Titulares

Pompeu de Sousa
Meira Filho
Mauro Benevides
Saldanha Derzi
Albano Franco
Iram Saraiva
Chagas Rodrigues

Suplentes

Ronan Tito
Aluizio Bezerra
Francisco Rollemberg
Mansueto de Lavor

PFL

Alexandre Costa
Edison Lobão

João Menezes

PDT

Maurício Corrêa

PDS

Lavoisier Maia

PDC

Mauro Borges

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal: 4064

Reuniões: Terças-feiras, às 19:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 3168.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alfredo Campos

1º-Vice-Presidente: Guilherme Palmeira

2º-Vice-Presidente: Chagas Rodrigues

PMDB

Titulares

Alfredo Campos
Chagas Rodrigues
Ronaldo Aragão
Lourenberg Nunes Rocha
Wilson Martins
José Paulo Bisol
Cid Sabóia de Carvalho
Aluizio Bezerra
Iram Saraiva

Suplentes

Nelson Carneiro
Leite Chaves
Mauro Benevides
Márcio Lacerda
Raimundo Lyra
Nelson Wedekin

PFL

Marco Maciel
Afonso Arinos
Guilherme Palmeira

João Menezes
Marcondes Gadelha

PDS

Roberto Campos

PMB

Antonio Farias

PDT

Maurício Corrêa

PTB

Carlos Alberto

Assistente: Vera Lúcia L. Nunes — Ramais: 3972 e 3987

Reuniões:

Local: Sala da Comissão, na Sala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 4315

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso	6,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso	6,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal-Agência-PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do:

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF.
CEP: 70 160

Maiores informações pelos telefones (061) 211-4128 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuições de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 95

(julho a setembro de 1987)

Está circulando o nº 95 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 360 páginas, contém as seguintes matérias:

— Direitos humanos no Brasil — compreensão teórica de sua história recente — **José Reinaldo de Lima Lopes**

— Proteção internacional dos direitos do homem nos sistemas regionais americano e europeu — uma introdução ao estudo comparado dos direitos protegidos — **Clèmerson Marlin Clève**

— Teoria do ato de governo — **J. Cretella Júnior**

— A Corte Constitucional — **Pinto Ferreira**

— A interpretação constitucional e o controle da constitucionalidade das leis — **Maria Helena Ferreira da Câmara**

— Tendências atuais dos regimes de governo — **Raul Machado Horta**

— Do contencioso administrativo e do processo administrativo — no Estado de Direito — **A.B. Cotrim Neto**

— Ombudsman — **Carlos Alberto Provençiano Gallo**

— Liberdade capitalista no Estado de Direito — **Ronaldo Poletti**

— A Constituição do Estado federal e das unidades federadas — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**

— A distribuição dos tributos na Federação brasileira — **Harry Conrado Schöler**

— A moeda nacional e a Constituinte — **Letácio Jansen**

— Do tombamento — uma sugestão à Assembleia Nacional Constituinte — **Nailê Russomano**

— Facetas da "Comissão Afonso Arinos" — e eu... — **Rosah Russomano**

— Mediação e bons ofícios — considerações sobre sua natureza e presença na história da América Latina — **José Carlos Brandi Aleixo**

— Prevenção do dano nuclear — aspectos jurídicos — **Paulo Affonso Leme Machado**

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —
Senado Federal, Anexo I,
22º andar — Praça
dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF
— Telefone: 211-3578

PREÇO DO
EXEMPLAR:
Cz\$ 150,00

Assinatura para 1988
(nºs 97 a 100): Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 96

(outubro a dezembro de 1987)

Está circulando o nº 96 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 352 páginas, contém as seguintes matérias:

Os dilemas institucionais no Brasil — **Ronaldo Poletti**
A ordem estatal e legalista. A política como Estado e o direito como lei — **Nelson Saldanha**
Compromisso Constituinte — **Carlos Roberto Pellegrino**
Mas qual Constituição? — **Torquato Jardim**
Hermenêutica constitucional — **Celso Bastos**
Considerações sobre os rumos do federalismo nos Estados Unidos e no Brasil — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**
Rui Barbosa, Constituinte — **Rubem Nogueira**
Relaciones y convenios de las Provincias con sus Municipios, con el Estado Federal y con Estados extranjeros — **Jesús Luis Abad Hernando**
Constituição sintética ou analítica? — **Fernando Herren Fernandes Aguillar**
Constituição americana: moderna aos 200 anos — **Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza**
A Constituição dos Estados Unidos — **Kenneth L. Penejar**
A evolução constitucional portuguesa e suas relações com a brasileira — **Fernando Whitaker da Cunha**
Uma análise sistêmica do conceito de ordem econômica e social — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Ney Prado**
A intervenção do Estado na economia — seu processo e ocorrência históricos — **A. B. Cotrim Neto**
O processo de apuração do abuso do poder econômico na atual legislação do CADE — **José Inácio Gonzaga Franceschini**
Unidade e dualidade da magistratura — **Raul Machado Horta**

Judiciário e minórias — **Geraldo Ataliba**
Dívida externa do Brasil e a arguição de sua inconstitucionalidade — **Nailê Russomano**
O Ministério Público e a Advocacia de Estado — **Pinto Ferreira**
Responsabilidade civil do Estado — **Carlos Mário da Silva Velloso**
Esquemas privatísticos no direito administrativo — **J. Creteila Júnior**
A sindicância administrativa e a punição disciplinar — **Edmir Netto de Araújo**
A vinculação constitucional, a recorribilidade e a acumulação de empregos no Direito do Trabalho — **Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena**
Os aspectos jurídicos da inseminação artificial e a disciplina jurídica dos bancos de esperma — **Senador Nelson Carneiro**
Casamento e família na futura Constituição brasileira: a contribuição alemã — **João Baptista Villela**
A evolução social da mulher — **Joaquim Lustosa Sobrinho**
Os seres monstruosos em face do direito romano e do civil moderno — **Silvio Meira**
Os direitos intelectuais na Constituição — **Carlos Alberto Bittar**
O direito autoral do ilustrador na literatura infantil — **Hildebrando Pontes Neto**
Reflexões sobre os rumos da reforma agrária no Brasil — **Luiz Edson Fachin**

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas
Senado Federal,
Anexo I, 22º andar
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF
Telefones: 211-3578 e
211-3579

PREÇO DO
EXEMPLAR:
Cz\$ 150,00

Assinatura
para 1988
(nºs 97 a 100):
Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775. Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.